



RELATÓRIO & CONTAS 2013



EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Relatório e Contas 2013



Governo da Sociedade



Atividade da Empresa



Contas do Exercício

Índice

Mensagem do Presidente	6
A Empresa	9
Principais Acontecimentos	10

1. Missão, Valores e Políticas	15
2. Regulamentos Internos e Externos	17
3. Informação Sobre Transações Relevantes	19
4. Modelo de Governo	21
5. Remunerações e Outros Encargos	31
6. Análise de Sustentabilidade	33
7. Gestão do Capital Humano	35
8. I&D e Inovação	39
9. Ética e Prevenção da Corrupção	41
10. Controlo de Risco	43
11. Prevenção de Conflitos de Interesses	47
12. Divulgação de Informação	49
13. Iniciativas de Publicidade Institucional	51
14. Cumprimentos das Instruções, Despachos e Legislação Diversa	53
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	57

1. Introdução	61
2. Enquadramento Macroeconómico	63
3. Enquadramento do Setor	65
4. Regulação	67
5. Análise Económica e Financeira	69
6. Atividade Operacional	79
7. Investimento	85
8. Atividade Comercial	87
9. Objetivos de Gestão	93
10. Perspetivas para o Futuro	95
11. Considerações Finais	97
12. Proposta de Aplicação de Resultados	99

Contas	103
Relatório e Parecer do Fiscal Único	163
Certificação Legal das Contas	169

Mensagem do Presidente



José Sardinha
Presidente do Conselho de Administração

... a EPAL respondeu com um enorme aumento de eficiência, implementando inúmeras medidas de otimização...

... é ainda de assinalar o aumento da produtividade...

O ano 2013 foi um ano muito importante para a EPAL.

A redução da atividade em consequência da retração no consumo de água, exigiu que a EPAL tivesse a capacidade de concretizar uma estratégia que acomodasse a sua estrutura de custos, nomeadamente operacionais, a um novo patamar de proveitos.

A nível operacional registou-se uma redução do fornecimento de água em 3,2%, atingindo um valor inferior a 200 milhões de metros cúbicos, o que não se verificava desde 1997.

Perante esse decréscimo a EPAL respondeu com um enorme aumento de eficiência, implementando inúmeras medidas de otimização que se traduziram numa grande redução de custos com fornecimentos e serviços externos, na ordem de 7%, para além da redução de 20% em termos de matérias consumidas. Neste contexto, é ainda de assinalar o aumento da produtividade inerente à internalização de alguns serviços anteriormente executados em regime de outsourcing.

Ao nível dos recursos humanos importa sublinhar que a empresa reduziu os seus efetivos em 42 trabalhadores, na sua maioria através de rescisões por mútuo acordo, o que representa uma variação de 6%, valor que é o dobro da meta imposta pela Lei de Orçamento de Estado para 2013. Com esta alteração o número de trabalhadores ficou, pela primeira vez na história da EPAL, abaixo de 700.

Estas alterações, associadas a um bom desempenho financeiro, permitiram alcançar resultados líquidos de 40 M€, o que é excelente atendendo ao aumento de custos com pessoal em

resultado da decisão do tribunal constitucional e do programa de rescisões amigáveis.

O volume de água não faturada na Rede de Distribuição, que já era um dos melhores valores a nível internacional, registou, novamente, uma melhoria atingindo apenas 7,9% da água entrada no sistema. Com este indicador a EPAL veio consolidar a sua posição no benchmark internacional afirmando-se como uma das empresas líderes mundiais na área da gestão eficiente dos recursos hídricos e das boas práticas para a redução de água não faturada.

O ano 2013 fica ainda marcado pela atribuição à EPAL de importantes prémios, internacionais e nacionais, que significam o reconhecimento da capacidade inovadora da empresa e do mérito e excelência dos seus trabalhadores que, ao longo dos últimos 145 anos, desenvolveram e enraizaram uma cultura de melhoria contínua nos seus serviços, produtos e processos, criando valor para a organização, para o setor e para o País.

Um bom exemplo desta atitude é o Waterbeep, um serviço inovador, integralmente concebido e desenvolvido na EPAL durante o ano de 2013, e que visa fomentar a interação com o cliente/consumidor incentivando-o a adotar boas práticas ao nível do controlo e redução dos seus consumos de água contribuindo assim, para a concretização de políticas responsáveis de proteção do ambiente designadamente para o uso eficiente dos recursos. Também o Aquamatrix, o Wone e a CAL - Chave Águas Livres – são outros bons exemplos de tecnologias inovadoras, integralmente concebidas e desenvolvidas pela empresa que, ao serem disponibilizadas para comercialização, acrescentam valor inquestionável para o sector e para os stakeholders permitindo que todos possam usufruir da experiência e conhecimento da EPAL.

São de assinalar também algumas realizações de importância relevante, como a implementação do primeiro Tarifário Social em 145 anos de história da empresa e a reativação do Fundo de Auxílio Carlos Pereira cuja gestão conta com a participação

de membros da Comissão de Trabalhadores e cujo objetivo é apoiar trabalhadores que se encontrem em situação de necessidade de apoio social.

Em 2013 também se preparou o futuro e, por isso, criou-se a Academia das Águas Livres, cujo objetivo é contribuir para a oferta formativa certificada no setor da água e do ambiente e que constitui uma forte aposta da EPAL na qualificação dos seus trabalhadores contribuindo também, em estreita colaboração do IEF, para a qualificação de profissionais no ativo e para a integração e empregabilidade de jovens desempregados.

Todo o trabalho, desempenho e sucesso da EPAL ao longo do ano de 2013 deve-se, acima de tudo, à colaboração estreita entre as estruturas dirigentes da empresa e os trabalhadores, que conseguiram responder aos desafios que lhes foram colocados e que, nem as enormes dificuldades que sentiram, decorrentes do programa de assistência financeira, reduziram ou comprometeram o seu profissionalismo, competência e empenho no cumprimento das suas atribuições.

Por isso um agradecimento muito especial e reconhecido a todos os trabalhadores da EPAL pela sua competência e profissionalismo e, em particular, aos órgãos representativos dos trabalhadores que souberam ser exigentes e rigorosos na defesa dos seus direitos contribuindo para a excelência do serviço público que nos orgulhamos de prestar. É por isso com satisfação, confiança e muita motivação que estamos prontos a responder a mais um ano de trabalho orientado para a criação de valor na EPAL e sobretudo para a prestação de um serviço de excelência aos consumidores.

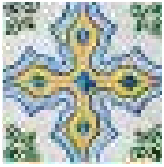
Uma palavra de agradecimento aos nossos fornecedores que souberam responder com profissionalismo e prontidão aos exigentes padrões de qualidade da EPAL e aos nossos clientes pelo seu espírito de colaboração e entendimento.

Ao acionista agradeço o espírito de permanente colaboração e apoio, constituindo um incentivo determinante na nossa atuação.

... a EPAL veio consolidar a sua posição no *benchmark* internacional afirmando-se como uma das empresas líderes mundiais na área da gestão eficiente dos recursos hídricos e das boas práticas para a redução de água não faturada.



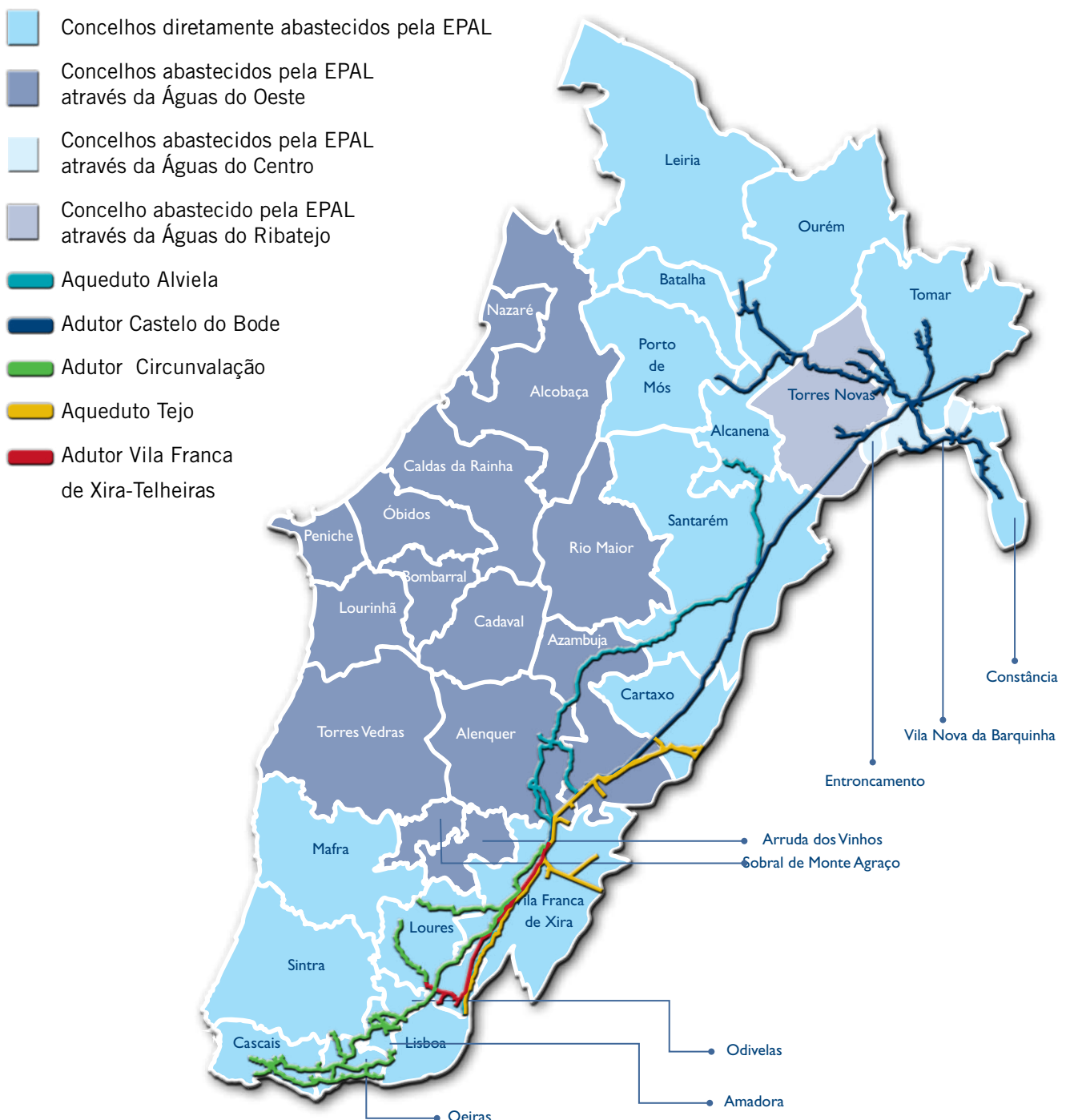




A Empresa

A EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, que foi fundada originariamente em 1868 como CAL - Companhia das Águas de Lisboa e é detida, desde 1993, a 100% pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA.

O objeto social da EPAL consiste no abastecimento público de água para consumo humano e outras atividades, para além da prestação de serviços conexos com o ciclo urbano da água, onde reúne competências de qualidade reconhecida.



Acionista

A Águas de Portugal foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Párpública – Participações Públicas, SGPS, SA, e a Parcaixa, SGPS, SA.

A AdP, SGPS, SA tem por missão contribuir para a resolução dos problemas nacionais nos domínios de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Indicadores Financeiros

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Capital social (10 ⁶ €)	150,0	150,0	150,0	0,0	0,0%
Capital Próprio (10 ⁶ €)	524,4	535,2	536,3	1,0	0,2%
Ativo Líquido Total (10 ⁶ €)	902,2	883,8	863,7	-20,0	-2,3%
Passivo Total (10 ⁶ €)	377,7	348,5	327,5	-21,1	-6,0%
Volume de Negócios (10 ⁶ €)	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%
CMVMC (10 ⁶ €)	2,9	2,9	2,3	-0,6	-20,5%
Fornecimento e Serviços Externos (10 ⁶ €)	35,1	34,5	32,1	-2,4	-7,0%
Investimento (10 ⁶ €)	12,0	13,1	6,6	-6,4	-49,3%
Endividamento de Médio e Longo Prazo (10 ⁶ €)	222,4	205,2	187,4	-17,8	-8,7%
EBITDA (10 ⁶ €)	86,5	87,5	81,4	-6,1	-7,0%
EBITDA Recorrente (10 ⁶ €) *	86,5	87,5	84,9	-2,7	-3,1%
Resultado Líquido do Exercício (10 ⁶ €)	42,6	43,6	40,0	-3,6	-8,3%
Resultado Líquido do Exercício Recorrente (10 ⁶ €)*	42,6	43,6	42,3	-1,3	-2,9%
Evolução do Número de Trabalhadores	739	736	694	-42	-5,7%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) (dias)	31	30	30	0	0,0%

Nota: Na informação financeira do relatório de gestão o ano de 2012 foi reexpresso exclusivamente devido à adopção da IAS 19 revista

Indicadores de Atividade

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Volume de Água vendida (m ³)	210 286 101	205 210 051	198 667 724	-6 542 328	-3,20%
Clientes Diretos	348 790	346 121	347 233	1 112	0,32%
Clientes Municipais	17	17	17	0	0,00%
Clientes Multimunicipais	3	3	3	0	0,00%
Municípios Direta e Indiretamente Abastecidos*	34	34	34	0	0,00%
Consumidores	2 870 314	2 870 507	2 859 714	-10 793	-0,38%
Área Abastecida (km ²)	7 090	7 090	7 090	0	0,00%

* Exclui Lisboa

Principais Acontecimentos

O ano 2013 caracterizou-se por uma redução do consumo de 3,2% face a 2012, à semelhança do que foi verificado em todo o País, circunstância que reforçou a necessidade sentida pela gestão da empresa de reduzir custos de forma a remunerar o capital empregue, mantendo adequados níveis de serviço ao Cliente. Destaca-se o enfoque especial na otimização de processos, na racionalização de recursos e no aumento de eficiência dos sistemas em funcionamento, tendo a EPAL conseguido uma otimização muito significativa nos Fornecimentos e Serviços Externos, com uma redução de 2,4 milhões de euros (-7%), e no CMVMC de 0,6 milhões de euros (-21%), face a 2012.

Salienta-se ainda um enorme reforço da aposta na inovação e no desenvolvimento de novos processos, tecnologias e produtos transacionáveis com potencial de exportação, como o **AQUAMATRIX®**, que não só conquistou novos clientes como também ini-

ciou o processo de migração/upgrade tecnológico. O **WONE**[®] por sua vez, recebeu o reconhecimento nacional e internacional com a atribuição em 2013 de três prémios.

Em 2013 foi lançado um serviço inovador, **Waterbeep**[®], integralmente concebido e desenvolvido na EPAL, o qual disponibiliza informação sobre o consumo real de água aos Clientes Diretos, permitindo-lhes acompanhar a sua evolução ao longo do tempo e comparar com o consumo médio real da cidade de Lisboa, disponibilizando ainda um serviço de emissão de alertas sempre que se observem consumos fora do padrão.

O ano de 2013 fica ainda marcado pela criação da **Academia das Águas Livres**, que beneficiando de significativo apoio financeiro por parte do IEFEP, visa promover a qualificação dos quadros da EPAL e de profissionais no ativo, bem como de jovens vocacionados para o mercado da Água e do Ambiente.

Ao nível de iniciativas inovadoras, destaca-se também a conceção e realização do **Curso Prova de Águas**, que se tem revelado um enorme sucesso, com as sucessivas edições completamente esgotadas.

Foi criado e implementado o **Tarifário Social**, iniciativa de extrema importância e inédita na história de 145 anos da empresa.

2013 fica registado como aquele em que a empresa recebeu o maior número de prémios de relevo, internacionais e nacionais, como o **Prémio Inovação Internacional WEX (Water and Energy Exchange)**, o prémio **Green Project Awards**, o prémio **ENEG para a redução de perdas de água** para o sistema WONE, uma menção honrosa para a campanha "Vamos dar o Litro", o **prémio Água & Ambiente/ERSAR** para o conhecimento das infraestruturas e o **selo ERSAR de Qualidade Exemplar da Água Distribuída para Consumo Humano**.

Foi feito um grande esforço de otimização de processos e de equipas tornando possível a **internalização de alguns serviços que estavam em outsourcing**, com evidentes benefícios económicos, como foi o caso da fiscalização das redes prediais. Esta otimização também permitiu que a empresa atingisse uma diminuição de 42 trabalhadores face a 2012, correspondendo a uma redução de 6%, ou seja, o dobro da meta imposta pela Lei de Orçamento de Estado para 2013, o que foi conseguido, na sua maioria, através de um programa de rescisões amigáveis.

Importa também salientar a aprovação de um plano de otimização do parque de viaturas que envolve a redução de 34 viaturas face a 2012.

Foi aprovada, pela Agência de Inovação, a Candidatura apresentada pela empresa, em 2012, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), respeitante aos anos de 2007 a 2011, cujo benefício fiscal total foi de cerca de 1,348 milhões de euros, e apresentou-se nova candidatura respeitante ao ano de 2012, cujo benefício fiscal estimado ascende a cerca de 235 mil euros.

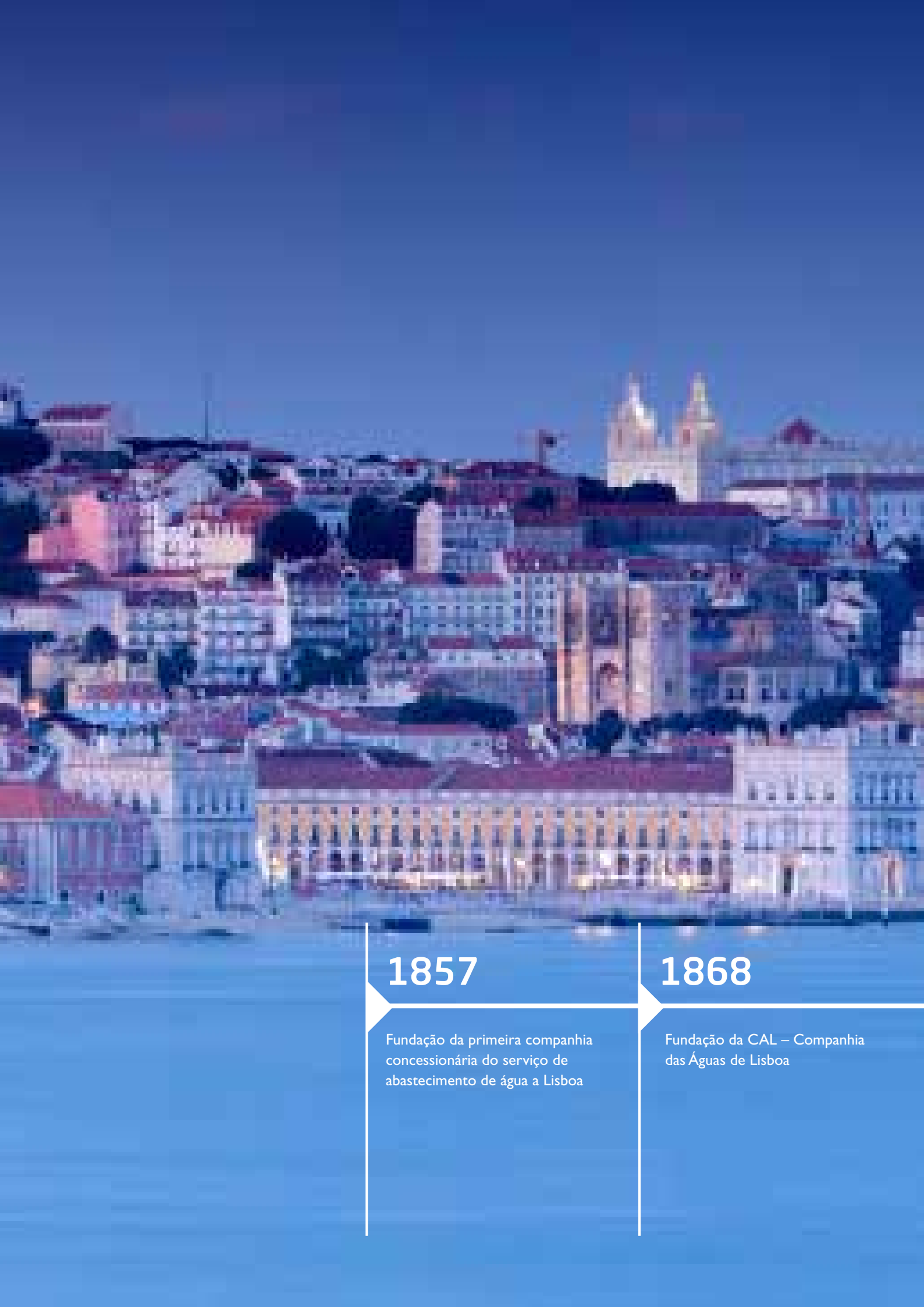
Organizou-se e apresentou-se um processo de submissão dos investimentos em ativos afetos à exploração, para efeitos de benefício fiscal no âmbito do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), o qual permitirá à EPAL usufruir de uma dedução fiscal total estimada de cerca de 1 milhão de euros, valor máximo permitido.

Destaca-se o lançamento da empreitada de reabilitação da ETA de Vale da Pedra, pelo valor de 13M€, o que representa uma enorme otimização face ao concurso que fora anulado (40 M€), para além de se iniciar a implementação, com meios internos, da reconversão tecnológica dos postos de cloragem da empresa, com vantagens económicas mas, sobretudo, com eliminação de riscos e perigos para os trabalhadores e comunidades envolventes.

Foi adjudicada a Empreitada Geral de Obras de Reabilitação e Ampliação na Rede de Distribuição de Lisboa, pelo valor de € 3.220.500,55.

A redução do nível de perdas na rede de distribuição atingiu os 7,9%, facto que atesta um desempenho excelente do sistema WONE e consolida a posição da empresa de "best in class" a nível internacional.

Finalmente, salienta-se o estabelecimento de importantes **protocolos** de cooperação quer nacionais quer internacionais, como o **protocolo EPAL SA / EPAL EP** (maior empresa do setor da água em Angola), ou Protocolo EPAL / QUERCUS, reunindo esforços e competências para defesa do Ambiente em torno da origem de água mais importante de Portugal, ou o **Protocolo EPAL / Associação Hoteleira de Portugal** para promover a confiança da utilização da água da torneira na cidade de Lisboa ou ainda o **Protocolo EPAL/ Fundação Arpad-SzenesVieira da Silva**, e a integração no circuito dos museus *Passeios com Arte e Ciência-das Amoreiras ao Chiado*, reforçando as relações do Museu da Água com outros Museus de referência da cidade de Lisboa.



1857

Fundação da primeira companhia concessionária do serviço de abastecimento de água a Lisboa

1868

Fundação da CAL – Companhia das Águas de Lisboa



1880

Inauguração do Aqeduto do Alviela e estação elevatória a vapor dos Barbadinhos

1935

Primeiro contrato para abastecimento de água a outros concelhos para além de Lisboa

1941

Entrada em funcionamento da Conduto de Cascais





1. Missão, Valores e Políticas

Missão

A Missão da EPAL é a Prestação de Serviços de Água e a Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água, ao longo da sua sequência de atividades e negócios.

Visão

Ser Empresa de referência no Setor da Água em Portugal.

Orientar-se pelas Melhores Práticas Internacionais.

Política

Preservando o recurso natural primordial de que depende - a Água, promovendo a criação de Valor; a Melhoria Contínua e a Inovação e o Desenvolvimento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da Sociedade em que se insere, a EPAL compromete-se com os seguintes princípios que constituem a sua Política:

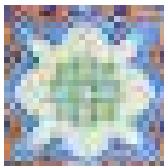
1. Desenvolve as suas atividades e presta serviços no quadro de referenciais normativos e legais do seu Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial, organizando, simplificando e otimizando os processos e recursos, enquanto fatores instrumentais de melhoria contínua, promovendo iniciativas e projetos de desenvolvimento, inovação e investigação conducentes à eficácia e eficiência do Sistema e da Empresa;
2. Desenvolve o conhecimento e o pleno potencial de todos os colaboradores, essenciais para o reforço de uma cultura de desenvolvimento sustentável do negócio da Empresa, implementando práticas de acordo com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas;
3. Revê, partilha e trabalha, sistematicamente, os compromissos assumidos com todas as partes interessadas, internas e externas, para a satisfação das necessidades e expectativas, capacitando as áreas de melhoria identificadas, vocação que assume como um objetivo de todos os colaboradores;
4. Garante a qualidade do serviço prestado, recorrendo a profissionais qualificados para a realização das respetivas atividades, e assegura, a partir de Planos, Processos e Procedimentos adequados, a garantia e a salvaguarda da qualidade do seu produto essencial para a saúde pública;
5. Cumpre a legislação aplicável e outros requisitos que venha a subscrever e compromete-se a melhorar, continuamente, a eficácia do seu desempenho, assim como atuar de acordo com o seu Código de Ética e Conduta, bem como, com o Plano de Gestão de Riscos Anticorrupção e Infrações Conexas;
6. Promove os valores e as preocupações ambientais com o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para um futuro ambientalmente sustentado prevenindo a poluição e acidentes ambientais graves;
7. Avalia e controla os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança dos colaboradores e de todos os que trabalham para a Empresa, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que reduzam a possibilidade de danos para a saúde e a ocorrência de incidentes;

8. Apoia, promove e desenvolve ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos seus colaboradores, contribuindo para o da sociedade em geral, reforçando a relação com os seus fornecedores e prestadores de serviços, estimulando a sua adesão e compromisso de respeitar e aplicar práticas de acordo com estes princípios;
9. Identifica e avalia oportunidades e ameaças no que se refere à sua atividade, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a minimizar e mitigar riscos inerentes a situações de emergência para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio com base em Planos de Emergência adequados.

Valores

A EPAL orienta-se pelos seguintes Valores:

- A Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;
- A Responsabilidade Social na prestação de serviços públicos essenciais;
- A Sustentabilidade e os propósitos que lhe são inerentes de eficiência na gestão, de defesa e proteção do ambiente, de respeito pela pessoa humana e de envolvimento da Comunidade;
- A Orientação para o Cliente, razão de ser da Empresa;
- A Integridade e a Transparência na forma de estar e nas relações com todas as partes interessadas;
- A Competência e o rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a EPAL e os seus diferentes públicos;
- O respeito e a prática da Legalidade;
- A Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.



2. Regulamentos Internos e Externos

Regulamentos Internos

Do conjunto de documentos normativos internos em vigor na EPAL destacam-se os seguintes:

1. Código de Boas Práticas de Higiene no Sistema de Abastecimento da EPAL
2. Código de Ética e Conduta
3. Manual do SIRE – Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial
4. Manual de Acolhimento
5. Manual de Acolhimento de Entidades Externas
6. Manual de Gestão de Inspeções de Infraestruturas de Abastecimento de Água
7. Manual do Inventário de Infraestruturas de Abastecimento de Água
8. Manuais de Exploração de Infraestruturas do Sistema de Abastecimento
9. Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica
10. Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros
11. Ordem de Serviço - Centros de Responsabilidade
12. Ordem de Serviço – Delegação de Competências
13. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
14. Política de Utilização de Equipamentos Informáticos e de Comunicação
15. Regulamento de Atribuição e Utilização de Viaturas

Legislação Relevante

Publicados em 2013, os diplomas legais com incidência nas atividades da EPAL foram os seguintes:

1. Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro
Orçamento do Estado para 2013
2. Lei n.º 35/2013, de 11 de junho
Segunda alteração à lei de delimitação de setores
3. Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho
Aprova medidas fiscais de incentivo ao investimento

4. Lei n.º 39/2013, de 21 de junho
Regula a reposição do subsídio de férias para os trabalhadores públicos
5. Lei n.º 41/2013, de 26 de junho
Aprova o Código de Processo Civil
6. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho
Novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano.
7. Lei n.º 54/2013, de 31 de julho
Revisão da lei de organização, competência e funcionamento dos julgados de paz
8. Lei n.º 59/2013, de 23 de agosto
Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas
9. Portaria n.º 277/2013, de 26 de agosto
Estabelece as taxas de juros moratórios, nos termos do DL 62/2013, de 10 de maio
10. Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto
Regula a obrigatoriedade de publicação dos benefícios concedidos pela administração pública
11. Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto
Lei-quadro das entidades reguladoras
12. Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto
Quinta alteração ao código do trabalho
13. Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro
Regime jurídico das empresas do setor empresarial do estado
14. Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro
Regime de renovação extraordinária de contratos de trabalho a termo
15. Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro
Alteração ao regime da titularidade dos recursos hídricos



3. Informação sobre Transações Relevantes

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A EPAL segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente no que respeita às normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (aplicáveis aos procedimentos iniciados a partir de 11 de agosto de 2012). Segue, ainda, os procedimentos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, relativos ao dever de informação e à emissão de parecer prévio na aquisição de bens e prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA que, com base num modelo de relacionamento in house estabelecido pelo acionista AdP, SGPS, SA, funciona como estrutura operacional de centralização da aquisição de alguns bens e serviços.

Universo das transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

Transações relevantes com entidades relacionadas

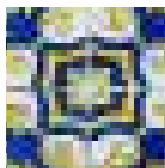
- Empresas do grupo Águas de Portugal - ver Nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras
- Clube de Golfe das Amoreiras, SA - ver Nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras

Outras transações relevantes

Lista de fornecedores com volume de faturação superior a 1 milhão de euros

Entidade	Valor c/IVA (milhares de euros)
EDP Comercial, SA	7.211,8
Iberdrola Generación, SAL	5.233,5
CME - Construção Manutenção Eletromecânica, SA	3.557,0
AdP - Águas de Portugal, SPGS, SA	3.064,8
Câmara Municipal de Lisboa	2.639,3
Oliveiras, SA	1.655,2
AdP - Águas de Portugal, Serviços Ambientais, SA	1.417,4
MDS - Corretor de Seguros, SA	1.195,2





4. Modelo de Governo

Nos termos do disposto no art. 12º dos estatutos da sociedade, o conselho de administração é composto por três ou cinco administradores, eleitos em assembleia geral, para mandatos trienais renováveis. O presidente do conselho de administração, que tem voto de qualidade, é escolhido, pela assembleia geral, de entre os administradores eleitos.

O Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da sociedade cometidos por lei, pelos arts. 13º e 14º dos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas.

4.1. Órgãos Sociais

A EPAL dispõe dos seguintes órgãos sociais eleitos por deliberação unânime do acionista de 24 de fevereiro de 2012 para o mandato 2012 - 2014:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água
Vice-presidente	Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira
Secretária	Dra. Alexandra Varandas

Do livro de atas da Assembleia Geral constam os registos das atas 41, 42 e 43, lavrados em 2013, o primeiro referente a deliberação unânime de 10 de Janeiro, que autorizou o investimento correspondente à empreitada de reabilitação e remodelação da estação de tratamento de Vale da Pedra, o segundo relativo à reunião ordinária de 25 de Março, para aprovação do relatório de gestão e das contas e da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2012, e o terceiro correspondente a deliberação unânime de 15 de Julho, para eleição do Revisor Oficial de Contas da empresa, na sequência da renúncia do revisor anterior:

Conselho de Administração

Presidente	Eng.º José Manuel Leitão Sardinha
Vogal	Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Vogal	Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Em reunião de 29 de fevereiro de 2012, foram constituídos os seguintes pelouros:

Presidente – Eng.º José Manuel Leitão Sardinha

- SG – Secretário-Geral
- PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional
- GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação
- JUR – Gabinete Jurídico
- AUD – Gabinete de Auditoria Interna
- DOP – Direção de Operações
- Representação da Empresa
- Coordenação de Pelouros

Vogal - Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- DGO – Direção de Gestão de Obras
- DIR – Direção de Infraestruturas de Rede
- LAB – Direção de Controlo da Qualidade da Água
- Órgãos Representativos dos Trabalhadores

Vogal - Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

- DRC – Direção de Relação com Clientes
- DAF – Direção Financeira
- DSI – Direção de Sistemas de Informação
- LOG – Direção de Logística
- MDA – Museu da Agua
- Jornal “Águas Livres”
- Arquivo Histórico

Foram realizadas 44 reuniões do conselho de administração no decurso do ano.



Notas curriculares dos membros do CA



José Manuel Leitão Sardinha - Presidente do Conselho de Administração

Licenciado em Engenharia do Ambiente, no ramo de Engenharia Sanitária, pela Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua atividade profissional, em 1991, na consultadoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a atividade de docente convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais. De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direção técnica/comercial, de produção e de exploração. Em março de 2002 integrou o Grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até novembro de 2004, data a partir da qual assumiu as funções de vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. até maio de 2012. Vogal do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros, nos mandatos 2004-2007 e 2007-2010

Entre março de 2004 e maio de 2012 exerceu as funções de vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, S.A..

Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde fevereiro de 2012.

Docente Convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, desde Setembro de 2000.

Vogal do Conselho Diretivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros.

Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros.

Vogal do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Alentejo, em representação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.



Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas – Vogal do Conselho de Administração

Licenciada em Gestão e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, iniciou a atividade profissional em 1985 como Assistente de Auditoria na Coopers & Lybrand e a partir de 1988 como assistente sénior de consultadoria na Consulteam, Consultores de Gestão, SA.

Entre 1989 e 1997 foi Diretora Financeira da empresa Alberto Gaspar, Indústria e Comércio de Madeiras, SA responsável pela área financeira, recursos humanos e controlo de gestão.

Entre 1998 e 2001 exerceu o cargo de Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz com os pelouros do Orçamento, Controlo Interno, Recursos Humanos.

A partir de 2002 Assessora Superior do Grupo Águas de Portugal, SGPS através da Aquapor Serviços, S.A. tendo participado na avaliação do controlo interno das concessionárias da distribuição de águas participadas pelo Grupo AdP.

Em Abril 2002 foi eleita Deputada à Assembleia da República desde Abril de 2002 tendo solicitado a suspensão do contrato de trabalho na Aquapor, SA para o exercício daquele cargo público.

Foi Secretária de Estado da Habitação no XV Governo Constitucional tendo exercido o cargo desde 8 de Abril de 2003 a 17 de Julho de 2004. Do trabalho desempenhado destaca-se a elaboração da Reforma do Arrendamento Urbano (PL 140/IX/3); do Regime Jurídico das Sociedades de Reabilitação Urbana (Lei 106/2003) e da Revisão do programa de financiamento para acesso à Habitação Social PROHABITA.

Foi Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança no XVI Governo Constitucional, tendo exercido o cargo desde 21 de Julho de 2004 a 24 de Novembro de 2004, podendo destacar as seguintes iniciativas: Elaboração do Plano Nacional de necessidades de equipamentos sociais.

Foi Secretária de Estado da Administração Pública em 24 de Novembro de 2004 tendo exercido este cargo até à posse do novo Governo em Março de 2005.

Foi Deputada à Assembleia de República entre 2005/2009 pelo círculo eleitoral de Vila Real de Trás-os-Montes. Foi Coordenadora da Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e membro da Comissão de Orçamento e Finanças.

Entre 2009/2011 foi Deputada à Assembleia da República, eleita pelo Círculo eleitoral de Coimbra. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD com os pelouros da Saúde, Trabalho e Segurança Social entre Outubro de 2009 e Abril de 2010. Membro das Comissões Parlamentares de Saúde, Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional e membro da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais.

Exerce desde Fevereiro de 2012 o cargo de Vogal do Conselho de Administração da EPAL,SA



Maria do Rosário Ventura – Vogal do Conselho de Administração

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, iniciou a atividade profissional em 1982 como Técnica, e depois Diretora, do Departamento de Participações, Estudos e Projetos da Sociedade Financeira Portuguesa, integrando esta instituição financeira na sua evolução até 2002, designadamente após a sua privatização, em 1990, dando origem ao Banco Mello que, por sua vez, foi integrado no BCP em 2000, tendo desempenhado diversos cargos de Direção quer na área de banca de investimentos (Direções de Grandes Empresas, Corporate Finance e Mercado de Capitais, Projetos Especiais e Fundos de Capital de Risco, entre outras) quer na banca de retalho (Administradora- Delegada da Mello Crédito SFAC, Direções de Cartões de Crédito, de Clientes Particulares e Negócios e Unidade de Produtos de Crédito do BCP).

Entre 2002 e 2004, foi Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Economia, do XV Governo Constitucional.

Maria do Rosário Ventura foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. e das suas participadas em 2004/05, diretora do Grupo Millenniumbcp (2005), e Administradora Executiva da Efacec Capital, SGPS com o Pelouro Financeiro (CFO) entre Dezembro de 2005 e Abril de 2011, exercendo também funções de Administradora em diversas empresas do grupo Efacec.

Participou, com funções não executivas, nos conselhos de administração da Sulpedip – Sociedade para o Desenvolvimento Industrial, S.A. (1989/91), Lisnave-Infraestruturas Navais, em representação do Banco Mello (1998/99) e Visa Portugal – Associação dos Operadores Visa, em representação do Banco Comercial Português (2000/01) tendo ainda sido Deputada da Assembleia Municipal de Sintra, entre 2005 e 2009.

Vogal do Conselho de Administração da EPAL desde fevereiro de 2012.

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo - Dr. António Dias Nabais

Fiscal único suplente - Dr. Severo Praxedes Soares

Comissão de Vencimentos

Presidente – Eng.º Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria

Vogal – Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável, eleito na assembleia geral de 30 de março de 2012:

Presidente – Eng. Carlos Pimenta

Vogal – Profª. Maria Paula Batista Antunes

Vogal – Eng. Manuel Duarte Pinheiro

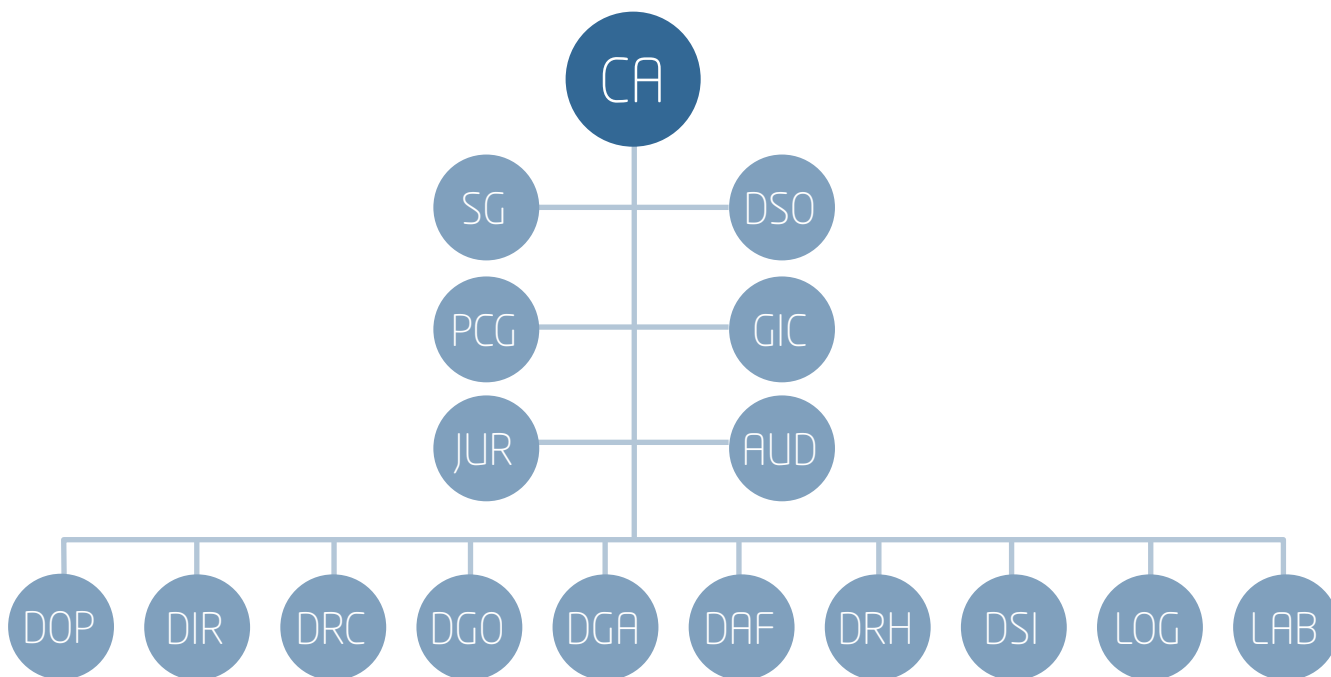
O Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável não reuniu em 2013 e não teve qualquer remuneração.

Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo

Revisor Oficial de Contas Efetivo - PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Ldª

4.2. Estrutura Organizacional

ORGANIGRAMA



CA	Conselho de Administração	DRC	Direção de Relação com Clientes
SG	Secretário-Geral	DGO	Direção de Gestão de Obras
DSO	Gabinete de Desenvolvimento Organizacional	DGA	Direção de Gestão de Ativos
PCG	Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	DAF	Direção Financeira
GIC	Gabinete de Imagem e Comunicação	DRH	Direção de Recursos Humanos
JUR	Gabinete Jurídico	DSI	Direção de Sistemas de Informação
AUD	Gabinete de Auditoria Interna	LOG	Direção de Logística
DOP	Direção de Operações	LAB	Direção de Controlo da Qualidade da Água
DIR	Direção de Infraestruturas de Rede		

Outras Unidades e Funções na dependência direta do Conselho:

- MDA – Museu da Água
- Arquivo Histórico

DOP – Direção de Operações

Função: Captação, tratamento, transporte e distribuição da água, assegurando a sua quantidade e qualidade

Manutenção da integridade operacional dos ativos de produção

Assistência corretiva da instrumentação de controlo

Órgãos diretamente subordinados:

FAS - Fábrica da Asseiceira

FAP - Fábrica de Vale da Pedra

RED - Departamento de Redes

UDE – Unidade de Despacho

UMD – Unidade Móvel de Despacho

DIR – Direção de Infraestruturas de Rede

Função: Execução da manutenção preventiva e curativa de adutores e condutas, com o objetivo de maximizar o nível de serviço e eficiência operativa das redes

Gestão da execução de novos abastecimentos na rede de distribuição

Órgãos diretamente subordinados:

MIV - Departamento de Manutenção de Vila Franca

UMV – Unidade de Manutenção de Vila Franca

ULO – Unidade de Licenciamentos e Obras

MIL - Departamento de Manutenção de Lisboa

UML – Unidade de Manutenção de Lisboa

DRC – Direção de Relação com Clientes

Função: Interface da empresa com todos os seus clientes do negócio de água, gerindo os vários canais de comunicação com estes, bem como as suas solicitações e reclamações

Órgãos diretamente subordinados:

CLE - Departamento de Clientes Estratégicos

SCL - Departamento de Atendimento e Assistência Local

ATD – Unidade de Atendimento a Clientes

ASL – Unidade de Assistência Local

FCG – Unidade de Faturação e Cobrança

MKT – Unidade de Marketing

NVA – Unidade de Novos Abastecimentos

Negócio AQUAmatrix

DGO – Direção de Gestão de Obras

Função: Promover a realização de estudos e projetos e efetuar a gestão, fiscalização e controlo de obras

Promover a contratação, quando necessária, de prestação de serviços técnicos nas áreas de engenharia, projetos, obras e fiscalização

Órgãos diretamente subordinados:

PGO - Departamento de Projeto, Fiscalização e Gestão de Obra

PRO – Unidade de Gestão de Projetos

STE – Unidade de Serviços Técnicos

URB - Departamento de Infraestruturas Urbanas

OBR – Unidade de Obras na Rede

APO – Unidade de Apoio Administrativo

DGA – Direção de Gestão de Ativos

Função: Assegurar uma gestão integrada dos Ativos Operacionais que garanta o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos, promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida

Órgãos diretamente subordinados:

PLA - Unidade de Planeamento de Ativos

MON - Unidade de Monitorização

INS - Unidade de Inspeções

MAN - Departamento de Manutenção

MEQ - Unidade de Manutenção de Equipamentos

MED - Unidade de Manutenção de Medidores

DAF – Direção Financeira

Função: Gestão financeira, relato financeiro oficial, planeamento e gestão fiscal, gestão de riscos financeiros e de seguros, gestão do plano e fundo de pensões e interlocução com entidades fiscalizadoras externas e avaliadores do risco de crédito

Órgãos diretamente subordinados:

GEF - Unidade de Gestão Financeira

CTB – Unidade de Contabilidade Geral e Impostos

PAE – Unidade de Património, Analítica e Estudos

DRH – Direção de Recursos Humanos

Função: Assegurar uma gestão integrada dos Recursos Humanos que contribua para o desenvolvimento da empresa, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores

Órgãos diretamente subordinados:

GPS - Unidade de Gestão de Pessoal

MSS - Unidade de Medicina, Saúde e Atividades Sociais

DSI – Direção de Sistemas de Informação

Função: Gestão centralizada das plataformas tecnológicas da empresa

Desenvolvimento dos Sistemas de Informação, assim como das correspondentes tecnologias de suporte

Gestão das tecnologias de telecomunicações

Interface com entidades tecnológicas, no âmbito do desenvolvimento de novas tecnologias em termos de Sistemas de Informação e Telecomunicações

Órgãos diretamente subordinados:

UIT - Unidade de Infraestruturas e Telecomunicações

UAC - Unidade de Aplicações Corporativas

LOG – Direção de Logística

Função: Gestão de stocks e do processo de compras

Gestão da frota e do parque de equipamentos administrativos,

Manutenção e limpeza do património não técnico (edifícios, espaços verdes, etc) e do património não afeto à exploração

Órgãos diretamente subordinados:

CGS - Unidade de Compras e Gestão de Stocks

SGR - Unidade de Serviços Gerais

LAB – Direção de Controlo da Qualidade

Função: Garantir o controlo da qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até ao ponto de entrega ao consumidor; assim como nas torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, através da realização de análises laboratoriais

Assegurar o tratamento dos dados da qualidade da água, bem como a sua divulgação junto das entidades internas e externas, nomeadamente às autoridades de saúde, regulador e consumidores

Estabelecer os processos e métodos que regem a atividade laboratorial da empresa

Gerir o sistema de acreditação dos laboratórios

Gerir o Plano de Segurança da Água da EPAL

Órgãos diretamente subordinados:

UAT - Unidade de Apoio Técnico

LAC – Unidade Laboratório Central

LAS – Laboratório da Asseiceira (Equipa funcional)

LVP – Laboratório de Vale da Pedra (Equipa funcional)

SG – Secretário-Geral

Função: Função legal de Secretário da Sociedade

Porta-voz para o exterior

Apoio ao Conselho de Administração e gestão de atividades e pessoal diretamente relacionadas com o CA

Gestão documental

DSO – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional

Função: Promover a melhoria da eficácia e eficiência da EPAL através da sistematização de todas as atividades da empresa

Gerir a segurança e proteção de pessoas, instalações e infraestruturas, ambiente e atividades, promovendo a gestão de crises e de situações de emergência de forma a viabilizar a continuidade do negócio

Gerir o projeto de centralização de funções

GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação

Função: Gerir a imagem da empresa através de uma comunicação institucional eficiente, harmonizando os formatos da comunicação com stakeholders internos e externos

PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

Função: Planeamento, controlo de gestão, reporting interno e externo, gestão do sistema de informação de gestão da empresa, estudos e apoio às decisões estratégicas

JUR – Gabinete Jurídico

Função: Representação, consulta e assessoria jurídicas da empresa







5. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de Abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidos pela empresa aos membros dos órgãos sociais constam do Anexo às Demonstrações Financeiras – Nota 31.







6. Análise de Sustentabilidade

O relato do desempenho da EPAL orientado para a sustentabilidade, no decurso do ano de 2013, consta do Relatório de Sustentabilidade da empresa.

As políticas definidas e as ações desenvolvidas ao longo do período de reporte permitiram uma evolução positiva na generalidade dos indicadores económicos, ambientais e sociais.







7. Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação
- Promoção e valorização profissional
- Respeito pela vida pessoal e familiar
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor

Caracterização dos recursos humanos ao serviço da EPAL

N.º Trabalhadores a 31 Dez.

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Homens	541	538	502	-36	-6,7%
Mulheres	198	198	192	-6	-3,0%
Total	739	736	694	-42	-5,7%

No final do ano de 2013 o número de trabalhadores da empresa era de 694, o que corresponde a uma diminuição de 42 trabalhadores (-5,7%), face ao ano anterior.

Natureza do Vínculo Laboral

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Efetivos	704	702	665	-37	-5,3%
A termo	35	34	29	-5	-14,7%
Total	739	736	694	-42	-5,7%

Movimentos de pessoal no ano

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Entradas	25	14	3	-11	-78,6%
Saídas	32	17	45	28	164,7%
Saídas por reforma	26	7	2	-5	-71,4%
Saídas por pré-reforma	0	0	0	0	-
Saídas por outros motivos	6	10	43	33	330,0%

Idade

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Idade média dos trabalhadores	46	47	47	0,0	0,0%
Trabalhadores por estrutura etária	739	736	694	-42	-5,7%
idade - <25	5	5	5	0	0,0%
idade - 25-34	130	109	93	-16	-14,7%
idade - 35-44	162	180	186	6	3,3%
idade - 45-54	227	217	195	-22	-10,1%
idade - >55	215	225	215	-10	-4,4%

Em 2013, os níveis 45-54 e >55 registaram reduções de 10,1% e 4,4%, respetivamente, face ao ano anterior.

Antiguidade

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Antiguidade média dos trabalhadores	20	21	21	0,0	0,0%
Trabalhadores por Antiguidade	739	736	694	-42	-5,7%
antiguidade - <2	45	33	12	-21	-63,6%
antiguidade - 2-5	65	73	68	-5	-6,8%
antiguidade - 6-10	63	39	63	24	61,5%
antiguidade - 11-20	176	200	180	-20	-10,0%
antiguidade - >20	390	391	371	-20	-5,1%

O grupo de trabalhadores da empresa com mais de 20 anos de antiguidade registou uma redução de 5,1%.

Distribuição por níveis profissionais

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Trabalhadores por níveis profissionais	739	736	694	-42	-5,7%
Quadros superiores	97	98	94	-4	-4,1%
Quadros médios	172	172	167	-5	-2,9%
Encarregados/mestres	35	35	34	-1	-2,9%
Altamente qualificados	131	129	120	-9	-7,0%
Qualificados	299	297	275	-22	-7,4%
Semi qualificados	5	5	4	-1	-20,0%

No ano em análise, 59,8% dos trabalhadores estão enquadrados nos níveis - altamente qualificados, encarregados/mestres e quadros médios e superiores, tendo-se também assistido a uma diminuição de 7,4% nos trabalhadores qualificados, em relação ao ano anterior.

Distribuição por níveis de habilitações

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Trabalhadores por níveis de habilitações	739	736	694	-42	-5,7%
Ensino Básico	285	280	250	-30	-10,7%
Ensino Secundário	216	218	208	-10	-4,6%
Ensino Superior	238	238	236	-2	-0,8%

Os trabalhadores com graus do ensino superior representam 34% do total do ativo humano da empresa, em 2013.

Absentismo

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Taxa de absentismo	5,16%	4,32%	4,28%	-0,04 pp	
Horas de Absentismo	67.176	55.677	54.268	-1.409	-2,5%

Verificou-se um decréscimo de 1 409 horas de absentismo, face a 2012.

Formação

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
N.º de horas de formação	14 724	12 024	15 205	3.181	26,46%
N.º de formandos	787	823	1 515	692	84,08%
N.º. Participantes	419	430	538	108	25,12%

Registou-se um aumento de 3 181 horas de formação relativamente ao ano anterior, o que corresponde a mais 26,46%.

O número de participantes em ações de formação representou 77,5% do total dos trabalhadores da empresa.

Segurança e higiene no trabalho

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Nº de acidentes de trabalho – total	34	28	39	11	39,3%
Nº de acidentes de trabalho - com baixa	21	22	22	0	0,0%

Indicadores de segurança

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
TF – Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	29	21,78	34,39	12,61	58%
Tf – Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	22	17,42	20,28	2,86	16%
Tg – Taxa de gravidade (só do próprio ano)	1,4	0,59	1,83	1,24	210%
TG – Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	1,24	1,04	0,99	-0,05	-4,8%

$TF = NA/HT \times 10^6$ $Tf = NA_{ita}/HT \times 10^6$ $TG = Ndb/HT \times 10^3$ $Tg = Ndba/HT \times 10^3$

NA – Número de acidentes

NA_{ita} – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

Ndb – Número de dias (de calendário) de baixa

Ndba – Número de dias (de calendário) de baixa do ano

HT – Número de horas trabalhadas

Medicina do trabalho

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Nº total de exames médicos efetuados	936	1.010	1.114	104	10,3%
Nº consultas estomatologia	1.344	1.408	789	-619	-44,0%
Nº de tratamentos fisioterapia	551	0	0	0	-
N.º de Campanhas de informação/saúde	2	5	0	-5	-100,0%

A variação registada nas consultas de estomatologia resultou do facto de se ter optado, a meio do ano, pela inclusão no seguro de saúde desta especialidade médica, prescindindo da prestação direta nas instalações da empresa.

Refeitórios

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Nº de refeições consumidas	89.367	90.646	88.974	-1.672	-1,8%





8. I&D e Inovação

- **Portal Colaborativo da EPAL** – Coordenação e desenvolvimento interno da nova versão da Intranet da EPAL, com o objetivo de aumentar e facilitar a partilha de informação entre os colaboradores, tornando-a no principal veículo de comunicação interna da empresa e no ponto de acesso a todos os conteúdos e aplicações de interesse geral. Esta nova Intranet, também disponibiliza um meio para as direções, de um modo organizado, partilharem com outros órgãos da empresa a informação que consideram pública e relevante. Desde o dia do seu lançamento, o portal registou diariamente uma média de 298 visitas, com consultas a mais de 4 000 páginas e onde se efetuam cerca de 150 pesquisas. A nova Intranet foi lançada no dia 4 de Fevereiro de 2013
- **MILLENIUM** – Coordenação do projeto, instalação e configuração da nova aplicação de Controlo da Assiduidade dos trabalhadores. Este projeto teve como objetivo, disponibilizar um Portal Web, de modo a permitir a todos os trabalhadores intervirem no processo de assiduidade através de um conhecimento em tempo real do acontecido (justificações, autorizações, férias) e, de imediato, realizarem as ações de regularização consequentes. O módulo 'Chefia' permite também a autorização da solicitação, finalizando rapidamente o processo de modo a que nas primeiras semanas do mês seguinte, todo o processamento de absentismo esteja regularizado. Este projeto entrou em produção no dia 9 de Julho.
- **WeMake** – Coordenação do projeto, instalação e configuração da aplicação de suporte ao Sistema Integrado de Responsabilidade Empresarial da EPAL

Esta aplicação está direcionada para uma eficaz gestão de todo o Sistema Integrado, permitindo uma gestão de documentação dos processos, gestão de Auditorias, atualização da legislação aplicável, implementação e monitorização de ações corretivas e preventivas. É uma ferramenta de melhoria contínua que permite monitorizar os processos, controlar os objetivos propostos e permitir aos participantes, internos e externos, obter os indicadores necessários à sua gestão.

- **WONE** – Desenvolvimento interno do WONE com o objetivo da comercialização do software num modelo "Software as a Service" (SaaS). Este desenvolvimento implicou uma reestruturação profunda ao nível tecnológico, tanto do ponto de vista aplicacional, como de infraestrutura, obrigando ao redesenho gráfico e funcional da aplicação de forma a aumentar a atratividade e eficácia da sua utilização, numa perspectiva de usabilidade, acessibilidade, robustez e confiança na informação prestada. Obedecendo aos standards tecnológicos existentes no mercado, o WONE, garante a universalidade da sua utilização. Para tal, é disponibilizado em multilingue, multibrowser, multiplataforma e multicliente, permitindo a interoperabilidade com a maioria dos equipamentos de telemetria existentes do mercado. O WONE foi preparado, para disponibilizar os dados em RealTime, através de uma sincronização com os sistemas de Telemetria ao minuto. Foi também desenvolvido um módulo de georreferenciação dos eventos nas ZMCs, integrado com o serviço GoogleMaps. De modo a garantir alta disponibilidade e escalabilidade do serviço, atualmente a aplicação encontra-se alojada em ambiente de Cloud Computing, podendo ser acedida através do domínio, www.wonenet.com. À data, o WONE está disponível em Cloud com dados dos sistemas de telemetria da EPAL, em constante sincronização
- **GInterAqua** – Coordenação do projeto, instalação e configuração de uma nova versão do GInterAqua Web, trazendo como principal novidade a disponibilização da ferramenta de Georreferenciação em multibrowser.
- **Sistema Fotográfico** - Remodelação tecnológica, por razões de obsolescência técnica do sistema instalado, para apoio à manutenção, calibração e ensaio dos contadores de água de grande calibre. Este projeto consistiu na instalação de um sistema de vídeo com captura fotográfica de imagem (foto finish), que através das fotografias captadas nos instantes zero e final do ensaio, são a prova documental para suporte aos relatórios realizados para cada um dos contadores aferidos.
- **TELEGESTÃO** - Implementação de novas funcionalidades e automatismos de modo a otimizarem o funcionamento em automático das estações elevatórias com especial enfoque na racionalização dos custos de energia. Foi também feito o desenvolvimento de todos os algoritmos de controlo, segurança e monitorização das estações elevatórias dos Olivais,

possibilitando o seu comando com a garantia de altos níveis de desempenho e libertando-a dos operadores e das tarefas rotineiras que executavam.

- **MAXIMO** – Desenvolvimento do projeto MAXIMO que além de resolver alguns problemas existentes (LogBook) permitiu otimizar os processos de Manutenção Curativa, desenvolver e implementar o sistema de Manutenção Preventiva para todos os ativos permitindo o correto controlo das ações programadas a executar.
- **Projeto I&D «Fungi Watch: Benefits and hurdles associated with the presence of fungi in drinking water sources»**, a decorrer em colaboração com o IBET e a Faculdade de Farmácia de Lisboa.
- **Projeto “LDmicrobiota - O microbiota dos sedimentos dos sistemas de distribuição e a qualidade da água para consumo humano”** com o LNEC.
- **Projeto “ChloriDec - Tecnologia para monitorização em tempo real das taxas de decaimento do cloro em sistemas de abastecimento de Água”**, em conjunto com o LNEC e IST.
- **Projeto I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)** intitulado “Contaminantes Ambientais Emergentes: Produtos Farmacêuticos”, em colaboração com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.
- **Projeto Europeu “AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses”** que tem por objetivo desenvolver um sistema portátil, de baixo custo, de instalação e deteção on-site, para realizar a monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água.
- Desenvolvimento e implementação de testes a materiais em contacto com a água e ensaios de metais em produtos usados no tratamento (sulfato de alumínio).
- Conclusão do **Projeto AdaptaClima** - Projeto que visa dotar a EPAL de uma estratégia de médio e longo prazo de adaptação às alterações climáticas.
- **Projeto Prepared** - ultimação do Projeto que tem como principal objetivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do setor de abastecimento e saneamento de água.
- **Projeto de Gestão Estratégica do Risco** - Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para a gestão integrada dos riscos a nível estratégico (tese de doutoramento com a Universidade de Cranfield).
- **WATERBEEP** - Desenvolvimento e lançamento do WATERBEEP que disponibiliza informação sobre o consumo real de água dos clientes, permitindo-lhes acompanhar a sua evolução ao longo do tempo e comparar com o consumo médio da cidade, para além de enviar alarmes sempre que se verifique um desvio ao padrão normal de consumo, aumentando a eficiência de utilização de água.
- **AQUAmatrix** – Modernização e upgrade tecnológico do AQUAmatrix, com migração para tecnologia Microsoft e desenvolvimento de um novo modelo de custeio com o objetivo de identificar todos os custos e critérios de imputação de custos partilhados.
- **Estudo “Metodologias para a Delimitação de Perímetros de Proteção das Captações de Água Superficiais da EPAL”** - em cooperação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e com a colaboração do Instituto Hidrográfico.

No âmbito do concurso EPALin, que visa dinamizar a inovação empresarial, premiando o desenvolvimento interno de projetos que contribuam para a eficiência e eficácia dos processos e atividades da empresa e para a valorização e afirmação da marca EPAL no Setor da água, foram recebidas, na edição de 2013, doze candidaturas.

O prémio foi atribuído ex aequo aos projetos “Common rail de água motriz” e “Dispositivo de Fecho Automático de Recipientes de Cloro”. Foram ainda atribuídas 3 menções honrosas às candidaturas “Máquina semi-automática para Retificação de Roscas de Ligação dos Contadores de Água à Tubagem”, “Sacatampas” e “Water-QI - Quick Investments in Water Network”.



9. Ética e Prevenção da Corrupção

Existe na EPAL um Código de Ética e de Conduta, cuja distribuição abrangeu todos os seus trabalhadores. O Código está disponível para consulta na intranet e internet (www.epal.pt).

O código de ética da EPAL tem por objetivo enquadrar a missão, os princípios e os valores da empresa num conjunto de referências e linhas de orientação que deverão mobilizar os comportamentos e atitudes de todos os colaboradores ao seu serviço nas suas atividades de todos os dias.

As referências e linhas de orientação do Código de Ética deverão ser observadas por todas as pessoas e entidades que trabalhem ou prestem serviços à EPAL, qualquer que seja a natureza jurídica da sua relação.

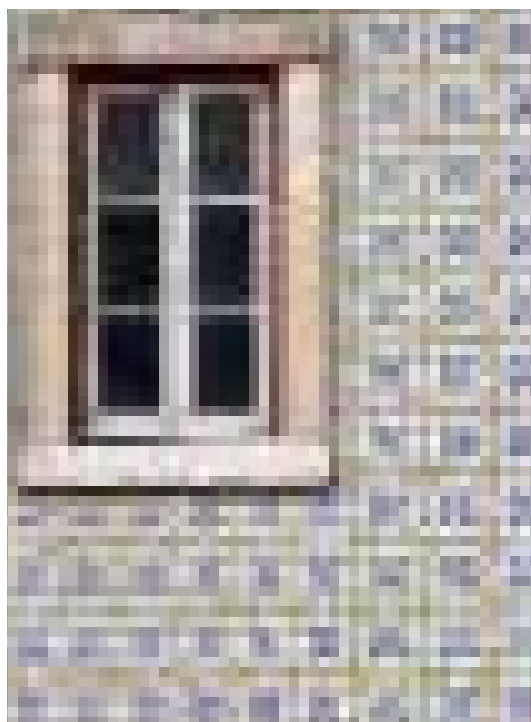
Foi adotado na empresa um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet (www.epal.pt).

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura do grupo e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009.

Em 2013, realizaram-se duas monitorizações às áreas funcionais mais diretamente relacionadas com as temáticas "Concessão de Benefícios Públicos (Patrocínios e Donativos)" e "Licenciamentos de Projetos e Obras em Sede de Novos Abastecimentos".

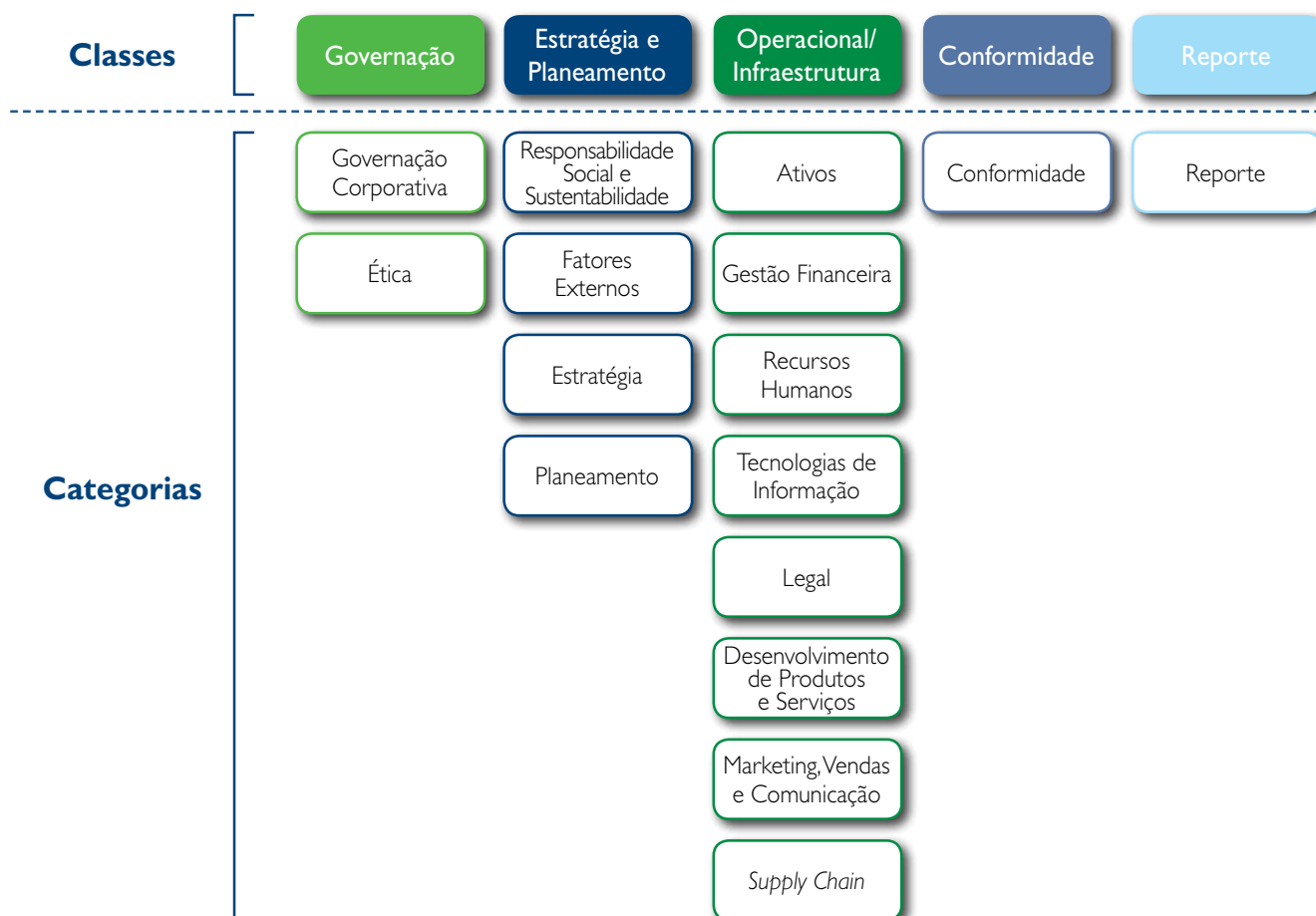






10. Controlo de Risco

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela empresa, sendo periodicamente apreciados pelo acionista (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela EPAL e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

A EPAL participou no processo de autoavaliação do Risco Empresarial, promovido pela AdP/AICR, tendo sido aprofundada a caracterização das várias medidas de controlo existentes na organização para mitigação dos diversos riscos empresariais, salientando-se que o nível de risco residual global é Baixo.

A gestão do risco foi assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da EPAL, apresentando-se seguidamente os principais riscos a que a empresa se encontra exposta:

Riscos Operacionais

Qualidade da Água	Mitigação
Risco de consequências adversas para a saúde pública decorrentes de falhas, erros, acidentes ou avarias do processo de abastecimento	Programa Integrado de Controlo de Qualidade da Água que compreende o controlo legal, operacional e de vigilância e o controlo dos processos de tratamento instalados nas fábricas Plano de Segurança da Água, no qual são avaliados os riscos para a saúde do consumidor e os riscos de falta de água, desde a captação até à torneira, com análise exaustiva de todos os perigos existentes e das medidas de controlo implementadas
Falha ou indisponibilidade dos ativos	Mitigação
Pode pôr em causa a continuidade do abastecimento	O Sistema de Telegestão assegura a monitorização e operação dos ativos em tempo real As inspeções a infraestruturas de abastecimento de água constituem uma atividade corrente e sistemática na EPAL, o que permite à Empresa dispor de informação constantemente atualizada sobre o estado e evolução da condição física dos ativos, servindo esta para conhecer os riscos presentes na exploração dos mesmos, apoiar a tomada de decisão sobre os investimentos mais prioritários, bem como suportar e definir as ações de manutenção curativa e preventiva a realizar
Segurança física das instalações	Mitigação
Riscos de danos causados por situações fortuitas, acidentes, nomeadamente naturais, e ações de terceiros	A existência de planos de emergência e de esquemas de segurança ao nível da integridade das instalações

Riscos Financeiros

Risco de Liquidez	Mitigação
Risco de não deter fundos necessários para solver os compromissos assumidos	Manter um nível confortável de liquidez Assegurar uma estrutura financeira sólida, adaptando as fontes de financiamento aos ativos operacionais e de investimento Garantir flexibilidade na utilização de linhas de crédito, em montantes adequados ao desenvolvimento normal da atividade
Risco de Taxa de Juro	Mitigação
Risco de sobre exposição a volatilidade das taxas de mercado e, por outro lado, risco de oportunidade associado à contratação de taxas fixas	Equilíbrio da dívida a taxa fixa e a taxa variável. No final de 2013: taxa fixa - 53% e taxa variável - 47%. Contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais instrumento de cobertura

Risco de Crédito	Mitigação
Risco de perdas financeiras, decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes	Avaliação efetuada regularmente, tendo em conta o tipo de crédito, a finalidade e a natureza das operações, nomeadamente através do controlo dos saldos de contas a receber, com base numa avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade

Outros Riscos

Alterações Climáticas	Mitigação
Risco de afetação da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos disponíveis	<p>Deu-se continuidade ao Projeto Adapta Clima, que visa dotar a EPAL de uma estratégia de médio e longo prazo de adaptação às alterações climáticas. O projeto é coordenado cientificamente pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e acompanhado pelo Grupo de Alterações Climáticas (GAC) da EPAL</p> <p>Deu-se continuidade ao Projeto PREPARED, que tem como principal objetivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do setor de abastecimento e saneamento de água</p>
Custos Energéticos	Mitigação
O peso dos custos energéticos na estrutura de custos da empresa pode não ser recuperável pela via tarifária	<p>A compra de energia no mercado liberalizado</p> <p>Investimento na produção de energia através de fontes renováveis</p> <p>Instalação de equipamentos mais eficientes</p>
Regulação Económica	Mitigação
Insuficiente codificação do modelo regulatório específico da EPAL	Colaboração e disponibilidade para análise e discussão do modelo regulatório
Regulamentação	Mitigação
Acréscimo de encargos para a Empresa decorrentes de nova legislação e regulamentação	Colaboração com as autoridades competentes, emitindo pareceres sobre as novas propostas de legislação ou regulamentação







11. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da EPAL, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

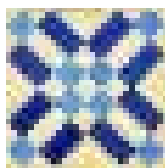
Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da EPAL,SA cumprem com as seguintes obrigações:

- Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenham interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

No domínio da prevenção de conflitos de interesse destacam-se, ainda, os seguintes mecanismos:

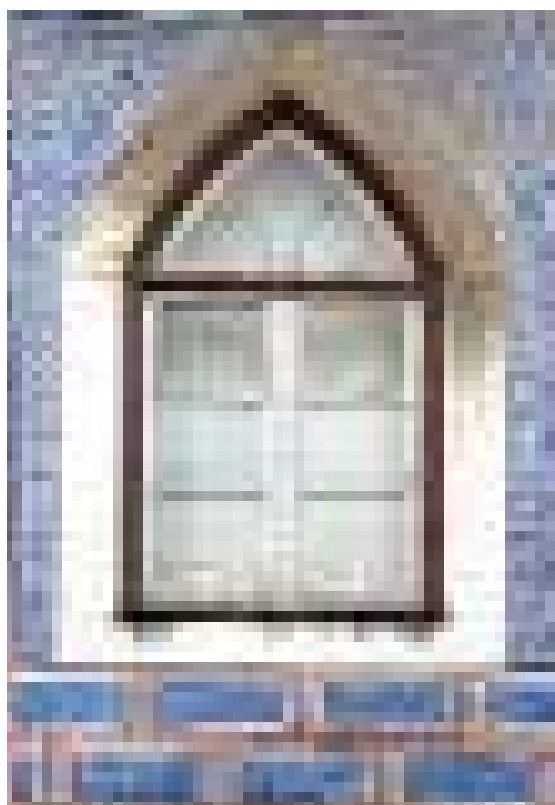
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Divulgação e adoção do Código de Ética e de Conduta
- Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos seguintes valores:
 - Integridade e transparência
 - Competência e rigor
 - Respeito pela Lei
 - Melhoria contínua
- Existência de processos de auditoria autónomos e independentes
- Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade
- Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública
- Composição organicamente diversificada dos júris constituídos, quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços





12. Divulgação de Informação

A EPAL, S.A. deu cumprimento à divulgação das informações previstas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, através do sítio da Empresa. Relativamente aos deveres especiais de informação previstos no Despacho n.º 14277/2008, a avaliação é efetuada no relatório e contas consolidado da AdP SPGS.







13. Iniciativas de Publicidade Institucional

Publicidade efetuada pela empresa em 2013

Mês	Meio	Tipo	Custo €
Janeiro	Jornal Água e Ambiente	Produto	2 297
		Encarte	1 963
	Revista Construção Sustentável	Institucional	4 920
Fevereiro	Revista Indústria e Ambiente	Institucional	1 025
	Jornal Água e Ambiente	Institucional	2 297
Março	Público	Vamos dar o litro	s/custos
	Jornal Água e Ambiente		2 603
	Diário Económico	Produto	1 845
Abril	Jornal Negócios		2 841
	Jornal Água e Ambiente	Produto	2 450
Maio	Jornal Água e Ambiente	Produto	2 450
	Diário de Notícias	Concurso Público	288
	Diário de Notícias	Qualidade da Água	2 952
	Metro	Maratona Fotográfica	1 367
	Destak	Maratona Fotográfica	1 367
Julho	Revista Indústria e Ambiente	Wone	1 025
	Jornal Água e Ambiente	Institucional	2 450
	Revista País Positivo	Publireportagem	3 506
	Metro	Tarifário	967
	Destak	Tarifário	967
	Público	Tarifário	s/custos
Setembro	Correio da Manhã	Qualidade da Água	1 476
	Jornal Água e Ambiente	Curso Prova de Águas	2 450
	Metro	Concurso Venda de Bens	967
	Destak	Concurso Venda de Bens	967
Novembro	Correio da Manhã	Concurso Venda de Bens	812
	Jornal Água e Ambiente	Academia das Águas Livres	2 450
	O Mirante	Institucional	1 661
Dezembro	Correio da Manhã	Qualidade da Água	1 476
	Jornal Água e Ambiente	waterbeep	2 450
TOTAL			54 289





14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A EPAL deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresenta.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão: [se aplicável]			X		Não foram definidos objetivos pelo Acionista
Gestão do Risco Financeiro			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP
Evolução do PMP a fornecedores	X				Informação no RC2013
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Informação no RC2013
Recomendações do acionista na aprovação de contas			X		-
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X			-	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X			26 574,16	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			13 986,40	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012			X	-	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012	X			838 657,13	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				A EPAL não dispõe de cartões de crédito atribuídos a Órgãos Sociais
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				A EPAL não procedeu ao reembolso de despesas de representação pessoal
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Parque Automóvel	X				A EPAL reduziu em 11,5% o n.º de viaturas da frota relativamente a 2012
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64 da Lei n.º 66-B/2012					
Redução de gastos operacionais			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Redução de gastos com comunicações e deslocações			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Nº de cargos dirigentes			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Limites ao endividamento (DL 133/2013)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS..

A EPAL, por intermédio da AdP, SGPS., aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Modernização do Setor Público Empresarial.

Não foram definidos objetivos de gestão por parte do acionista para o exercício de 2013, aplicando-se os objetivos definidos pela legislação, designadamente a LOE13.

De acordo com o estabelecido pelo Acionista AdP SGPS, SA, a avaliação do indicador de gestão do risco financeiro é efetuada do ponto de vista consolidado e divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS, SA. Na página 26 do presente relatório estão identificados os riscos financeiros da EPAL, cuja gestão cumpriu as orientações contantes do Despacho 101/2009-SETF e Despacho 155/2011-MEF

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores no triénio foi a seguinte:

	(dias)			
PMP	2011	2012	2013	Varição 13/12
PMP a Fornecedores	31	30	30	0%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

	(milhares de euros)			
Natureza dos Bens e Serviços	90 - 120	120-240	240-360	> 360
Outros Bens e Serviços	54,8	11,8	21,9	261,2

Não foram feitas recomendações por parte do acionista quando da aprovação das contas. Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no decurso de 2013 e no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

Foram integralmente cumpridas as orientações referentes às remunerações dos órgãos sociais e pessoal, designadamente:

- Mesa da Assembleia Geral – aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012 (sem remunerações em 2013) – ver NOTA 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Conselho de Administração – não atribuição de prémios de gestão (art.º 37.º da Lei 66-B/2012), aplicação das reduções remuneratórias (art.º 27.º da Lei 66-B/2012), bem como da manutenção da aplicação da redução de 5% (art.º 12.º da lei 12-A/2010) – ver NOTA 31 do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Dos restantes Trabalhadores – aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012.

Foi integralmente aplicado o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

Foram seguidas as normas de contratação pública vigentes. O cumprimento das orientações previstas na Lei n.º66-A/2012, respeitantes ao “Sistema Nacional de Compras Públicas” e ao “Parque de Veículos do Estado” pode, de acordo com indicação da AdP SGPS, SA, ser visto no âmbito do relatório e contas da AdP SGPS, SA. A grande maioria dos bens e serviços adquiridos compreende-se em categorias específicas das atividades das empresas nele compreendidas e, como tal, as aquisições processam-se no âmbito da AdP – Serviços Ambientais, SA., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços Ambientais.

A avaliação dos resultados das medidas tomadas para redução dos gastos operacionais é efetuada em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas da AdP, SGPS, SA, conforme transmitido por esta. A redução de

gastos na EPAL teve especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (2,4 milhões EUR), nos CMVMC (0,6 milhões EUR) e nos Gastos Financeiros (1,3 milhões EUR).

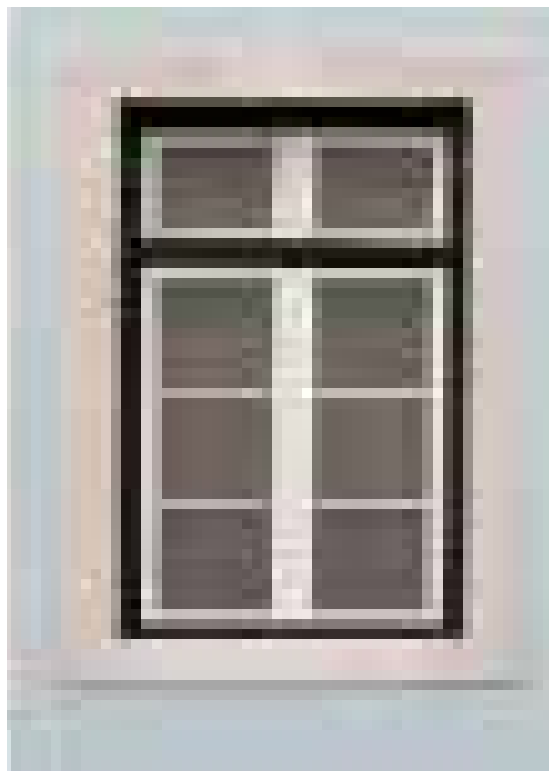
A informação referente à redução do número de efetivos e de cargos dirigentes é, conforme definido pelo Acionista AdP SGPS, SA, apresentada de forma consolidada e divulgada no relatório de gestão da AdP, SGPS, salientando-se, no entanto, que a EPAL atingiu uma redução de 6%, ou seja, o dobro da redução mínima exigida na Lei do Orçamento de Estado de 2013.

Nos termos do artigo 124º nº 1 da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi solicitada pela AdP a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado para todas as empresas do Grupo, a qual foi concedida através do despacho nº 2424/13, de 19 de dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

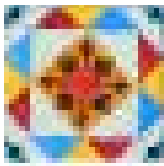
Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas.

A divulgação da informação a constar no site do Setor Empresarial do Estado é efetuada ao nível do Grupo Águas de Portugal.

Relativamente às recomendações da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de Fevereiro, referentes à aplicação e salvaguarda do Princípio da Igualdade do Género, a EPAL rege-se por um conjunto de princípios que promovem a Igualdade de Géneros, através da adoção de práticas evidentes de não discriminação, seja em razão da raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião ou filiação política. A promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como, a adoção de medidas tendentes a potenciar a conciliação entre a vida pessoal e profissional, são objetivos estratégicos da empresa e são compromissos publicamente assumidos na sua política.







15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da EPAL, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março, nomeadamente os referentes a:

- Divulgação e prossecução da Missão, Objetivos e princípios gerais de atuação da empresa
- Elaboração de planos e orçamentos anuais
- Garantia de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres
- Respeito pelos trabalhadores e promoção da respetiva valorização profissional
- Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores
- Cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis
- Equidade nas relações com Clientes, Fornecedores e restantes partes interessadas
- Existência de Código de Ética e de Conduta
- Condução formalizada e íntegra dos negócios
- Existência de órgãos de administração e de fiscalização com segregação de funções
- Auditorias regulares e sistemáticas às contas
- Manutenção e desenvolvimento de sistemas de controlo adequados, nomeadamente dos riscos associados ao negócio e à empresa
- Divulgação da informação relevante



1948

Entrada em funcionamento do Subsistema do Aqueduto do Tejo, com a inauguração da estação elevatória dos Olivais

1964

Ampliação do Subsistema do Aqueduto Tejo, com a entrada em funcionamento da captação em Valada-Tejo e da ETA de Vale da Pedra



1970

Entrada em funcionamento da Conduta da Costa do Sol

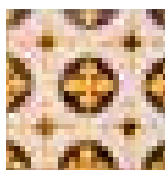
1974

Final de concessão da CAL, e fundação da EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa

1979

Entrada em funcionamento do Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras





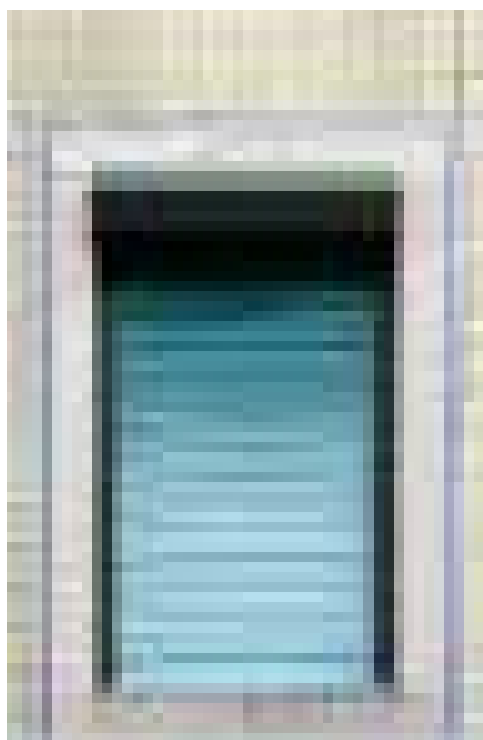
1. Introdução

A atividade da EPAL está orientada para a captação, produção, transporte e distribuição de água para consumo humano.

Para além da prestação dos serviços inerentes ao fornecimento de água, nomeadamente, atendimento e assistência domiciliária, são complementarmente prestados serviços de análise e controlo laboratorial, aferição e reparação de contadores e monitorização de redes. A EPAL comercializa, ainda, um sistema de informação e gestão comercial, o AQUAmatrix®, destinado a entidades gestoras de água, saneamento e resíduos sólidos, para além de comercializar um sistema de redução de perdas de águas, o WONE®, e um serviço de informação e incentivo à eficiência de utilização de água, o Waterbeep®.

O mercado da EPAL na prestação dos serviços de abastecimento de água compreende uma área de 7.090 km², com 347.233 Clientes Diretos no município de Lisboa, 17 Clientes Municipais e 3 Clientes Multimunicipais, que representam, no seu todo, 35 municípios, envolvendo aproximadamente 2,9 milhões de consumidores.

Com a sua área de intervenção, o número de consumidores servidos, a captação de água anual de 218,2 milhões de metros cúbicos, um volume de negócios na ordem dos 143,1 milhões de euros e com 694 trabalhadores, a EPAL é a maior empresa nacional no setor do abastecimento de água e a maior empresa do Grupo Águas de Portugal.







2. Enquadramento Macroeconómico

À semelhança de 2012, em 2013 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0% em 2013; 3,1% em 2012).

A atividade económica da União Europeia registou em 2013 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4% (menos 0,7% em 2012). Contudo, observou-se o crescimento das exportações contribuindo para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo do 1%. Embora dentro das expectativas, os níveis da inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

A taxa de desemprego mantém níveis elevados, apesar de consistentes com o ano anterior (12,0% em 2013, 11,9% em 2012). As taxas de desemprego mais baixas verificam-se na Áustria (4,9%), Alemanha (5,1%) e Luxemburgo (6,2%), e as mais altas na Grécia (27,8%) e Espanha (25,8%).

Em Novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro.

A evolução da economia portuguesa tem estado condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a manutenção do processo de consolidação orçamental.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A queda do PIB deverá rondar os 1,5%, que traduz uma melhoria face à queda de 3% em 2012. A dívida pública portuguesa corresponderá aproximadamente a 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O défice orçamental de 2013 terá ficado abaixo dos 5,5% do PIB acordados com a Troika.

A economia portuguesa terá crescido 1,3% durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A taxa de desemprego terá ficado, em termos médios, em 16,4%, com um valor de 15,3% no último trimestre do ano.

A situação económica em Portugal continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Em 2014, Portugal depara-se com a incerteza associada à conclusão dos primeiros 3 anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado bem como a nível do custo desse financiamento. Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; Universidade Católica Portuguesa.





3. Enquadramento do Setor

No ano de 2013 o sector continuou a viver num contexto de importantes restrições.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado datam de 2010, tendo registado importante desenvolvimento no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), quer quanto à evolução dos gastos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

Também a natureza de serviço público baseado em infraestruturas com elevadas exigências para assegurar níveis adequados de bem-estar das populações, saúde pública, desenvolvimento das atividades económicas e sustentabilidade ambiental, tornam mais exigente o cumprimento das metas estabelecidas.

A EPAL tem correspondido ao esforço de cumprimento das diversas metas estabelecidas, adaptando diversos processos internos e com um importante empenho de todo o quadro de colaboradores.

Paralelamente, durante o ano de 2013, foi prosseguida a implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o Grupo AdP, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo prevê como linhas orientadoras para a reestruturação:

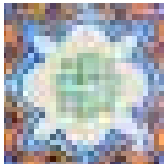
- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

O Grupo AdP deu continuidade aos trabalhos tendentes a promover a agregação territorial para o setor das águas, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer no âmbito de parcerias públicas para os sistemas municipais, tendo a EPAL colaborado em todo este processo, na medida das suas competências.

A prossecução da reestruturação do setor tem sido concretizada em diversos diplomas legais e iniciativas legislativas, relativamente aos quais se destacam:

- A Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, procedeu à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, designada Lei da Delimitação de Setores, no sentido de viabilizar a subconcessão a privados, mediante autorização do concedente, das concessões relativas às atividades de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas.
- Projetos para a agregação de vários sistemas multimunicipais existentes e das respetivas entidades gestoras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, no âmbito dos quais se contempla, desde já, a criação de três novos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais existentes;
- Criação de uma nova parceria pública e continuação das negociações para a celebração de parcerias públicas com municípios integrados no âmbito de sistemas multimunicipais, mediante a delegação da exploração e gestão dos sistemas municipais agregados por parceria pública em empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais, procedendo, assim, a uma «integração» do serviço numa única entidade gestora.





4. Regulação

Regulação Económica

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, bem como os respetivos princípios de aplicação, são fixados por Convenção a celebrar entre a Direção Geral das Atividades Económicas e a EPAL, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e da Economia. A Convenção obedece ao regime de fixação de preços que se encontra estabelecido no Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho e à qualificação de consumidores estabelecida na Portaria no 6-A/92.

As propostas de tarifário da EPAL são alicerçadas nos princípios de política tarifária a aplicar aos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público, enquadrados na Lei da Água, na qual a água é considerada um bem económico escasso, essencial à vida e às atividades económicas, a que se deve atribuir o justo valor; devendo o seu preço constituir o reflexo do custo real do abastecimento, dos custos ambientais e de escassez.

Os objetivos subjacentes ao estabelecimento de tarifas estão consignados na Lei da Água, no seu Art. 82.º, n.º 1 e no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 junho, que estabelece que o cálculo da tarifa deve gerar receitas que permitam:

- uma remuneração adequada dos capitais investidos;
- níveis adequados de auto financiamento;
- a cobertura dos custos de exploração.

Regulação da Qualidade de Serviço

A Regulação da Qualidade de Serviço é assegurada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) abrangendo ainda a sua monitorização e avaliação, através de um conjunto de indicadores, efetuando um exercício de benchmarking entre as várias Entidades gestoras dos setores das águas e dos resíduos e publicando anualmente os resultados no relatório que elabora sobre o setor. Em 2013 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2011, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da Qualidade da Água

A regulação da Qualidade da Água encontra-se atribuída à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que detém o estatuto de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

O Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, é o diploma legal que, a partir de 2008, regulamenta a qualidade da água para consumo humano, definindo a frequência de amostragem e de análise a cumprir nos pontos de entrega a entidades gestoras, entregas a clientes diretos abastecidos através do sistema de transporte e nas torneiras dos consumidores da cidade de Lisboa. Estabelece ainda as normas da qualidade para cada parâmetro cujo controlo é obrigatório.

A qualidade da água fornecida pela EPAL é evidenciada através de um intenso programa de amostragem e de análise da água captada, transportada, fornecida a outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento e distribuída na cidade de Lisboa, tendo por objetivos, entre outros, o cumprimento da legislação em vigor, a prevenção/salvaguarda da saúde do consumidor e

a segurança do serviço prestado 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Os resultados obtidos no âmbito do controlo legal são avaliados anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e publicados anualmente no “Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP)”. No âmbito da divulgação do volume 4 do RASARP, e pela primeira vez em 2013, a Entidade Reguladora atribuiu “Selos de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”, com o qual foi distinguida a EPAL.

Regulação Ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.



5. Análise Económica e Financeira

Face à necessidade de reexpressão do ano de 2012, em virtude exclusivamente da adoção do IAS 19 revisto (relacionado com a norma internacional de contabilidade de benefícios dos empregados que, no caso da EPAL, introduz alterações no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de pensões de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego), os valores referentes ao ano de 2012 encontram-se ajustados desses efeitos, não sendo pois coincidentes com os apresentados no relatório e contas do ano transato

Principais Indicadores (milhões EUR)

	2011	2012 (reexpresso)	2013	Variação 13/12	
Volume de negócios	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%
Volume de água vendida (milhões m3)	210,3	205,2	198,7	-6,5	-3,2%
Resultado líquido	42,6	43,6	40,0	-3,6	-8,3%
Resultado líquido recorrente *	42,6	43,6	42,3	-1,3	-2,9%
EBITDA	86,5	87,5	81,4	-6,1	-7,0%
EBITDA recorrente *	86,5	87,5	84,9	-2,7	-3,1%
Endividamento bancário	239,3	223,0	205,3	-17,7	-8,0%
Net Debt - Endividamento líquido	164,2	152,8	136,2	-16,6	-10,9%
Net Debt to EBITDA	1,9	1,7	1,7	0,0	0,0%
Net Debt to EBITDA recorrente *	1,9	1,7	1,6	-0,1	-7,8%
Ativo total	902,2	883,8	863,7	-20,0	-2,3%
Capital próprio	524,4	535,2	536,3	1,0	0,2%
Passivo Total	377,7	348,5	327,5	-21,1	-6,0%

* Ajustado com a dedução dos encargos não recorrentes do exercício de 2013

- Em 2013 a EPAL procedeu à contabilização do subsídio de férias relativo ao ano de 2012, atendendo a que apenas no exercício em análise foi decidido pelo Tribunal Constitucional declarar como inconstitucional a norma da Lei do Orçamento de Estado para 2013 que não previa esse pagamento. Adicionalmente, uma vez que a Lei do Orçamento de Estado para 2013 estabelece a necessidade de reduzir os quadros de pessoal no mínimo em 3%, a EPAL procedeu a acordos de rescisão por mútuo acordo, com o consequente valor de indemnizações atribuídas. Dessa forma, e para efeitos de comparabilidade entre os exercícios de 2012 e 2013, são indicados para as rubricas aplicáveis os indicadores "recorrentes".
- Consta-se pois que o ano de 2013 ficou marcado por um desempenho económico bastante positivo e a manutenção de uma sólida posição e estrutura financeira, apesar da quebra no volume de negócios, a qual foi compensada por uma forte e efetiva redução em gastos operacionais, sobretudo nas rubricas de custo das mercadorias e fornecimentos e serviços externos.

Resultados Líquidos (milhões EUR)

- O resultado líquido de 2013 ascendeu a 40,0 milhões EUR, registando uma diminuição de 3,6 milhões EUR face ao resultado verificado em 2012.

	2011	2012 (reexpresso)	2013	Variação 13/12	
Rendimentos totais	156,0	154,2	150,2	-4,1	-2,6%
Gastos totais (inclui IRC)	113,5	110,6	110,2	-0,4	-0,4%
Resultado Líquido	42,6	43,6	40,0	-3,6	-8,3%
Resultado líquido recorrente *	42,6	43,6	42,3	-1,3	-2,9%

* Ajustado com a dedução dos encargos não recorrentes do exercício de 2013

- Apesar da redução dos rendimentos da Empresa, o seu desempenho económico em 2013 foi bastante positivo, permitindo que o resultado líquido, embora registe uma diminuição face ao ano anterior, possa ser comparável se considerarmos o ajustamento dos encargos não recorrentes. Acresce ainda o fato de a EPAL ter registado como gastos, em 2013, os subsídios de férias e natal, os quais não ocorreram em 2012, o que impede a comparabilidade dos exercícios, pelo que, caso tal tivesse ocorrido, geraria um resultado líquido superior ao do ano transato.
- Foi decisiva para a obtenção deste resultado as medidas de contenção de gastos, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (2,4 milhões EUR), nos CMVMC (0,6 milhões EUR) e nos Gastos Financeiros (1,3 milhões EUR), que compensaram a quebra do volume de negócios ocorrida.

Rendimentos Totais (milhões EUR)

- Os rendimentos totais ascenderam a 150,2 milhões EUR (-2,6%)

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Volume de negócios	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%
Subsídios ao investimento	1,9	1,3	1,3	0,0	1,9%
Reversão de Provisões e ajustamentos	0,4	1,0	0,4	-0,6	-59,6%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3,1	4,3	2,6	-1,7	-39,3%
Juros e rendimentos similares	3,7	3,5	2,8	-0,7	-19,2%
Rendimentos totais	156,0	154,2	150,2	-4,1	-2,6%

- Para a evolução negativa registada nos rendimentos totais contribuíram essencialmente a redução do volume de negócios e a comparticipação do Ministério da Saúde para fazer face ao desvio do traçado do Adutor da Circunvalação junto ao novo Hospital de Vila Franca de Xira.
- Os juros e rendimentos similares registaram um decréscimo de 0,7 milhões EUR, resultante da diminuição das taxas de juros das aplicações financeiras, tendo contudo sido compensado pela redução superior nos gastos de financiamento da Empresa.

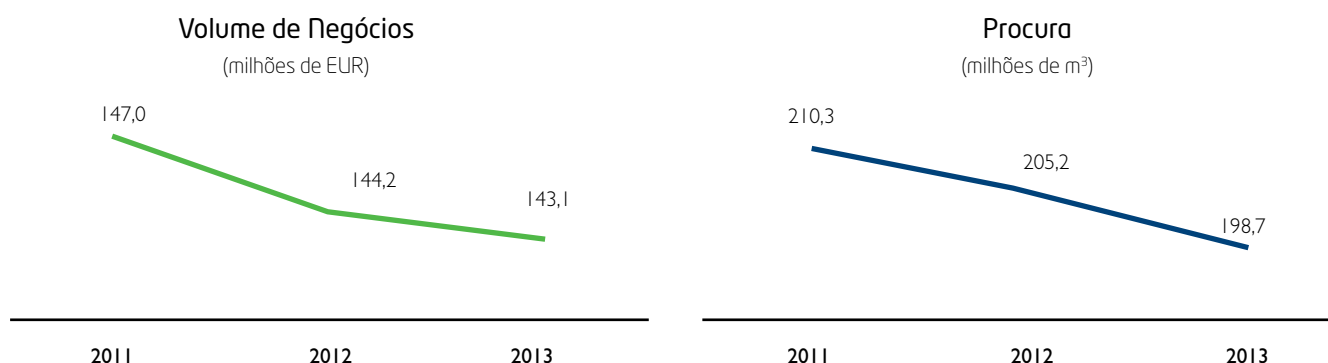
Volume de Negócios (milhões EUR)

- O Volume de Negócios ascendeu a 143,1 milhões EUR (redução de 0,8%)

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Vendas	145,7	143,0	141,9	-1,1	-0,8%
Prestações de Serviços	1,4	1,2	1,2	0,0	-3,9%
Volume de negócios	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%

- O Volume de Negócios registou uma quebra de 1,1 milhões de euros (-0,8%) face a 2012, decorrente fundamentalmente do decréscimo de 6,5 milhões de m³ no volume vendido (-3,2%). As receitas com a quota de serviço (componente fixa do tarifário) e prestações de serviços seguiram também esta tendência, com reduções de 0,3 milhões de euros (-1,1%) e 0,05 milhões de euros (-3,9%), respetivamente.

Vendas (milhões m³)



- A água vendida em 2013 foi de 198,7 milhões de m³, sendo que 145,1 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 53,6 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Nos clientes municipais e multimunicipais registou-se um decréscimo de 5,4 milhões de m³ (-3,6%), resultante fundamentalmente da quebra de consumo nos concelhos limítrofes de Lisboa. Nas Vendas aos clientes diretos assistiu-se a uma redução de 1,1 milhões de m³ (-2,0%), com os segmentos Estado/Embaixadas e Unidades Militares a registarem quebras superiores a 9%.

Gastos Totais (milhões EUR)

- Os gastos totais ascenderam a 110,2 milhões EUR

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,9	2,9	2,3	-0,6	-20,5%
Fornecimento e serviços externos	35,1	34,5	32,1	-2,4	-7,0%
Gastos com o pessoal	25,8	23,3	25,2	1,9	8,4%
Depreciações e perdas de imparidade	24,4	26,3	25,0	-1,3	-5,0%
Perdas por imparidade	0,5	0,6	0,7	0,1	16,3%
Provisões	0,1	0,1	0,6	0,5	630,6%
Impostos e taxas	0,9	1,2	1,2	0,0	-1,9%
Outros gastos operacionais	0,4	0,6	0,4	-0,2	-39,1%
Gastos não recorrentes	0,0	0,0	3,4	3,4	-
Juros e gastos similares	5,9	5,0	3,8	-1,3	-24,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	17,4	16,0	15,5	-0,6	-3,6%
Gastos totais	113,5	110,6	110,2	-0,4	-0,4%
% em função do Volume de Negócios	77%	77%	77%		

- Em 2013 a EPAL efetuou um importante e significativo esforço de contenção de gastos, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (2,4 milhões EUR), nos CMVMC (0,6 milhões EUR) e nos Gastos Financeiros (1,3 milhões EUR).
- O aumento dos Gastos com Pessoal justifica-se inteiramente com o fato de incorporar os gastos com subsídios de férias e natal de 2013, sendo que em 2012 estes subsídios não foram pagos. Estes dois subsídios representam um gasto total de cerca de 2,6 milhões EUR, pelo que verifica-se uma efetiva redução de cerca de 0,7 milhões EUR face a 2012.

- No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo a manutenção do peso dos gastos operacionais (considerando as rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal) com o volume de negócios. A EPAL apresentou em 2012 uma redução de 4% face ao verificado no ano anterior; cumprindo dessa forma a orientação em apreço.
- A rubrica de Gastos não recorrentes inclui o reconhecimento, apenas no exercício de 2013, do subsídio de férias relativo ao ano de 2012, na sequência da decisão do Tribunal Constitucional de declarar a inconstitucionalidade do não pagamento do subsídio de férias e Natal aos trabalhadores do Estado. Inclui ainda as Indemnizações por cessação de contrato resultantes do plano de redução de efetivos, a fim de dar cumprimento ao disposto no art.º 63 da Lei do Orçamento de Estado para 2013.
- Concorreu decisivamente para redução de cerca de 3,6% do valor do imposto sobre o rendimento do exercício a utilização do crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI), resultante do investimento elegível efetuado em 2013.
- De destacar ainda que o peso dos gastos totais no volume de negócios da Empresa apresenta uma trajetória sustentada, mantendo-se em níveis idênticos nos últimos anos.

CMVMC

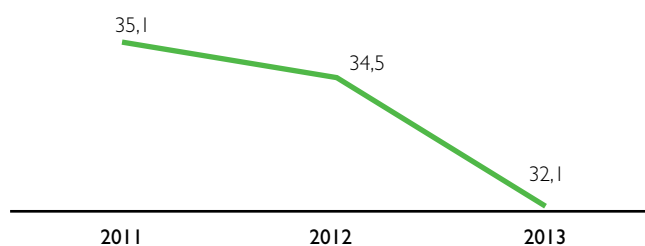
- Regista-se nesta rubrica uma acentuada descida face aos anos anteriores, com uma redução global de 20,5% (cerca de 0,6 milhões EUR).
- Em 2013 regista-se um decréscimo de 0,3 milhões EUR (-15,6%) nos gastos com reagentes, cujo consumo total foi inferior em 13% ao verificado no ano anterior; em resultado da maior utilização do sistema da Asseiceira em detrimento do de Vale da Pedra. Foram consumidas cerca de 12 mil toneladas de reagentes, entre as quais 4 mil toneladas de sulfato de alumínio, 4 mil toneladas de hidróxido de cálcio e 3,3 mil toneladas de dióxido de carbono.
- O consumo de materiais regista uma descida de 0,3 milhões EUR (-29,8%), com especial incidência para os materiais aplicados nas intervenções de reparação de ativos.

CMVMC	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,9	2,9	2,3	-0,6	-20,5%
Reagentes	1,8	1,9	1,6	-0,3	-15,6%
Materiais e outros ativos em curso	1,2	1,0	0,7	-0,3	-29,8%

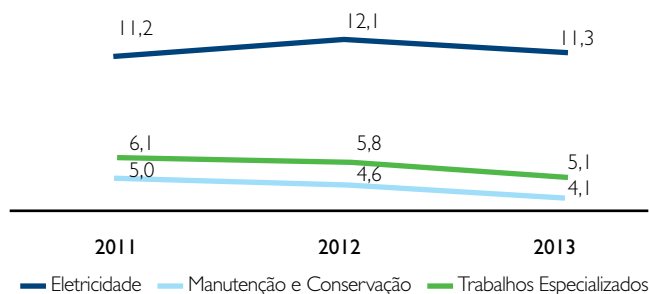
Fornecimentos e Serviços Externos

- Apesar das enormes reduções efetuadas nos exercícios anteriores, conseguiu-se reduzir ainda mais os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresentando em 2013 um decréscimo global de 7,0% (cerca de 2,4 milhões EUR).
- A eletricidade, rubrica que representa 35% do total dos fornecimentos e serviços externos, registou uma redução de 0,8 milhões EUR (-6,5%) face ao ano anterior; em que cerca de 50% dessa redução resulta da melhoria dos níveis de eficiência energética decorrentes das alterações introduzidas na exploração, com destaque para um maior aproveitamento do subsistema Bode em detrimento do subsistema Tejo.
- Nas rubricas de trabalhos especializados registou-se uma diminuição significativa de 0,7 milhões EUR (-12,4%), devido essencialmente à racionalização efetuada ao nível das assistências técnicas e licenças de software, bem como à Internalização dos serviços de fiscalização das redes prediais.
- Verificou-se ainda uma redução de 0,6 milhões EUR (-12,6%) na rubrica de conservação e reparação.

Fornecimentos e Serviços Externos



Evolução das principais rubricas de FSE

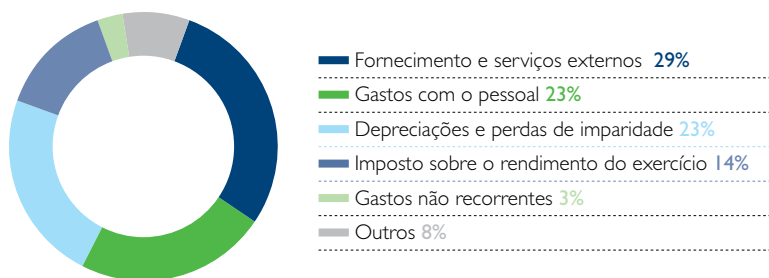


Gastos Com o Pessoal

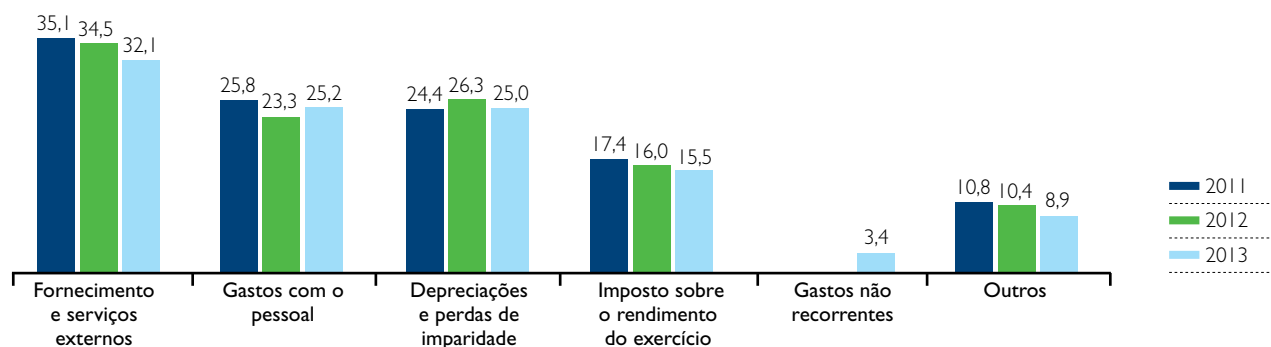
- Em 2013 verificou-se um aumento dos gastos com pessoal de cerca de 1,9 Milhões EUR face a 2012, totalizando 25,2 milhões EUR.
- Esse aumento justifica-se pelo acréscimo em 2013 dos subsídios de férias e natal de 2013, atendendo que em 2012 essas rubricas não foram processadas em virtude das alterações legislativas para as empresas do setor empresarial do estado
- Verificou-se ainda um aumento de 0,4 milhões EUR nos gastos com benefícios de reforma devido à adoção obrigatória da IAS19 revista, passando os remensurações a serem reconhecidas em resultados transitados.
- Em sentido inverso verificou-se uma redução nas rubricas de remunerações (cerca de 0,2 milhões EUR) pela redução média dos trabalhadores da Empresa, como consequência dos acordos estabelecidos para fazer face à redução constante na Lei do Orçamento de Estado para 2013 (redução mínima de 3% dos efetivos, sendo que na EPAL foi alcançada uma redução de 6% do número de trabalhadores), bem como o decréscimo em cerca de 29% no trabalho suplementar (cerca de 0,1 milhões EUR).
- O efeito conjugado das variações indicadas originou ainda um aumento de cerca de 0,5 milhões EUR nos encargos com a segurança social.
- De modo a tornar os anos de 2012 e 2013 comparáveis, foi expurgado da rubrica de gastos com pessoal os custos incorridos com:
 - a contabilização do subsídio de férias relativo ao ano de 2012, visto não ter sido considerado 2012 por não constar na Lei do Orçamento de Estado para 2013. Contudo, tendo o Tribunal Constitucional declarado como inconstitucional essa norma já após o encerramento das contas desse exercício, a EPAL teve que registar esse gasto em 2013 (cerca de 1,5 milhões EUR);
 - adicionalmente, e ainda decorrente da Lei do Orçamento de Estado para 2013, houve a necessidade de reduzir os quadros de pessoal no mínimo em 3%, sendo que na EPAL foi alcançada uma redução de 6% do número de trabalhadores, a grande maioria através de acordos de rescisão por mútuo acordo, com a consequente atribuição de indemnizações (cerca de 1,9 milhões EUR)
- Dessa forma, e para efeitos de comparabilidade entre os exercícios de 2012 e 2013, foram registados os gastos acima referidos para "gastos não recorrentes", que totalizam 3,4 milhões EUR.

Estrutura de Gastos

- As rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 29% do total dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Gastos com Pessoal e Depreciações, com cerca de 23% cada uma, sendo que a rubrica de imposto sobre o rendimento representa cerca de 14% do total. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.



- No que concerne à evolução de cada uma das rubricas, constata-se uma redução face aos anos anteriores em quase todas as rubricas, excetuando apenas os gastos com pessoal, pelos motivos já indicados, não sendo obviamente comparável os encargos não recorrentes



Margens Operacionais (milhões EUR)

- Apesar da redução de gastos generalizada compensar largamente a diminuição do volume de negócios, o aumento dos gastos com pessoal pelos registos dos subsídios de férias e natal, bem como a imparidade reconhecida em 2012 devido ao desvio do traçado do Adutor da Circunvalação junto ao novo Hospital de Vila Franca de Xira do EBITDA (cerca de 1,5 milhões EUR), levam a que o EBITDA diminua para os 81,4 milhões EUR (- 7,0%).
- Expurgando os gastos não recorrentes a diminuição é menor, passando o EBITDA recorrente a ser de 84,9 milhões EUR, o que representa uma redução de apenas 3,1%.
- Ligeira descida dos resultados operacionais em 0,9%, para 61,6 milhões de Euros.

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Volume de negócios	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%
Outros rendimentos operacionais	5,3	6,5	4,3	-2,3	-34,5%
Rendimentos Operacionais	152,3	150,7	147,4	-3,4	-2,2%
Custo das vendas	-2,9	-2,9	-2,3	0,6	-20,5%
Fornecimentos e serviços externos	-35,1	-34,5	-32,1	2,4	-7,0%
Gastos com o pessoal	-25,8	-23,3	-25,2	-1,9	8,4%
Depreciações e imparidades de ativos	-24,4	-26,3	-25,0	1,3	-5,0%
Perdas de imparidade	-0,5	-0,6	-0,7	-0,1	16,3%
Outros gastos operacionais	-1,4	-1,8	-1,6	0,3	-14,0%
Gastos não recorrentes	0,0	0,0	-3,4	-3,4	-
Provisões	-0,1	-0,1	-0,6	-0,5	630,6%
Gastos Operacionais	-90,2	-89,5	-90,9	-1,4	1,6%
Depreciações e imparidades de ativos	-24,4	-26,3	-25,0	1,3	-5,0%
Cash flow operacional (EBITDA)	86,5	87,5	81,4	-6,1	-7,0%
Gastos não recorrentes	0,0	0,0	-3,4	-3,4	-
Cash flow operacional recorrente (EBITDA)	86,5	87,5	84,9	-2,7	-3,1%

- Estes resultados são também visíveis em termos de margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios), a qual passou de 61% para 57% (diminuição de 6,2%)

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
EBITDA	86,5	87,5	81,4	-6,1	-7,0%
Volume de negócios	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%
Margem EBITDA	59%	61%	57%	-	-6,2%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

- De igual forma se assiste à redução da margem EBITDA recorrente, que passa para 59% (diminuição de 2,3%)

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
EBITDA recorrente	86,5	87,5	84,9	-2,7	-3,1%
Volume de negócios	147,0	144,2	143,1	-1,1	-0,8%
Margem EBITDA recorrente	59%	61%	59%	-	-2,3%

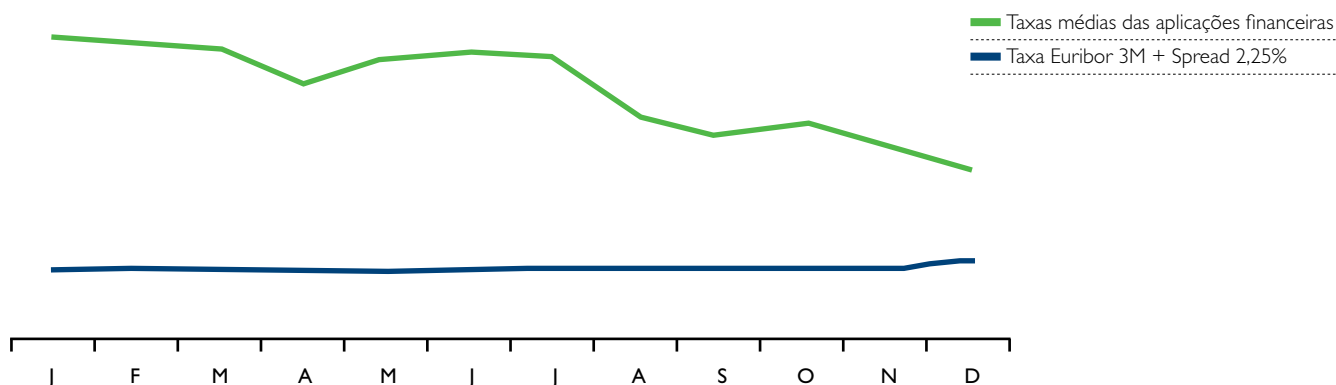
Margem EBITDA recorrente = EBITDA recorrente / Volume de negócios

Resultados Financeiros (milhões EUR)

- Verifica-se uma melhoria dos resultados financeiros em 0,6 milhões EUR, que em 2013 ascenderam a -1,0 milhões EUR, representando uma redução de 37,5%. A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Rendimentos e ganhos financeiros	3,7	3,5	2,8	-0,7	-19,2%
Gastos e perdas financeiros	-5,9	-5,0	-3,8	1,3	-24,9%
Resultados financeiros	-2,2	-1,6	-1,0	0,6	-37,5%

- A redução dos gastos financeiros (-1,3 milhões EUR) compensou a redução dos rendimentos financeiros (-0,7 milhões EUR)
- Os rendimentos financeiros dizem sobretudo respeito a juros de aplicações bancárias e ascenderam a 2,8 milhões EUR. A sua evolução face ao ano anterior justifica-se pela crescente contração das taxas de juro que remuneram os excedentes financeiros, sendo contudo que a taxa média alcançada se cifrou em 3,75%, quando as taxas de mercado, com base nas médias da Euribor a 3 meses, acrescidas de um spread máximo de 2,25% (orientações do Banco de Portugal para aplicações até 3 meses) são de 2,47%.
- Os gastos financeiros ascenderam 3,8 milhões EUR, menos 24,9% do que no ano anterior; e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas.



- Atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL, incluindo o custo com garantias, situou-se em níveis bastante atrativos em 2013, atingindo o valor médio de 1,72%, para uma distribuição de capital de cerca de 53% à taxa fixa e cerca de 47% à taxa variável. Salienta-se ainda que se verificou uma redução de cerca de 21% no custo do financiamento face ao ano anterior, cujo valor atingido foi de 2,11%.
- A empresa não recorreu em 2013 a qualquer novo financiamento, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de 17,7 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

A **nível financeiro**, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final de 2013, o endividamento da Empresa era de 205,3 milhões de euros, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes entre os 4 e os 16 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido 17,7 milhões de euros. Do valor por amortizar, 53% correspondem a empréstimos a taxa fixa e 47% a taxa variável.

Posição Financeira (milhões EUR)

- No final de 2013, o ativo da EPAL ascendia a 863,7 milhões EUR e o capital próprio e o passivo eram de 536,3 e 327,5 milhões EUR, respetivamente

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Ativo não corrente	791,5	775,9	755,5	-20,4	-2,6%
Ativo corrente	110,6	107,9	108,2	0,4	0,3%
Total do ativo	902,2	883,8	863,7	-20,0	-2,3%
Capital próprio	524,4	535,2	536,3	1,0	0,2%
Passivo não corrente	313,2	287,8	267,8	-19,9	-6,9%
Passivo corrente	64,5	60,7	59,6	-1,1	-1,8%
Total do capital próprio e passivo	902,2	883,8	863,7	-20,0	-2,3%

- A EPAL terminou o ano de 2013 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 62,1% e um fundo de maneo positivo de 48,6 milhões EUR. Quer o valor do Net Debt/EBITDA de 1,67 em 2013, quer o valor do Net Debt/EBITDA recorrente de 1,61 confirmam a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2011	2012	2013
Autonomia Financeira	58,1%	60,6%	62,1%
Net Debt/EBITDA	1,90	1,75	1,67
Net Debt/EBITDA recorrente	1,90	1,75	1,61
Fundo de maneo (milhões EUR)	46,1	47,1	48,6
Solvabilidade	1,39	1,54	1,64

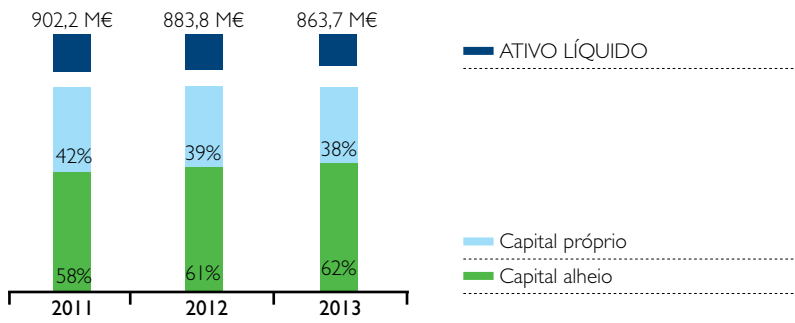
Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo total

NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA

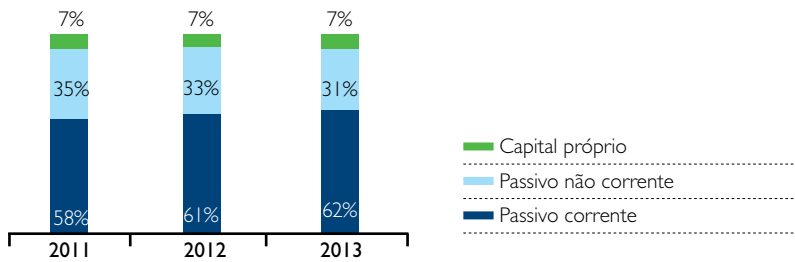
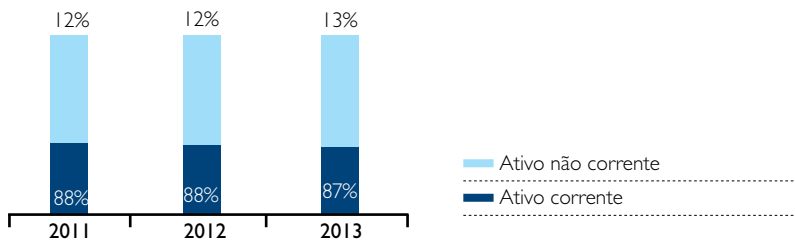
Fundo de Maneio = Activo corrente - Passivo corrente

Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

- A EPAL mantém uma forte robustez financeira, evidenciando uma equilibrada estrutura de capital e uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo
- A otimização dos recursos financeiros continua a ser uma das prioridades da EPAL, procurando-se uma adequada correspondência entre maturidades de ativos e respetivas fontes financiamento. No final de 2013 evidenciava-se uma



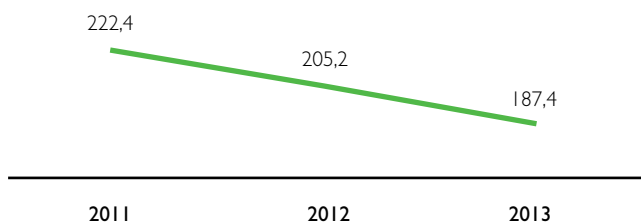
sólida relação entre ativos não correntes (87,4% do total) e capitais permanentes (capital próprio e passivo não corrente representavam em conjunto 93% do total)



Endividamento de Médio e Longo Prazo (milhões EUR)

- O endividamento bancário de médio e longo prazo, ascendia a 187,4 milhões EUR no final de 2013, menos 17,7 milhões EUR que em 2012, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Endividamento médio e longo prazo
(milhões de EUR)



- Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010.

Cash Flow Gerado (milhões EUR)

- O cash flow do ano foi positivo em 12,4 milhões EUR

	2011	2012	2013
Fluxos de caixa operacionais	48,8	65,3	59,8
Fluxos de caixa do investimento	-10,9	-15,0	9,2
Pagamentos em atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	-42,7	-55,3	-56,6
Recebimentos em atividades de financiamento			
Desembolsos do ano	0	0,0	0,0
Variação de caixa e seus equivalentes	-4,8	-5,0	12,4

- Os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional foram suficientes para assegurar a totalidade do serviço da dívida bancária e a remuneração do acionista.
- O autofinanciamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade
- O prazo médio de pagamentos foi de 30 dias, mantendo o valor atingido em 2012.

Fundo de Pensões

- O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 37,8 Milhões de EUR, registando um nível de financiamento de 102%, utilizando uma taxa de desconto de 3,1%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 37,1 milhões de EUR (138%, segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP).
- O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 16,2 milhões EUR no final de 2013

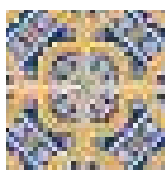
Empresas Participadas

- Não se verificaram alterações ao nível dos investimentos financeiros da EPAL, que no final do ano detinha as seguintes participações financeiras:

Clube de Golfe das Amoreiras, SA	100,0%	350.000 Euros
Fundec		1.500 Euros

Clube de Golfe das Amoreiras, SA

- Tem como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras
- O seu capital social é de 350.000 Euros
- Sem atividade nos últimos anos pela pendência de ações em tribunais arbitrais que condicionou a realização do seu objeto social



6. Atividade Operacional

Produção de Água

Origens

Foram utilizadas as seguintes origens para a captação de água:

- Albufeira do Castelo do Bode
- Rio Tejo
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA

Água Captada, Tratada, Vendida e não Faturada

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Água captada (Volume captado por origem) (m³)	234 505 083	224 490 035	218 251 646	-6 238 389	-2,8%
Castelo de Bode	156 334 720	159 137 870	175 765 850	16 627 980	10,4%
Valada Tejo	55 963 950	46 934 750	26 717 710	-20 217 040	-43,1%
Capt. Subterrâneas	22 206 413	18 417 415	15 768 086	-2 649 329	-14,4%
Água tratada/produzida (m³)	234 213 353	224 184 675	217 838 881	-6 345 794	-2,8%
Castelo de Bode	156 328 200	159 132 240	175 759 785	16 627 545	10,4%
Valada Tejo	55 678 740	46 635 020	26 311 010	-20 324 010	-43,6%
Capt. Subterrâneas	22 206 413	18 417 415	15 768 086	-2 649 329	-14,4%
Água Vendida (m³)	210 286 101	205 210 051	198 667 724	-6 542 328	-3,2%
Clientes Municipais/Multimunicipais	154 012 530	150 510 004	145 065 697	-5 444 307	-3,6%
Clientes Municipais	126 851 459	121 545 908	116 950 916	-4 594 992	-3,8%
Clientes Multimunicipais	27 161 071	28 964 096	28 114 781	-849 315	-2,9%
Clientes Diretos (em Lisboa e fora de Lisboa)	56 273 571	54 700 047	53 602 027	-1 098 020	-2,0%
Água não faturada (m³)	24 218 982	19 279 984	19 583 923	303 939	1,6%
Água não faturada na Rede de Distribuição	11 218 589	9 008 306	8 166 925	-841 381	-9,3%
Água não faturada na Produção e Transporte	13 000 393	10 271 678	11 416 998	1 145 320	11,2%
Água não faturada (%)	10,3%	8,6%	9,0%	0,4 p.p.	
Água não faturada na Rede de Distribuição	10,0%	8,7%	7,9%	-0,8 p.p.	
Água não faturada na Produção e Transporte	5,5%	4,6%	5,2%	0,7 p.p.	

No ano de 2013 a EPAL captou menos 6,2 milhões de m³ de água face ao ano anterior, o que corresponde a uma diminuição de 2,8%.

Verificou-se um aumento significativo do volume captado em Castelo do Bode (10,4%), mas uma acentuada diminuição dos volumes captados no Rio Tejo (-43,1%) e nas Captações Subterrâneas (-14,4%), com o objetivo de reduzir o consumo global de energia e de reagentes, permitindo ainda melhorar a qualidade da água distribuída.

Relativamente à água vendida, registou-se um decréscimo de 6,5 milhões de m³ face ao ano anterior; o que corresponde a uma diminuição de 3,2%. A venda de água aos Clientes Diretos decresceu cerca de 1 milhão de m³ e no segmento dos Clientes Multimunicipais e Municipais a diminuição registada atingiu os cerca de 5,4 milhões.

Saliente-se que ao longo dos últimos anos tem-se mantido uma tendência de diminuição nos volumes adquiridos por parte dos Clientes da Empresa.

A água não faturada aumentou cerca de 0,3 milhões de m³ relativamente ao ano anterior; o que corresponde a um acréscimo de 1,6%.

Salienta-se que a empresa continua a registar valores que revelam um excelente desempenho nas políticas de combate às perdas e fugas de água, alcançando apenas 7,9% de perdas na rede de distribuição.

Adução

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Comprimento Condutas (km)	710	710	710	0	0,00%
Est. Elevatórias (n.º)	31	31	31	0	0,00%
Reservatórios (n.º)	28	28	28	0	0,00%
Pontos de Entrega (n.º)	128	128	127	-1	-0,78%

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Avárias em Condutas na Rede de Adução	13	26	13	-13	-50,00%

Em 2013 registaram-se 13 avarias em condutas na Produção e Transporte, menos 13 avarias que no ano anterior.

Distribuição

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Comprimento da Rede (km)	1 430	1 434	1 448	14	1,0%
Est. Elevatórias (n.º)	10	10	10	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	14	14	14	0	0,0%
Ramais (n.º)	83 555	83 984	86 428	2444	2,9%
Zonas Altimétricas (n.º)	4	4	4	0	0,0%

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Renovação da Rede de Distribuição (km)	14,17	12,41	9,29	-3	-25,1%
Reabilitação de condutas na Rede de Distribuição (em %)	0,99%	0,87%	0,64%	-0,2	p.p.
Reabilitação de Ramais (em %)	2,05%	2,30%	1,32%	-1,0	p.p.

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Avárias em Condutas na Rede de Distribuição (ERSAR)	465	527	528	1	0,2%
Avárias em Condutas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição	33	37	36	-1	-1,5%
Roturas em Ramais	833	857	706	-151	-17,6%

No ano de 2013 foram renovados 9,3 quilómetros da Rede de Distribuição, que representam 0,6% da extensão total da rede.

Face ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 17,6% no número de roturas em ramais.

Qualidade

Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água é assegurado pelo cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL. O PCQA compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, o Controlo Operacional/Vigilância da qualidade da água nas origens e para consumo humano no Sistema de Abastecimento da EPAL e o Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas e produtos utilizados no tratamento) realizado nas Fábricas e na Estação de Descarbonatação de Alenquer.

Pontos de Amostragem

Para o cumprimento do Controlo Legal são utilizados 1 352 pontos de amostragem nas torneiras dos clientes, 95 pontos instalados nos locais de entrega às Entidades Gestoras e 7 instalados nas entregas a clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.

No Controlo Operacional/Vigilância existem 181 pontos fixos de amostragem na Rede de Distribuição da cidade de Lisboa, 58 pontos representativos do Sistema de Adução e Transporte e 51 instalados nas origens de água.

Para efeitos do Controlo de Processo são utilizados 106 pontos de amostragem representativos do controlo de processo efetuado nas Fábricas da Asseiceira, Vale da Pedra e na Estação de Descarbonatação de Alenquer.

Amostras e Determinações

Em 2013 foram colhidas 8 270 amostras de água no âmbito do Controlo Legal e Operacional/Vigilância e 14 851 amostras no âmbito do Controlo de Processo. Nestas amostras foram pesquisados 177 parâmetros, correspondendo a 275 substâncias individualizadas.

Realizaram-se 271 782 determinações de parâmetros (308 960 determinações de substâncias individualizadas) distribuídas da seguinte forma:

	N.º Determinações	
	(parâmetros)	(substâncias)
Controlo Legal		
Clientes Diretos através da Adução	559	895
Entregas a Entidades Gestoras	19 920	21 352
Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa	14 164	14 428
Sub-total	34 643	36 675
Controlo Operacional/Vigilância		
Captações Subterrâneas	6 408	11 251
Captações Superficiais	22 693	27 044
Sistema de Adução (desde saída das Fábricas)	58 817	72 972
Rede de Distribuição (Pontos fixos)	35 826	42 008
Sub-total	123 744	153 275
Controlo de Processo		
Fábrica da Asseiceira	39 506	40 741
Fábrica de Vale da Pedra	71 038	75 322
Estação de descarbonatação de Alenquer	2 851	2 947
Sub-total	113 395	119 010
Total	271 782	308 960

Decorrentes de reclamações da qualidade da água, de processos de incumprimentos de valores de alerta, paramétricos e recomendados e de operações de lavagem e desinfecção de reservatórios e condutas foram recolhidas mais 475 amostras que originaram 5 384 determinações de substâncias individualizadas.

Evolução da Qualidade da Água

Água nas Origens

Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais, Coliformes totais, Hidrocarbonetos dissolvidos e Salmonelas. No entanto, a Fábrica da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água tem-se mantido estável, com agravamentos pontuais decorrentes de situações de chuva e seca. Para o parâmetro Substâncias extraíveis com clorofórmio, a água do Rio Tejo integra-se na Classe superior a A3 e quanto aos parâmetros Coliformes totais e Salmonelas na Classe A3. Para os parâmetros Coliformes fecais, Cor e Estreptococos fecais, a qualidade da água desta captação integra-se na Classe A2 e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

Captações Subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, foram apenas o Bário e a Temperatura nas captações subterrâneas das Lezírias utilizadas para produção de água para consumo humano.

Água Fornecida/Distribuída

Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor, cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,49% (70 incumprimentos) das determinações de substâncias realizadas.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,10% de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (43 incumprimentos).

A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,12% de valores não conformes (25 incumprimentos).

Comparativamente com o ano de 2012, conclui-se que houve um ligeiro aumento do número de incumprimentos nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e no controlo operacional e de vigilância que, contudo, são muito diminutos percentualmente.

Divulgação de Dados

No sítio www.epal.pt são divulgados, mensalmente, mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente:

- São publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores;
- São enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega;
- Procede-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.



Atividade da Empresa



7. Investimento

Evolução no triénio

2011	2012	2013	Varição 2013/2012	Total no triénio
11.957.901	13.071.983	6.626.841	-49%	31.656.725

Grupo	Descrição	2011	2012	2013
Garantia da Capacidade		3 707 331	2 741 141	448 327
	Ampliação do subsistema de Castelo do Bode	2 560 762	112 221	2 500
	Ampliação da rede de Distribuição	1 087 025	2 427 927	445 827
	Outros	59 544	200 993	0
Garantia da Fiabilidade e Segurança		6 356 255	6 186 475	4 416 008
	Reabilitação da Captação e da Estação de Tratamento de Vale da Pedra	0	103 132	1 794 085
	Renovação da rede de Distribuição	2 867 095	1 391 821	1 617 737
	Renovação da rede de Adução	1 427 593	3 475 116	75 121
	Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	850 048	344 168	128 000
	Outros	1 211 519	872 239	801 065
Garantia da Qualidade		435 039	543 576	385 538
Sustentabilidade e Inovação		192 128	651 000	155 695
	Monitorização e controlo	38 738	210 149	116 801
	Eficiência energética	153 391	440 852	38 894
Tecnologias de Informação e Comunicação		698 623	456 503	687 668
	Aquamatrix	348 861	46 100	239 149
	Infraestruturas e Telegestão	237 209	115 698	37 225
	Outros	112 553	294 704	411 294
Outros Investimentos		568 524	2 493 288	533 604
TOTAL		11 957 901	13 071 983	6 626 841

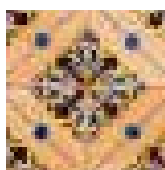
- Em 2013, o investimento realizado pela EPAL totalizou 6,6 milhões de euros, situando-se abaixo do valor executado no ano anterior (-49%), refletindo a forte preocupação com a racionalização dos investimentos, procurando assegurar um nível de investimento que não comprometa o desempenho dos ativos, mas que seja ao mesmo tempo sustentável em termos económico-financeiros.
- O grupo “garantia da fiabilidade e segurança” foi responsável por cerca de 67% do total do investimento, o grupo “tecnologias de informação e comunicação” absorveu cerca de 10% e o grupo “garantia da capacidade” representou cerca de 7% do investimento global realizado em 2013.

Dos projetos realizados, destacam-se os seguintes investimentos:

- Reabilitação e Remodelação da Captação de Valada Tejo, ainda em curso, no valor de 1,8 milhões de euros;
- Renovação de 9,3 Km na Rede de Distribuição (condutas de distribuição e adutoras) no valor de 1,6 milhões de euros;
- Ampliação de 1,1 Km de Rede de Distribuição, com uma realização de 0,4 milhões de euros;
- Obras estruturantes com o Projeto de Segurança (0,3 milhões de euros);
- Intervenções em estruturas operacionais, no montante de 0,2 milhões de euros;
- 0,7 milhões de euros em Tecnologias de Informação e Comunicação.



Atividade da Empresa



8. Atividade Comercial

Área e população servida

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Área total abastecida (Km ²)	7 090	7 090	⁽¹⁾ 7 090	0	0,00%
Lisboa	85	85	85	0	0,00%
Municípios	7 005	7 005	7 005	0	0,00%
Número de consumidores	2 870 314	2 870 507	⁽²⁾ 2 859 714	-10 793	-0,38%
Lisboa	547 631	547 733	524 282	-23 451	-4,28%
Municípios	2 322 683	2 322 774	2 335 432	12 658	0,54%

⁽¹⁾ Área em Km² (dados 2013 com referência a 2012)

⁽²⁾ INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2012)

Clientes e Mercado

Clientes Diretos

	2011	2012	2013	Variação 13/12	
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	348 790	346 121	347 233	1 112	0,32%
Domésticos	298 506	297 336	298 992	1 656	0,56%
Comércio e Indústria	42 943	41 712	41 318	-394	-0,94%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	4 624	4 367	4 269	-98	-2,24%
Instituições Privadas de Direito Público	2 715	2 704	2 652	-52	-1,92%
Unidades Militares	2	2	2	0	0,00%

No ano de 2013 registam-se mais 1 656 Clientes Domésticos do que no ano anterior.

Clientes Municipais

Em 2013 manteve-se em 17 o número dos Clientes Municipais diretamente abastecidos pela EPAL:

ALCANENA	AMADORA	BATALHA	CARTAXO	CASCAIS	CONSTÂNCIA
LEIRIA	LOURES	MAFRA	ODIVELAS	OEIRAS	OURÉM
PORTO DE MÓS	SANTARÉM	SINTRA	TOMAR	VILA FRANCA DE XIRA	

Clientes Multimunicipais

No ano de 2013 a EPAL abasteceu os seguintes Clientes Multimunicipais:

- Águas do Oeste

Integra 14 Municípios abastecidos indiretamente pela EPAL:

ALENQUER	ALCOBAÇA	ARRUDA DOS VINHOS	AZAMBUJA	BOMBARRAL
CADAVAL	CALDAS DA RAINHA	LOURINHÃ	NAZARÉ	ÓBIDOS
PENICHE	RIO MAIOR	SOBRAL DE MONTE AGRACO	TORRES VEDRAS	

- Águas do Centro

Fornece água da EPAL a 2 Municípios:

ENTRONCAMENTO	VILA NOVA DA BARQUINHA
---------------	------------------------

- Águas do Ribatejo

Abastece 1 Município com água da EPAL:

TORRES NOVAS

Prestação de serviços

Venda de Água (m³)

	2011	2012	2013	Varição 13/12
Clientes Diretos	56 273 571	54 700 047	53 602 027	-1 098 020
Clientes Municipais	126 851 459	121 545 908	116 950 916	-4 594 992
Clientes Multimunicipais	27 161 071	28 964 096	28 114 781	-849 315
Total	210 286 101	205 210 051	198 667 724	-6 542 328

Em 2013 verificou-se um decréscimo de 3,2% de água vendida face a 2012, o que corresponde a menos cerca de 6,5 milhões m³ de água.

A redução foi de 2,0% nos Clientes Diretos, 3,8% nos Clientes Municipais e de 2,9% nos Multimunicipais.

À semelhança dos últimos anos, mantém-se uma tendência de redução nos volumes de água vendida pela EPAL.

Venda de Água Clientes Diretos

Un: x10³ m³

Estrutura de Consumos	2011	2012	2013	var 13/12	Var % 13/12
Doméstico	27 043	26 857	26 492	-364	-1,4%
Comércio/Indústria	12 626	11 722	11 483	-239	-2,0%
Inst. Interesse Público	1 979	1 877	1 861	-16	-0,9%
Embaixadas	169	179	159	-20	-11,3%
Estado	5 817	5 342	4 866	-476	-8,9%
Unidades Militares	340	360	318	-42	-11,6%
Câmara Municipal de Lisboa	8 300	8 363	8 423	60	0,7%
Total de Água Fornecida	56 274	54 700	53 602	-1 098	-2,0%

No que respeita aos clientes diretos, verifica-se uma diminuição do volume de água vendida de cerca de 1 milhão de m³, face ao ano anterior, descida mais significativa nos segmentos Domésticos, Comércio e Indústria e Estado.

Faturação e Cobrança

Faturação

Em 2013, regista-se um aumento do número de faturas enviadas por via eletrónica. De facto, das cerca de 2,5 milhões de faturas emitidas, 15,2% foram enviadas através da e-conta da água, verificando-se um acréscimo significativo face a 2012, cuja percentagem tinha sido de 12,5%.

Relativamente à periodicidade de envio de faturas, cresceu para 18,4% o número de clientes que pediu o envio mensal.

Cobrança

A dívida vencida acumulada totaliza cerca de 7,9 milhões de euros, excluindo os valores provisionados, apresentando um aumento face ao período homólogo de cerca de 3 milhões de euros, que diz respeito, essencialmente, ao não pagamento das faturas de compensação financeira por parte de alguns Clientes em “alta”.

Se incluirmos os valores provisionados, a dívida vencida passa para cerca de 14,9 milhões de euros, representando um acréscimo de cerca de 3,8 milhões de euros, face ao período homólogo.

O aumento do valor da dívida vencida deve ser entendido também num contexto de crise em que o país tem vivido nos últimos anos.

Atendimento

Contact Center

	2011	2012	2013	Variação 13/12
Clientes atendidos (n.º)	260 747	246 935	253 386	2,6%
Tempo médio de espera (seg)	29	25	33	32%
Grau de atendimento	93%	94%	95%	1%
Chamadas atendidas até 30seg	76%	72%	75%	4%

Atendimento presencial

	2011	2012	2013	Varição 13/12
Cientes atendidos nas lojas (n.º)	190 323	174 356	163 308	-6,3%
Tempo de espera até 15min na loja sede	90%	83%	70%	-15,7%
Tempo médio de espera na loja sede (min)	5	8	12	50,0%

Níveis de Serviço

Suspensões de serviço com impacto em Clientes

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2011	2012	2013	Varição 13/12	
<i>Por tempo (h)</i>	3 153	3 197	2 708	-489	-15,3%
Total Produção e Transporte	337	375	191	-184	-49,1%
Programadas	324	375	191	-184	-49,1%
Não programadas	13	0	0	0	-
Total Distribuição	2 816	2 822	2 517	-305	-10,8%
Programadas	696	698	479	-219	-31,4%
Não programadas	2 120	2 124	2 038	-86	-4,0%
<i>Por quantidade</i>	861	858	781	-77	-9,0%
Total Produção e Transporte	27	14	13	-1	-7,1%
Programadas	25	14	13	-1	-7,1%
Não programadas	2	0	0	0	-
Total Distribuição	834	844	768	-76	-9,0%
Programadas	170	179	127	-52	-29,1%
Não programadas	664	665	641	-24	-3,6%

Eficácia do serviço	2011	2012	2013	Varição 13/12	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	26	13	11	-2	-15,4%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	287	289	256	-33	-11,4%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	12	7	1	-6	-85,7%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	11	6	7	1	16,7%
Nº de pontos de entrega afetados >4h)	45	28	24	-4	-14,3%

Reclamações

Em 2013 voltou a verificar-se uma redução do número de reclamações (-3,7%), tendo sido apresentadas 6 386, menos 244 reclamações que em 2012.

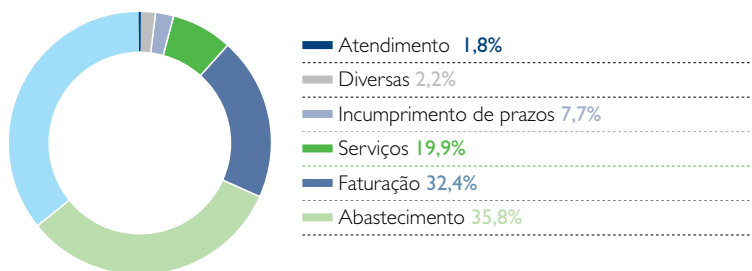
A categoria "Abastecimento" continua a ser a mais expressiva, representando 35,8% do total das reclamações, embora tenha registado um decréscimo de 19,7% face ao ano anterior.

As reclamações sobre "Faturação" e sobre "Serviços", por outro lado, registaram aumentos face ao ano anterior, representando respetivamente, 32,4% e 19,9%, das reclamações.

Do total das reclamações apresentadas, 15% ficaram concluídas em front-office, tendo ficado para análise em back office 5 430, das quais 78,8% foram resolvidas em menos de 15 dias e 72,4% tiveram deferimento.

Em relação às reclamações escritas verificou-se um aumento de 17%, sendo a sua maioria sobre "Faturação" (60,7%). Do total de reclamações apresentadas por escrito, 100% teve resposta em 22 dias úteis, cumprindo-se, assim, o objetivo estabelecido pela ERSAR.

Distribuição das Reclamações por Categorias/Assuntos



Índice de Satisfação

A EPAL participou pelo 5º ano consecutivo no Índice Nacional de Satisfação do Cliente (ECSI) - sistema de avaliação da qualidade dos bens e serviços através da aplicação de um questionário à satisfação - permitindo à EPAL dispor, não só de um índice de satisfação dos seus clientes, mas também da sua comparação face ao setor da água e a outros setores a nível nacional.

O índice de satisfação foi de 7,74, evidenciando valores de satisfação elevados e muito acima da média do sector.

Variáveis	EPAL					Sector da Água					"Variação 2012 EPAL - Sector da Água"
	2012	2011	2010	2009	2008	2012	2011	2010	2009	2008	
Imagem	7,77	7,81	7,79	7,84	7,51	7,65	7,53	7,78	7,30	7,23	0,12
Expectativas	7,61	7,66	7,65	7,70	7,04	7,46	7,29	7,35	7,07	6,87	0,15
Qualidade	7,99	8,09	7,98	7,94	7,40	7,68	7,65	7,73	7,27	7,19	0,31
Valor	6,71	6,73	6,90	7,09	6,29	6,41	6,41	6,49	6,10	5,80	0,30
Satisfação	7,74	7,75	7,74	7,71	7,32	7,50	7,31	7,42	7,04	6,84	0,24
Reclamações	7,07	7,24	7,03	7,13	6,48	6,81	6,54	6,86	6,46	5,98	0,26
Confiança	7,80	7,97	-	-	-	7,64	7,42	-	-	-	0,16
Lealdade	7,26	7,28	7,29	7,38	6,92	7,09	6,78	6,88	6,54	6,48	0,17

Escala de 1 a 10:

≤ 4 avaliação negativa; 4-6 avaliação neutra; ≥ 6 avaliação positiva; ≥ 8 avaliação muito positiva

Do total de 34 subcritérios analisados, a EPAL registou valores superiores ou iguais a 8 pontos em 14 itens, com destaque para "Empresa estável e implantada no mercado" (8,7), "Adequação dos meios de pagamento" (8,6), "Abastecimento", "Instalações do atendimento" e "Recomendação da empresa a colegas e amigos" (todos 8,3).

À semelhança de 2011, a variável melhor classificada foi a "Qualidade", com 7,99 pontos, apresentando uma pontuação igual ou superior a 8 em mais de metade dos subcritérios, seguida da "Confiança" com 7,80 e da "Imagem" com 7,77. Em relação à "Satisfação", a EPAL, apesar de ter decrescido ligeiramente, continua acima da média do setor (7,5) tendo a "satisfação global" mantido a maior valorização (8,1).

No capítulo dos hábitos de consumo, a percentagem de clientes que "bebe água da torneira" passou de 84,3% para 80,3%, tendência contrária ao verificado nos últimos anos em que se assistiu a um crescimento progressivo. Os clientes que "não bebem água da torneira" apontam como principal motivo a "qualidade/sabor da água" (61,2%), registando-se um aumento em relação a 2011 (51,3%).

Outros Serviços

Em 2013 a EPAL prestou os seguintes serviços a entidades externas:

- Colheitas e Análises Laboratoriais

Durante o ano de 2013, foram adjudicadas 28 prestações de serviços a clientes externos, num montante de 123,6 mil euros

- Reparação e Ensaio de Contadores

Prestados 442 serviços, correspondentes ao número de contadores ou medidores de caudal intervencionados

- WONE

Foram realizadas prestações de serviços às seguintes entidades:

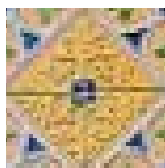
- Faculdades de Ciências
- Faculdade de Direito
- Santa Casa da Misericórdia
- ISOLUX
- Instituto Português de Oncologia de Lisboa
- Carris
- Ministério das Finanças

AQUAmatrix

Relativamente à comercialização do AQUAmatrix, registou-se em 2013:

- Renovação dos contratos com os SMAS Sintra, SMAS de Loures, SMAT Portalegre e SMAS de Castelo Branco;
- Implementação do AQUAmatrix no Município de Fronteira (em resultado dos contactos com os CTT/Mailtec, no sentido de se estabelecer uma parceria com vista à oferta de uma gama complementar de serviços de finishing e cobrança.);
- Concretização do Contrato com a Águas da Região Maputo;
- Contatos com o FIPAG, sobre a possibilidade de implementação do AQUAmatrix nas 5 maiores cidades de Moçambique;
- Adjudicação da implementação do AQUAmatrix na Águas do Noroeste.

Em 2013 deu-se início ao processo de evolução tecnológica do produto, com base em tecnologia Microsoft, tendo sido definida a estratégia de modernização e upgrade tecnológico do AQUAmatrix, com vista a melhorar a sua competitividade e potenciando a internacionalização do produto, o que permitiu a revisão do despectivo Plano de Negócio.



9. Objetivos de Gestão

Não tendo sido definidos pelo Acionista os objetivos de gestão para o ano de 2013, entendeu o Conselho de Administração monitorizar o estipulado nos artigos 63.º e 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, os quais preveem a redução de trabalhadores nas empresas do setor empresarial do estado (artigo 63.º) e que as empresas públicas deverão prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional (artigo 64.º).

O artigo 63.º da Lei do Orçamento de Estado indica que durante o ano de 2013 as empresas públicas deverão reduzir no seu conjunto, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012

Para efeitos do disposto no artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, deveriam ser tomadas medidas para assegurar:

- no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios (a EPAL seguiu as orientações constantes no ofício circular n.º 82, de 6 de janeiro de 2012, emanado pela DGTf, no qual era considerada a proporção entre o somatório dos CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal (expurgando as indemnizações) sobre o Volume de Negócios da Empresa);
- uma poupança mínima de 50% face ao valor despendido em 2010 nos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento (foram considerados os gastos incorridos respeitantes a atividades predominantemente exercidas na área de intervenção da EPAL. Não foram considerados os custos efetivamente incorridos com as atividades complementares (Aquamatrix, Wone, Análises Laboratoriais e Outros Serviços), atendendo que são potenciadores de geração de proveitos adicionais à atividade principal da Empresa;
- os gastos com comunicações devem corresponder a um máximo de 50% da média dos gastos desta natureza relativa aos anos de 2009 e 2010 (não concorreram os gastos incorridos com sistemas de supervisão e telegestão operacional da Empresa, bem como de transmissão de dados, assim como os relacionados com gastos fixos de comunicações. Não foram ainda considerados os gastos com franquias e vales postais, atendendo que esta rubrica está predominantemente relacionada com a expedição de faturas).

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores monitorizados, os respetivos objetivos e a realização alcançada, constatando-se um cumprimento integral do disposto nos artigos 63.º e 64.º da lei do Orçamento de Estado para 2013.

Indicadores	Valor Ref. ^a	Objetivo	Realização	Redução	Avaliação
Redução do peso de Gastos Operacionais no Volume de Negócios	-	41,2%	39,7%	-4%	✓
Redução de Despesas com Deslocação, Ajudas Custo e Alojamento (milhares €)	187,4	<= 50%	28,9	-85%	✓
Redução de Gastos com Comunicações (milhares €)	251,3	<= 50%	56,6	-77%	✓
Redução do Número de Trabalhadores	-	714	694	-6%	✓





10. Perspetivas para o Futuro

Os horizontes da EPAL para o futuro perspetivam-se em torno dos valores da Eficiência, da Produtividade, da Inovação e Desenvolvimento e da Qualidade.

Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades do dia-a-dia para vencer os desafios que se colocam à empresa, entre os quais se destacam a reestruturação do sector da água, na qual a EPAL assume um lugar de referência, e a modernização e manutenção eficaz dos seus sistemas de produção, transporte e distribuição, num quadro de racionalização do investimento.

Num contexto de uma progressiva e consistente redução do consumo, importa criar condições capazes de manter a solidez económica e financeira da empresa, aumentando a eficiência das operações, sem prejudicar a eficácia de atuação nem a qualidade que é devida ao serviço público que prestamos.

Importa incentivar, dar espaço e dinamizar as potencialidades de inovação e desenvolvimento que existem na organização, as quais permitiram a criação e lançamento de produtos e serviços que têm merecido a atenção e a distinção nacional e internacional, entre eles o AQUAmatrix, o WONE, a Chave Águas Livres e o Waterbeep. Nesta linha de dinamismo foi estabelecido o compromisso de, todos os anos, lançar um novo produto/serviço, o que também sucederá em 2014.

Finalmente e com destaque, a aposta na formação técnica e profissional dos trabalhadores da EPAL pois quanto mais sólida e atual for a sua formação, mais preparados estarão para levar a empresa a vencer os desafios do futuro.







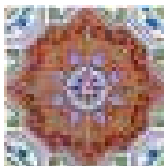
11. Considerações Finais

Ao concluir o Relatório e Contas da EPAL referente ao exercício de 2013, é vontade expressa do Conselho de Administração registar o seu elevado apreço por todos quantos interagiram com a empresa e, direta ou indiretamente, contribuíram para que cumprisse a sua missão.

Neste sentido, expressa-se reconhecimento aos membros do Governo que asseguram a tutela, à Acionista, nas pessoas do seu Conselho de Administração, aos responsáveis de organismos e serviços públicos com quem a EPAL se relacionou, nomeadamente a ERSAR, a DGAE, DGTF e Tribunal de Contas, aos responsáveis e colaboradores das instituições bancárias e seguradoras, aos restantes membros dos corpos sociais da empresa e aos auditores externos, aos fornecedores, projetistas e empreiteiros, aos Clientes da EPAL e aos seus responsáveis e colaboradores.







12. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no montante de € 39.961.784,04 (trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro euros e quatro cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

€ 31.969.427,23 (trinta e um milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete euros e vinte e três cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas

€ 7.992.356,81 (sete milhões, novecentos e noventa e dois mil, trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e um cêntimos) para Resultados Transitados





1981

Transformação da EPAL em
Empresa Pública das Águas Livres

1987

Entrada em funcionamento do
Subsistema de Castelo do Bode



1991

Transformação da EPAL em Empresa Portuguesa das Águas Livres, sociedade anónima de capitais públicos

1993

Integração da EPAL no grupo AdP – Águas de Portugal

2001

Entrada em funcionamento do adutor da Circunvalação.



Contas do Exercício

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012 Reexpresso *
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	742 085 113,67	760 381 486,46
Propriedades de investimento	7	956 714,69	1 051 493,78
Investimentos em subsidiárias	8	-	-
Outros ativos financeiros	10	110 230,68	110 230,68
Ativos por impostos diferidos	11	4 237 268,17	4 520 816,49
Outros ativos não correntes	12	8 098 635,03	9 816 151,61
Total do ativo não corrente		755 487 962,24	775 880 179,02
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	13	907 879,57	1 159 767,84
Clientes	14	20 401 189,80	18 713 329,93
Estado e outros entes públicos	21	2 096 301,15	1 610 534,00
Outras contas a receber	14	15 089 248,56	15 329 663,20
Diferimentos	15	687 257,42	882 308,98
Outros ativos financeiros	5 e 10	67 000 000,00	67 500 000,00
Caixa e depósitos bancários	5	2 063 759,41	2 678 460,18
Total do ativo corrente		108 245 635,91	107 874 064,13
Total do ativo		863 733 598,15	883 754 243,15
CAPITAL PRÓPIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	16	150 000 000,00	150 000 000,00
Reserva legal	16	30 000 000,00	30 000 000,00
Outras reservas	16	22 171 377,45	22 171 377,45
Resultados transitados	16	294 136 905,46	289 484 942,85
Outras variações no capital próprio		(4 063,81)	(4 063,81)
		496 304 219,10	491 652 256,49
Resultado líquido do exercício		39 961 784,04	43 577 439,12
Total do capital próprio		536 266 003,14	535 229 695,61
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	187 444 544,52	205 216 386,67
Subsídios ao investimento	18	33 950 414,76	35 226 391,44
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4 260 078,57	6 041 078,57
Passivos por impostos diferidos	11	42 181 516,43	41 292 962,91
Total do passivo não corrente		267 836 554,28	287 776 819,59
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	20	1 363 566,29	1 058 504,35
Fornecedores	17	14 029 914,80	12 784 865,90
Estado e Outros Entes Públicos	21	4 648 618,71	4 276 240,46
Financiamentos obtidos	17	18 311 266,91	18 393 159,30
Outras contas a pagar	17	21 277 674,02	24 234 957,94
Total do passivo corrente		59 631 040,73	60 747 727,95
Total do passivo		327 467 595,01	348 524 547,54
Total do capital próprio e do passivo		863 733 598,15	883 754 243,15

* Exercício de 2012 reexpresso devido exclusivamente à adopção da IAS 19 Revista

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2013	'2012 Reexpresso *
Vendas e serviços prestados	22	143 079 104,53	144 205 267,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(2 285 540,93)	(2 876 183,62)
Fornecimentos e serviços externos	23	(32 122 093,96)	(34 527 224,65)
Gastos com o pessoal	24	(25 244 378,84)	(23 297 213,62)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	14	(524 458,93)	(496 708,03)
Provisões (aumentos) / reduções	20	(338 025,82)	829 168,40
Subsídios ao investimento	18	1 275 976,68	1 252 533,96
Outros rendimentos e ganhos	25	2 603 307,47	4 289 797,15
Outros gastos e perdas	26	(1 583 776,68)	(1 842 335,72)
Gastos não recorrentes	24	(3 430 505,81)	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		81 429 607,71	87 537 101,74
Gastos de depreciação e de amortização	27	(25 008 813,75)	(24 796 339,13)
Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis (perdas) / reversões		-	(1 541 296,23)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56 420 793,96	61 199 466,38
Juros e rendimentos similares obtidos	28	2 797 403,15	3 463 847,81
Juros e gastos similares suportados	28	(3 779 861,85)	(5 036 245,54)
Resultado antes de impostos		55 438 335,26	59 627 068,65
Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido	11	1 449 693,46	2 457 308,46
Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente	11	(16 926 244,68)	(18 506 937,99)
Resultado líquido do exercício		39 961 784,04	43 577 439,12
Resultado por ação básico	32	1,33	1,45
Resultado por ação diluído		1,33	1,45

* Exercício de 2012 reexpresso devido exclusivamente à adopção da IAS 19 Revista

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012 reexpresso *
Resultado líquido do exercício	39 961 784,04	43 577 439,12
Itens que não reciclam por resultados:		
Remensurações do plano de pensões	(1 221 883,24)	1 258 868,34
Efeito de alteração de taxa de imposto	(1 264 808,28)	-
Imposto diferido dos terrenos	(1 356 987,02)	-
Total do rendimento integral do exercício	36 118 105,50	44 836 307,46

* Exercício de 2012 reexpresso devido exclusivamente à adopção da IAS 19 Revista

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no fim do exercício de 2011 (reportado)		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	279 691 887,71	(4 063,81)	42 555 549,69	524 414 751,04
Reexpressão IAS 19R								
Posição no início do exercício de 2012 (reexpresso)		-	-	-	1 282 260,00	-	-	1 282 260,00
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	19	-	-	-	1 258 868,34	-	-	1 258 868,34
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	42 555 549,69	-	(42 555 549,69)	-
Ajustamentos ao subsídio do investimento (alteração de vidas úteis)		-	-	-	(1 259 183,13)	-	-	(1 259 183,13)
		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	323 529 382,61	(4 063,81)	-	525 696 696,25
Resultado líquido do exercício de 2012							43 577 439,12	43 577 439,12
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos		-	-	-	(34 044 439,75)	-	-	(34 044 439,75)
		-	-	-	(34 044 439,75)	-	43 577 439,12	(34 044 439,75)
Posição no fim do exercício de 2012		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	289 484 942,85	(4 063,81)	43 577 439,12	535 229 695,61
Posição no início do exercício de 2013		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	289 484 942,85	(4 063,81)	43 577 439,12	535 229 695,61
Posição no início do exercício de 2013		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	289 484 942,85	(4 063,81)	43 577 439,12	535 229 695,61
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos	11	-	-	-	(1 264 808,30)	-	-	(1 264 808,30)
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	19	-	-	-	(1 221 883,24)	-	-	(1 221 883,24)
Outras alterações		-	-	-	(1 356 987,00)	-	-	(1 356 987,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	43 577 439,12	-	(43 577 439,12)	-
		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	329 218 703,43	(4 063,81)	0,00	531 386 017,07
Resultado líquido do exercício de 2013							39 961 784,04	39 961 784,04
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	16	-	-	-	(35 081 797,97)	-	-	(35 081 797,97)
		-	-	-	(35 081 797,97)	-	-	(35 081 797,97)
Posição no fim do exercício de 2013		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	294 136 905,46	(4 063,81)	39 961 784,04	536 266 003,14

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		179 384 554,98	184 256 218,16
Pagamentos a fornecedores		(38 950 208,00)	(45 519 230,64)
Pagamentos ao pessoal		(28 690 845,00)	(25 089 023,21)
Caixa gerada pelas operações		111 743 501,98	113 647 964,31
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(21 552 140,00)	(23 357 099,28)
Outros recebimentos / pagamentos		(30 438 236,93)	(24 971 794,29)
Fluxos das atividades operacionais [1]		59 753 125,05	65 319 070,74
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6 218 319,07)	(18 349 936,02)
Investimentos financeiros		(5 000,00)	-
Outros ativos	5 e 10	(58 000 000,00)	(13 500 000,00)
		(64 223 319,07)	31 849 936,02
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		10 063,08	7 184,39
Outros ativos		13 500 000,00	-
Juros e rendimentos similares		1 913 554,30	15 423 617,38
		3 377 128,58	3 384 312,97
Fluxos das atividades de investimento [2]		(48 799 701,69)	(28 465 623,05)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(17 731 562,00)	(16 329 284,02)
Juros e gastos similares		(3 754 764,13)	(4 973 033,16)
Dividendos	16	(35 081 798,00)	(56 568 124,13)
		(34 044 439,75)	(55 346 756,93)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(56 568 124,13)	(55 346 756,93)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(45 614 700,77)	(18 493 309,24)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5	56 678 460,18	75 171 769,42
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5	11 063 759,41	56 678 460,18

○ anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

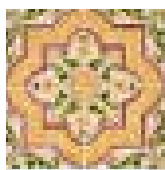
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel





Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em Euros)

1. Nota Introdutória

1.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão as seguintes características: (i) liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios; (ii) princípio de aplicação de preços a fixar por convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a Empresa; (iii) todos os consumidores, públicos ou privados, devem pagar a água que consomem e os serviços que lhes são prestados.

Relativamente à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público na albufeira de Castelo do Bode, no decurso do exercício de 2009, a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, um contrato de concessão, de modo a dar cumprimento à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, onde na sua alínea a) do artigo 61.º indica que a utilização privativa de recursos hídricos do domínio público está sujeita a prévia concessão. De acordo com tal contrato celebrado, a concessão que se iniciou em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos. Atendendo a que: (i) os ativos concessionados já eram propriedade da Empresa e por esta explorados antes da data de celebração do contrato; e (ii) não se encontrar definido a remuneração específica para a exploração dos ativos abrangidos pela concessão; a Empresa entende que a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, não é aplicável a este contrato.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas.

1.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2013, a Empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 12 de fevereiro de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2013.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC").

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, nos termos do parágrafo 10 do IAS 27, está dispensada de o fazer, por se tratar de uma subsidiária totalmente detida por uma outra entidade que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foi aprovada ("endorsed") pela União Europeia a seguinte emenda/ revisão com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2013, tido em consideração na preparação das notas anexas:

IAS I Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)	A emenda à IAS I altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo, na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).
A Demonstração do Rendimento Integral foi preparada de acordo com esta alteração	Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

<p>IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda)</p>	<p>Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.</p>
<p>Esta alteração não se aplica à Empresa por já adotar as IFRS</p>	<p>A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.</p>
<p>IFRS 7 (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros</p>	<p>Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo, Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previstos pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	
<p>IFRS 13 Mensuração do justo valor</p>	<p>A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.</p>
<p>Considerado o impacto nas divulgações a efetuar</p>	<p>O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.</p>

IAS 12 Impostos sobre o rendimento	A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser, no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.
Sem impacto na Empresa	Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.
IFRS I (Emenda). Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro – IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais	A emenda estabelece uma exceção na aplicação retrospectiva da IFRS 9 Instrumentos financeiros e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais. Esta emenda requer que as entidades que apliquem a IFRS I apliquem prospectivamente os requisitos exigidos pela IAS 20 relativamente a empréstimos governamentais que existam à data da transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos previstos na IFRS 9 (ou IAS 39, conforme aplicável) e IAS 20 a empréstimos governamentais retrospectivamente se a informação necessária tenha sido obtida na data de reconhecimento inicial desses empréstimos.
Esta alteração não se aplica à Empresa por já adotar as IFRS	Esta adoção permite aos primeiros adotantes um alívio da aplicação retrospectiva da mensuração de empréstimos governamentais com uma taxa de juro inferior à taxa de juro de mercado. Como resultado da não aplicação retrospectiva da IFRS 9 (ou IAS 39) e IAS 20, os adotantes pela primeira vez não necessitam de reconhecer o correspondente benefício de uma taxa inferior à taxa de juro de mercado num empréstimo governamental como subsídio.
IFRS I (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS I, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS I ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.
Sem impacto na Empresa	Clarifica que, na adoção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na Demonstração da posição financeira na data de transição.

IAS I (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras	<p>Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.</p> <p>Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.</p>
Sem impacto na Empresa	<p>Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.</p>
IAS 16 Ativos fixos tangíveis	Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumpram com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser
Sem impacto na Empresa	classificados como tal e não são inventários.
IAS 32 Instrumentos financeiros	Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo
Sem impacto na Empresa	com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.
IAS 34 Relato financeiro intercalar	Clarifica os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.
Sem impacto na Empresa	De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos membros chave da gestão.

As novas normas e interpretações emitidas pelo IASB, que foram até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios económicos futuros:

<p>IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas</p>	<p>O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.</p> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014.</i></p>
<p>IFRS 11 Acordos conjuntos</p>	<p>A IFRS 11:</p> <ul style="list-style-type: none"> • substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores. • altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos. <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014.</i></p>
<p>IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades</p>	<p>A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.</p> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014.</i></p>

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2012)	Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
Sem impacto na Empresa	<i>As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014.</i>
IAS 28 Investimentos em associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (Revista em 2011)	Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.
Sem impacto na Empresa	<i>As alterações à IAS 28 serão aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014</i>
IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)	<p>A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.</p> <p>O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada na posição financeira quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.</p>
Sem impacto na Empresa	<p>O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.</p> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.</i></p>

IAS 19 - Benefícios dos Empregados (Revista)

A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes ocorridos no exercício), ganhos e perdas na liquidação e gastos (rendimentos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.

Passa a ser aplicável uma taxa única à responsabilidade e aos ativos do Plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos e perdas atuariais.

Com impacto na Empresa (ver abaixo)

Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.

Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

A EPAL adotou esta norma no exercício de 2013, procedendo de acordo com as normas contabilísticas à reexpressão das suas demonstrações financeiras.

As novas normas e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros:

<p>IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)</p>	<p>A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39. As principais alterações são as seguintes:</p> <p>Ativos Financeiros:</p> <p>Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor:</p> <p>Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se</p> <ul style="list-style-type: none">• a opção pelo justo valor não for exercida;• o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e• nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida. <p>Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor:</p>
<p>Sem impacto na Empresa</p>	<p>Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).</p> <p>Passivos Financeiros:</p> <p>As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fosse susceptível de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.</p> <p>Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.</p> <p><i>A data de aplicação desta norma encontra-se ainda por definir, estando a aguardar a conclusão das restantes fases da norma.</i></p>

• Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, emitidas pelo IASB

Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.
Sem impacto na Empresa	<i>Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014</i>
IAS 36 (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros'	Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender.
Sem impacto na Empresa.	<i>A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014</i>
IAS 39 (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'	A alteração à IAS 39 permite que uma Empresa mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação.
Sem impacto na Empresa.	<i>A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014</i>
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - 'Sociedades de investimento'	A alteração define uma Sociedade de investimento ('Investment entities') e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as Empresas que qualifiquem como as Sociedades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgações específicas exigidas pela IFRS 12.
Sem impacto na Empresa.	<i>A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014.</i>
IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'	A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou Empresas terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço.
Sem impacto na Empresa.	<i>A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia.</i>
IFRIC 21 (nova), 'Taxas do governo'	Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto ("levy") corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento.
Sem impacto na Empresa.	<i>A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia.</i>

Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A Empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas.

Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias adecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A Empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Empresa já aplicar IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.19.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS. Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis detidos para obter rendas ou para valorização de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na Nota 3.2).

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa entende que as avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas se mantêm adequadas, não se verificando alterações nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento.

Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período de locação quando a EPAL não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EPAL tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que exista uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade estimadas.

No que respeita a investimentos financeiros em subsidiárias (controlo efetivo acima de 50%), sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

3.8 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Perdas de imparidade em inventários".

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.9 Ativos e passivos financeiros

3.9.1 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de “variações de justo valor”. Os dividendos obtidos são reconhecidos em “Outros rendimentos e ganhos” quando são atribuídos à EPAL.
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na Demonstração da Posição Financeira como “Clientes e Outras contas a receber” (Nota 14), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EPAL não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do resultados em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes excerto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro. São reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. A EPAL avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são reversíveis na demonstração de rendimento integral.

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a EPAL se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inferior a seis meses, imediatamente mobilizáveis e com risco não significativo de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários os quais são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.9.2 Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” e “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”.

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor; líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.9.3 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões”.

3.9.4 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A EPAL aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EPAL utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

3.10 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.11 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados na mesma cadênciã em que as depreciações relativas aos ativos associados são reconhecidas.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

3.12 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Planos de benefício definido

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas em Outros rendimentos integrais no período em que são apurados.

O custo dos serviços passados é reconhecido de imediato na data em que existam alterações de benefícios atribuídos.

A responsabilidade associada aos benefícios definidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação deduzido do justo valor dos ativos do plano. Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões mais usuais registadas pela EPAL estão relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com terceiros. A EPAL reconhece essa provisão quando, da avaliação efetuada aos processos em curso com os advogados responsáveis, resulte uma eventual e provável responsabilidade de pagar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota e não seja provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

A proposta de tarifário da EPAL é alicerçada nos princípios de política tarifária a aplicar aos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público, enquadrados na Lei da Água, na qual a água é considerada um bem económico escasso, essencial à vida e às atividades económicas, a que se deve atribuir o justo valor, devendo o seu preço constituir o reflexo do custo real do abastecimento, dos custos ambientais e de escassez e dos padrões de consumo.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, bem como os respetivos princípios de aplicação, são fixados por Convenção a celebrar entre a Direção Geral das Atividades Económicas e a EPAL, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e da Economia. A Convenção obedece ao regime de fixação

de preços que se encontra estabelecido no Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho e à qualificação de consumidores estabelecidos na Portaria 6-A/92.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A EPAL presta essencialmente serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais e a reparação de contadores.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. São registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a 1 ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Empresa não recorreu a financiamentos para os investimentos realizados nestes anos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos, pelo que não procedeu à capitalização de quaisquer encargos financeiros.

3.16 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados

utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.18 Políticas de gestão de risco financeiro

Fatores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Análise de risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado. No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos 2 anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem aumentado (Nota 14).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 14) em 31 de dezembro de 2013, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

Ativos Financeiros Bancários	2013	2012
Depósitos à Ordem (Nota 5)	2 022 057,24	2 639 460,49
Depósitos a Prazo (Nota 10)	67 000 000,00	67 500 000,00
Outros Ativos Financeiros (Nota 10)	1 10 230,68	1 10 230,68
	69 132 287,92	70 249 691,17

Rating	2013	2012
A3 (Moody's)	-	17 474,87
A2 (Moody's)	3 930,62	-
Baa3 (Moody's)	1 114 729,43	472 565,40
Ba1 (Moody's)	32 233 965,34	32 257 823,70
Ba3 (Moody's)	11 580 576,91	22 961 945,70
B1 (Moody's)	16 194 084,60	6 039 881,50
B2 (Moody's)	-	8 500 000,00
Caa1 (Moody's)	1 002 501,02	-
Sem rating	7 002 500,00	-
	69 132 287,92	70 249 691,17

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro 2014

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros agrupados pela maturidade remanescente à data das demonstrações financeiras:

	2013		
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 311 266,91	69 869 202,71	117 575 341,81
Fornecedores	14 029 914,80	-	-
Outras contas a pagar	21 277 674,02	-	-
	53 618 855,73	69 869 202,71	117 575 341,81

	2012		
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 393 159,30	71 808 684,16	133 407 702,51
Fornecedores	12 784 865,90	-	-
Outras contas a pagar	24 234 957,94	-	-
	55 412 983,14	71 808 684,16	133 407 702,51

O valor previsto com juros a pagar referente aos empréstimos bancários junto do BEI têm a seguinte maturidade:

Juros	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
2013	3 260 800,37	7 731 439,08	10 354 571,80
2012	5 266 549,05	11 449 414,25	13 361 719,92
	8 527 349,42	19 180 853,33	23 716 291,72

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2013 e 2012 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 seria como segue:

	2013	2012
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 28)	3 423 192,46	4 683 453,57
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	1 021 245,38	1 110 426,88
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado	n.a. (a)	(852 845,86)

(a) as taxas de juro variáveis a 31 de dezembro de 2013 são inferiores a 1%

Análise de gestão de capital

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2013, a estratégia da EPAL passou por manter em níveis idênticos o seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo inclusive diminuído fruto da amortização efetuada do seu financiamento bancário. Os rácios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	2013	2012
Total de financiamento obtido	205 755 811,43	223 609 545,97
Disponibilidades	(69 063 759,41)	(70 178 460,18)
Dívida Líquida	136 692 052,02	153 431 085,79
Capitais Próprios	536 266 003,14	535 229 695,61
Capital Total	536 266 003,14	535 229 695,61
Dívida Líquida/Capital Total	0,25	0,29

3.19 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

b) Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e ativos não financeiros

A determinação de uma eventual perda por imparidade é gerada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, bem como por quaisquer outras alterações, internas ou externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor contabilístico do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano.

c) Provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma.

Para avaliação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma é necessário adotar vários pressupostos atuariais, tais como a taxa de desconto, as tábuas de mortalidade ou as progressões salariais, bem como a idade de reforma e o salário pensionável para a Empresa. Os valores reais desses pressupostos podem vir a revelar-se diferentes dos valores estimados na data do cálculo das responsabilidades. Essas diferenças podem produzir ligeiros desequilíbrios anuais (positivos ou negativos), que a longo prazo tendem a anular-se mutuamente, uma vez que os valores dos pressupostos atuariais são ajustados periodicamente em função dos valores correspondentes observados.

Assim, o princípio do equilíbrio atuarial assegura um equilíbrio a longo prazo, não se prevendo nesta data qualquer impacto relevante.

3.20 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração

da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Reexpressão das Demonstrações Financeiras Resultante da Adoção de Normas Contabilísticas

A Empresa adotou o IAS 19 (revisão), ‘Benefícios dos empregados’, que introduz alterações no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações para todos os benefícios dos empregados. Os desvios atuariais, que se passam a designar por “remensurações”, são reconhecidos de imediato, e apenas, em Outros rendimento integrais (o método do corredor deixa de ser permitido). O custo financeiro dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos é calculado com base no valor líquido das responsabilidades não fundeadas passando a ser designado por “juro líquido”.

Por forma a apresentar informação financeira comparável, as demonstrações financeiras do exercício anterior foram ré expressas, conforme se apresenta de seguida:

Demonstração da posição financeira a 1 de janeiro de 2012

	Publicado	Adoção IAS19 R	Reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos por impostos diferidos	5 998 822,78	(523 740,00)	5 475 082,78
Outros ativos não correntes	10 727 537,62	(1 170 000,00)	9 557 537,62
Ativos não correntes	774 809 150,45	-	774 809 150,45
Total do ativo não corrente	791 535 510,85	(1 693 740,00)	789 841 770,85
Ativo corrente			
Ativos correntes	110 627 348,78	-	110 627 348,78
Total do ativo corrente	110 627 348,78	-	110 627 348,78
Total do ativo	902 162 859,63	(1 693 740,00)	900 469 119,63
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	150 000 000,00	-	150 000 000,00
Reserva legal	30 000 000,00	-	30 000 000,00
Outras reservas	22 171 377,45	-	22 171 377,45
Resultados transitados	322 247 437,39	1 282 260,00	323 529 697,39
Outras variações no capital próprio	(4 063,81)	-	(4 063,81)
	524 414 751,03	1 282 260,00	525 697 011,03
Resultado líquido do exercício	-	-	-
Total do capital próprio	524 414 751,03	1 282 260,00	525 697 011,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	12 119 946,37	(2 976 000,00)	9 143 946,37
Passivos não correntes	301 103 674,79	-	301 103 674,79
Total do passivo não corrente	313 223 621,16	(2 976 000,00)	310 247 621,16
Passivo corrente			
Passivos correntes	64 524 487,44	-	64 524 487,44
Total do passivo corrente	64 524 487,44	-	64 524 487,44
Total do passivo	377 748 108,60	(2 976 000,00)	374 772 108,60
Total do capital próprio e do passivo	902 162 859,63	(1 693 740,00)	900 469 119,63

Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2012

	Publicado	Adoção IAS19 R	Reexpresso
Ativo			
Ativo Não Corrente:			
Ativos por impostos diferidos	5 446 496,50	(925 680,00)	4 520 816,50
Outros ativos não correntes	10 222 151,61	(406 000,00)	9 816 151,61
Ativos não correntes	761 543 210,92	-	761 543 210,92
Total do ativo não corrente	777 211 859,03	(1 331 680,00)	775 880 179,03
ATIVO CORRENTE:			
Ativos correntes	107 874 064,13	-	107 874 064,13
Total do ativo corrente	107 874 064,13	-	107 874 064,13
Total do ativo	885 085 923,16	(1 331 680,00)	883 754 243,16
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio:			
Capital realizado	150 000 000,00	-	150 000 000,00
Reserva legal	30 000 000,00	-	30 000 000,00
Outras reservas	22 171 377,45	-	22 171 377,45
Resultados transitados	286 943 814,52	2 541 128,34	289 484 942,86
Outras variações no capital próprio	(4 063,81)	-	(4 063,81)
	489 111 128,16	2 541 128,34	491 652 256,50
Resultado Líquido do exercício	43 852 247,46	(274 808,34)	43 577 439,12
Total do capital próprio	532 963 375,62	2 266 320,00	535 229 695,62
Passivo:			
Passivo Não Corrente:			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	9 639 078,57	(3 598 000,00)	6 041 078,57
Passivos não correntes	281 735 741,02	-	281 735 741,02
Total do passivo não corrente	291 374 819,59	(3 598 000,00)	287 776 819,59
Passivo Corrente:			
Passivos correntes	60 747 727,95	-	60 747 727,95
Total do passivo corrente	60 747 727,95	-	60 747 727,95
Total do passivo	352 122 547,54	(3 598 000,00)	348 524 547,54
Total do capital próprio e do passivo	885 085 923,16	(1 331 680,00)	883 754 243,16

Demonstração dos Resultados por Naturezas a 31 de dezembro de 2012

Rendimentos e Gastos	Publicado	Adoção IAS19 R	Reexpresso
Vendas e serviços prestados	144 205 267,87	-	144 205 267,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 876 183,62)	-	(2 876 183,62)
Fornecimentos e serviços externos	(34 527 224,65)	-	(34 527 224,65)
Gastos com o pessoal	(22 910 213,62)	(387 000,00)	(23 297 213,62)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	(496 708,03)	-	(496 708,03)
Provisões (aumentos) / reduções	829 168,40	-	829 168,40
Subsídios ao investimento	1 252 533,96	-	1 252 533,96
Outros rendimentos e ganhos	4 289 797,15	-	4 289 797,15
Outros gastos e perdas	(1 842 335,72)	-	(1 842 335,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	87 924 101,74	(387 000,00)	87 537 101,74
Gastos de depreciação e de amortização	(24 796 339,13)	-	(24 796 339,13)
Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis (perdas) / reversões	(1 541 296,23)	-	(1 541 296,23)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61 586 466,38	(387 000,00)	61 199 466,38
Juros e rendimentos similares obtidos	3 463 847,81	-	3 463 847,81
Juros e gastos similares suportados	(5 036 245,54)	-	(5 036 245,54)
Resultado antes de impostos	60 014 068,65	(387 000,00)	59 627 068,65
Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido	2 345 116,80	112 191,66	2 457 308,46
Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente	(18 506 937,99)	-	(18 506 937,99)
Resultado líquido do exercício	43 852 247,46	(274 808,34)	43 577 439,12
Resultado por ação básico	1,46	-	1,45

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa e o caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e estarem sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

	2013	2012
Numerário	41 702,17	38 999,69
Depósitos à ordem	2 022 057,24	2 639 460,49
	2 063 759,41	2 678 460,18
Depósitos a prazo	67 000 000,00	67 500 000,00
	69 063 759,41	70 178 460,18
Fluxos de investimento	(58 000 000,00)	(13 500 000,00)
Caixa e seus equivalentes	11 063 759,41	56 678 460,18

A EPAL, por indicação do Grupo AdP extensível a todas as entidades do Grupo, adotou um conceito, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como caixa e equivalentes de caixa, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

Para efeitos de fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Depósitos a prazo” inclui 58.000.000,00 Euros que não cumprem os critérios de classificação como caixa e seus equivalentes definidos pelo grupo AdP e que se encontram acima mencionados.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Ativos									
Saldo inicial	116 459 062,41	194 636 290,66	1 028 174 581,57	1 401 593,91	20 736 663,91	22 594 295,30	5 770 058,50	-	1 389 772 546,26
Aquisições	-	-	500 160,95	-	108 204,20	68 273,99	5 950 201,36	-	6 626 840,50
Alienações	(9 178,61)	-	-	(209 299,84)	-	-	-	-	(218 478,45)
Transferências	-	211 639,02	3 579 010,84	-	530 588,44	240 260,11	(4 561 498,41)	-	-
Regularizações	-	57 957,59	(144 725,41)	-	-	-	-	-	(86 767,82)
Abates	-	-	(2 141 047,24)	-	(148 028,44)	-	-	-	(2 289 075,68)
Saldo final	116 449 883,80	194 905 887,27	1 029 967 980,71	1 192 294,07	21 227 428,11	22 902 829,40	7 158 761,45	-	1 393 805 064,81
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	92 146 734,99	496 572 503,46	1 310 644,36	18 616 677,72	20 744 499,27	-	-	629 391 059,80
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4 353 418,00	19 463 614,95	35 501,02	641 672,50	419 828,19	-	-	24 914 034,66
Regularizações	-	57 957,59	(144 725,41)	-	-	-	-	-	(86 767,82)
Alienações	-	-	-	(209 299,84)	-	-	-	-	(209 299,84)
Perdas por imparidade	-	-	(1 541 296,23)	-	-	-	-	-	(1 541 296,23)
Abates	-	-	(599 750,99)	-	(148 028,44)	-	-	-	(747 779,43)
Saldo final	-	96 558 110,58	513 750 345,78	1 136 845,54	19 110 321,78	21 164 327,46	-	-	651 719 951,14
Ativos líquidos	116 449 883,80	98 347 776,69	516 217 634,93	55 448,53	2 117 106,33	1 738 501,94	7 158 761,45	-	742 085 113,67
2012									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Ativos									
Saldo inicial	116 375 848,39	194 145 019,59	1 012 078 170,50	1 401 593,91	20 325 104,16	22 524 050,78	10 197 455,64	-	1 377 047 242,97
Aquisições	-	1 900,00	1 875 546,45	-	119 218,82	50 267,82	11 025 050,27	-	13 071 983,36
Alienações	-	-	(77 595,48)	-	-	-	-	-	(77 595,48)
Transferências	83 214,02	489 371,07	14 567 544,69	-	292 340,93	19 976,70	(15 452 447,41)	-	-
Abates	-	-	(269 084,59)	-	-	-	-	-	(269 084,59)
Saldo final	116 459 062,41	194 636 290,66	1 028 174 581,57	1 401 593,91	20 736 663,91	22 594 295,30	5 770 058,50	-	1 389 772 546,26
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	87 787 044,99	476 134 061,79	1 273 202,99	18 030 642,90	20 269 640,36	-	-	603 494 593,03
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4 359 690,00	19 243 534,94	37 441,37	586 034,82	474 858,91	-	-	24 701 560,04
Alienações	-	-	(77 595,93)	-	-	-	-	-	(77 595,93)
Perdas por imparidade	-	-	1 541 296,23	-	-	-	-	-	1 541 296,23
Abates	-	-	(268 793,57)	-	-	-	-	-	(268 793,57)
Saldo final	-	92 146 734,99	496 572 503,46	1 310 644,36	18 616 677,72	20 744 499,27	-	-	629 391 059,80
Ativos líquidos	116 459 062,41	102 489 555,67	531 602 078,11	90 949,55	2 119 986,19	1 849 796,03	5 770 058,50	-	760 381 486,46

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 1.680.150,88 euros.

As aquisições ocorridas no exercício de 2013 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a, aproximadamente, 6,6 milhões de euros respeitam, essencialmente, aos projetos de remodelação da captação de Valada-Tejo, ampliação da rede de distribuição e trabalhos de intervenção de condutas nos troços Barbadinhos – Penha de França, Rua Filipa de Vilhena e Rua Soldados da Índia.

Relativamente à redução da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2013, no montante de 4.474.730,39 euros, corresponde essencialmente à conclusão de projetos de ampliação da rede de Lisboa (368.123 euros) e reabilitação do troço Barbadinhos – Penha de França (1.232.124 euros), bem como a diversas outras intervenções de renovação da rede de Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita, essencialmente, à remodelação da Captação de Vale da Pedra, bem como a diversos outros projetos de menor dimensão.

Em 2013, a rubrica de “abates” refere-se essencialmente à desativação de um troço do Adutor da Circunvalação, por via do desvio do traçado, motivado pela construção do novo Hospital de Vila Franca de Xira, a qual representa 2.028.021,36 euros, para a qual se encontrava registada uma imparidade que foi revertida em 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, os seguros contratados estabelecem limites de indemnizações de 250 milhões de Euros para acidentes e catástrofes naturais e 25 milhões de Euros para atos de terrorismo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As depreciações do exercício de 2013, no montante de 24.914.034,66 Euros (24.701.560,04 Euros em 2012), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 27).

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam a imóveis localizados em recintos da Empresa que não estão afetos à atividade operacional da Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram reconhecidos em resultados os seguintes gastos relacionados com propriedades de investimento:

2013		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	2 537 813,05	2 537 813,05
Regularizações	-	-
Saldo final - quantia bruta	2 537 813,05	2 537 813,05
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 486 319,27)	(1 486 319,27)
Depreciações do exercício (Nota 27)	(94 779,09)	(94 779,09)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 581 098,36)	(1 581 098,36)
Saldo final - quantia escriturada líquida	956 714,69	956 714,69

2012		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	2 451 045,23	2 451 045,23
Regularizações	86 767,82	86 767,82
Saldo final - quantia bruta	2 537 813,05	2 537 813,05
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 304 775,40)	(1 304 775,40)
Regularizações	(86 764,78)	(86 764,78)
Depreciações do exercício (Nota 27)	(94 779,09)	(94 779,09)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 486 319,27)	(1 486 319,27)
Saldo final - quantia escriturada líquida	1 051 493,78	1 051 493,78

O justo valor das propriedades de investimento é equivalente ao valor contabilístico. O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, com referência ao ano de 2009, sendo entendimento da Empresa que o mesmo não apresenta alterações significativas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

8. Investimentos em Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Investimentos em subsidiárias", deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Partes de capital em empresas subsidiárias	250 000,00	250 000,00
Perdas por imparidade acumuladas	(250 000,00)	(250 000,00)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

	Sede	% capital detida	Ativo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Partes de capital em empresas do grupo (a)	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	Exercício de análise
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	1 365 588,06	(33 092,22)	(27 815,69)	250 000,00	(250 000,00)	-	-	2013
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	1 388 076,75	(5 276,53)	(34 274,68)	250 000,00	(250 000,00)	-	-	2012

A Empresa é o único acionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. que tem como objetivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Em 1993, ambas as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolfe Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior e por iniciativa da Supergolfe Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., foi constituído, em 2006, novo Tribunal Arbitral para apuramento de eventuais responsabilidades. Em 2008, o referido Tribunal Arbitral proferiu acórdão unânime, entretanto transitado em julgado, que estabeleceu a indemnização devida, compreendendo esta um montante líquido já cumprido e um valor sujeito a liquidação, neste momento ainda pendente, que se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2013.

9. Ativos e Passivos Financeiros

As políticas contábilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2013					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2013
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	742 085 113,67	742 085 113,67
Propriedades de investimento	-	-	-	956 714,69	956 714,69
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	67 110 230,68	-	67 110 230,68	-	67 110 230,68
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	4 237 268,17	4 237 268,17
Outras contas a receber	23 187 883,59	-	23 187 883,59	-	23 187 883,59
Inventários	-	-	-	907 879,57	907 879,57
Clientes	20 401 189,80	-	20 401 189,80	-	20 401 189,80
Estado e outros entes públicos	2 096 301,15	-	2 096 301,15	-	2 096 301,15
Diferimentos	687 257,42	-	687 257,42	-	687 257,42
Caixa e equivalentes de caixa	2 063 759,41	-	2 063 759,41	-	2 063 759,41
Total do ativo	115 546 622,05	-	115 546 622,05	748 186 976,10	863 733 598,15
Financiamentos obtidos	-	205 755 811,43	205 755 811,43	-	205 755 811,43
Subsídios ao investimento	-	-	-	33 950 414,76	33 950 414,76
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	-	-	4 260 078,57	4 260 078,57
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	42 181 516,43	42 181 516,43
Provisões	-	-	-	1 363 566,29	1 363 566,29
Fornecedores	-	14 029 914,80	14 029 914,80	-	14 029 914,80
Estado e outros entes públicos	-	4 648 618,71	4 648 618,71	-	4 648 618,71
Outras contas a pagar	-	18 470 383,41	18 470 383,41	2 807 290,61	21 277 674,02
Total do passivo	-	242 904 728,35	242 904 728,35	84 562 866,66	327 467 595,01
2012 reexpresso					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2012
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	760 381 486,46	760 381 486,46
Propriedades de investimento	-	-	-	1 051 493,78	1 051 493,78
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	67 610 230,68	-	67 610 230,68	-	67 610 230,68
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	4 520 816,49	4 520 816,49
Outras contas a receber	25 145 814,81	-	25 145 814,81	-	25 145 814,81
Inventários	-	-	-	1 159 767,84	1 159 767,84
Clientes	18 713 329,93	-	18 713 329,93	-	18 713 329,93
Estado e outros entes públicos	1 610 534,00	-	1 610 534,00	-	1 610 534,00
Diferimentos	882 308,98	-	882 308,98	-	882 308,98
Caixa e equivalentes de caixa	2 678 460,18	-	2 678 460,18	-	2 678 460,18
Total do ativo	116 640 678,58	-	116 640 678,58	767 113 564,57	883 754 243,15
Financiamentos obtidos	-	223 609 545,97	223 609 545,97	-	223 609 545,97
Subsídios ao investimento	-	-	-	35 226 391,44	35 226 391,44
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	-	-	6 041 078,57	6 041 078,57
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	41 292 962,91	41 292 962,91
Provisões	-	-	-	1 058 504,35	1 058 504,35
Fornecedores	-	12 784 865,90	12 784 865,90	-	12 784 865,90
Estado e outros entes públicos	-	4 276 240,46	4 276 240,46	-	4 276 240,46
Outras contas a pagar	-	22 602 570,60	22 602 570,60	1 632 387,34	24 234 957,94
Total do passivo	-	263 273 222,93	263 273 222,93	85 251 324,61	348 524 547,54

10. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Outros ativos financeiros” deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Não correntes:		
Partes de capital em empresas participadas	1 500,00	1 500,00
Títulos e outras aplicações financeiras	108 730,68	108 730,68
	110 230,68	110 230,68
Correntes:		
Depósitos a prazo	67 000 000,00	67 500 000,00
	67 110 230,68	67 610 230,68

Empresas participadas

No final dos exercícios de 2013 e 2012, o montante registado na rubrica de “Partes de capital em empresas participadas”, ascendendo a 1.500 Euros, correspondia a uma participação nos capitais da entidade Fundec.

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 108.731 Euros, correspondia, em ambos os exercícios, a valores cativos à ordem dos tribunais (108.082 Euros) e a obrigações do Tesouro (649 Euros).

Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Depósitos a prazo” no montante de 67.000.000,00 Euros compreende na sua totalidade depósitos a prazo (67.500.000,00 Euros em 2012) (Nota 5). Deste, o montante de 9.000.000 Euros é constituído por depósitos que se qualificam como equivalentes de caixa e o montante de 58.000.000 Euros como fluxos de investimento, para efeito da demonstração dos fluxos de caixa (Nota 5).

11. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 16).

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	Notas	2013	2012 reexpresso
Imposto corrente e ajustamentos:			
Imposto corrente do exercício	17	17 032 010,64	19 877 462,73
Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores	17	627 767,44	627 767,44
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior		(83 343,68)	(387 758,18)
Crédito fiscal		(650 189,72)	(1 610 534,00)
		16 926 244,68	18 506 937,99
Impostos diferidos:			
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias		(1 449 693,46)	(2 466 697,31)
Alterações na taxa de tributação			9 388,85
		(1 449 693,46)	(2 457 308,46)
Gasto com impostos sobre o rendimento		15 476 551,22	16 049 629,53

Os ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, no montante de 627.767,44 Euros em 2013, correspondem ao efeito fiscal, apurado a partir de uma taxa de imposto de 29%, associado ao reconhecimento anual de 1/5 de variações patrimoniais positivas decorrentes do regime transitório aplicável à adoção pela primeira vez dos IAS/IFRS, regime esse previsto no art.º 5º, nºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009 de 13 de julho.

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	2013	2012 reexpresso
Resultado antes de impostos	55 438 335,26	59 627 068,65
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4 876,83	4 876,83
Multas	6 261,76	8 165,26
Outros	(16 969,63)	(10 520,58)
	(5 831,04)	2 521,51
Diferenças temporárias:		
Efeito das alterações de vidas úteis na data de transição para as IFRS	2 051 674,46	2 051 674,47
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais	117 300,90	117 300,89
Efeito do desconhecimento do direito de uso ilimitado	(4 260,06)	(4 260,06)
Amortizações não aceites	3 189 407,82	3 713 188,86
Imparidade	38 305,62	449 827,34
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1 349 092,24	1 305 937,43
Provisões (Nota 20)	(2 435 179,47)	(850 000,00)
Responsabilidades por benefícios de reforma	(368 000,00)	(2 272 867,79)
Imparidade de ativos (Nota 6)	-	1 541 296,23
Outros	(196 571,16)	(871 964,07)
	3 741 770,35	5 180 133,30
Lucro tributável	59 174 274,57	64 809 723,46
Imposto		
Imposto	14 793 568,64	16 299 180,87
Benefício fiscal (CFEI)	(1 000 000,00)	
Derrama	887 614,12	977 950,85
Derrama estadual	2 763 713,73	3 014 836,17
Tributações autónomas	214 881,59	213 262,28
Ajustamentos a exercícios anteriores	(650 189,72)	(387 758,18)
Crédito fiscal	(83 343,68)	(1 610 534,00)
Total de imposto corrente e ajustamentos	16 926 244,68	18 506 937,99
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1 449 693,46)	(2 457 308,46)
Total dos gastos do exercício	15 476 551,22	16 049 629,53
Taxa efetiva de imposto do exercício	28%	27%

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2014 e que corresponde a uma taxa de IRC de 23%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3,5 e 7%, tendo sido utilizada uma taxa média de 5,5%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi como se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2013	2012 (reexpresso)	2013	2012
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1 660 788,34	1 496 549,28	-	-
Em inventários	88 310,88	85 367,18	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	1 067 412,57	1 138 552,14	-	-
Provisões	315 000,00	188 500,00	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	464 972,41	449 473,33	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	640 783,97	681 490,14	-	-
Perda por Imparidade de ativos fixos tangíveis	-	480 884,42	-	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	-	7 167 845,84	7 170 176,77
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis	-	-	19 825 742,80	19 718 829,58
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	14 487 803,05	13 048 927,43
Mais valias reinvestidas	-	-	49 432,13	49 305,96
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	-	615 502,34	1 235 108,03
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	-	35 190,27	70 615,14
	4 237 268,17	4 520 816,49	42 181 516,43	41 292 962,91

	2013		2012 reexpresso	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos reexpresso	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	4 520 816,49	41 292 962,91	5 475 082,78	44 190 405,99
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	108 879,47	-	(50 361,92)	-
Em inventários	-	-	(6 524,17)	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	(106 720,00)	-	(1 061 071,67)	-
Provisões	116 000,00	-	(246 500,00)	-
Reposição de proveitos tributados	-	-	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	(62 065,64)	-	(70 922,95)	-
Adutor VFX	(480 884,42)	-	480 884,42	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	(241 259,12)	-	(406 771,84)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis	-	(553 944,87)	-	(1 155 944,49)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	(401 038,17)	-	(668 277,57)
Mais valias reinvestidas	-	(1 521,57)	-	(1 516,69)
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	(640 122,44)	-	(638 070,76)
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	(36 597,88)	-	(36 480,58)
Efeito da alteração de taxa de imposto	-	-	230,00	9 618,85
	(424 790,59)	(1 874 484,05)	(954 266,29)	(2 897 443,08)
Efeito em resultados transitados:				
Efeito de alteração de taxa de imposto	141 242,27	1 406 050,55	-	-
Imposto diferido dos terrenos	-	1 356 987,02	-	-
	141 242,27	2 763 037,57	-	-
Saldo final	4 237 268,17	42 181 516,43	4 520 816,49	41 292 962,91

No cálculo do passivo por impostos diferidos relativo às reavaliações livres de terrenos, encontrava-se registado um saldo devedor que não deverá ser reconhecido como ativo, visto que a sua recuperabilidade está dependente da alienação dos bens, o que não se prevê que venha a ocorrer em virtude de serem terrenos afetos a atividades operacionais. Atendendo que os montantes a ajustar se relacionam exclusivamente com movimentos efetuados em exercícios anteriores, o ajustamento realizou-se por contrapartida de resultados transitados

Conforme já referido, a EPAL atualizou a taxa de imposto para o cálculo dos impostos diferidos. Com o aumento da derrama estadual para lucros superiores a 35 milhões de euros, quando a anterior legislação apresentava a derrama estadual como uma medida provisória, levou a que fosse necessário proceder ao aumento da taxa média.

Atendendo que a EPAL tem impostos diferidos passivos significativos decorrentes das reavaliações, e como o ativo subjacente e o imposto diferido foram reconhecidos na transição em capitais próprios, a variação da taxa de imposto foi registada em resultados transitados.

12. Outros Ativos Não Correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 reexpresso
Outros devedores	7 396 598,35	7 701 114,93
Ativos com planos de benefício definido (Nota 19)	702 036,68	2 115 036,68
	8 098 635,03	9 816 151,61

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica, nos montantes de 7.396.598,35 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.124.202,85 Euros) e 7.701.114,93 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 2.320.780,70 Euros), respetivamente, corresponde a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem essencialmente, a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer / Torres Vedras e Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual pelo prazo de 26 anos.

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima devido ao efeito de desconto discrimina-se como se segue:

	2013	2012
2014	-	501 094,43
2015	501 094,43	501 094,43
2016	501 094,43	501 094,43
> 2017	8 518 612,34	8 518 612,34
	9 520 801,20	10 021 895,63
Efeito de desconto da dívida	(2 124 202,85)	(2 320 780,70)
	7 396 598,35	7 701 114,93

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2013			2012		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	233 419,60	(233 419,60)	-	233 419,60	(233 419,60)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	968 829,57	(60 950,00)	907 879,57	1 220 717,84	(60 950,00)	1 159 767,84
	1 202 249,17	(294 369,60)	907 879,57	1 454 137,44	(294 369,60)	1 159 767,84

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é detalhado conforme se segue:

	2013		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	233 419,60	1 220 717,84	1 454 137,44
Compras	-	2 342 135,85	2 342 135,85
Regularizações	-	(308 483,19)	(308 483,19)
Saldo final	(233 419,60)	(968 829,57)	(1 202 249,17)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2 285 540,93	2 285 540,93

	2012		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	255 916,73	1 207 991,23	1 463 907,96
Compras	-	2 887 956,89	2 887 956,89
Regularizações	(22 497,13)	953,34	(21 543,79)
Saldo final	(233 419,60)	(1 220 717,84)	(1 454 137,44)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2 876 183,62	2 876 183,62

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é detalhada conforme se segue:

	2013		
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	233 419,60	-	233 419,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950,00	-	60 950,00
	294 369,60	-	294 369,60

	2012		
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	255 916,73	(22 497,13)	233 419,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950,00	-	60 950,00
	316 866,73	(22 497,13)	294 369,60

14. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumuladas	Montante líquido
Correntes:						
Clientes						
- Grupo (Nota 29)	4 846 329,26	-	4 846 329,26	3 306 681,54	-	3 306 681,54
- Não Grupo	20 859 254,51	(5 304 393,97)	15 554 860,54	20 193 757,18	(4 787 108,79)	15 406 648,39
	25 705 583,77	(5 304 393,97)	20 401 189,80	23 500 438,72	(4 787 108,79)	18 713 329,93
Outras contas a receber						
Pessoal	39 701,64	-	39 701,64	37 498,38	-	37 498,38
Clube de Golfe das Amoreiras	1 398 245,78	(1 398 245,78)	-	1 393 245,78	(1 393 245,78)	-
Devedores por acréscimos de rendimentos						
- Grupo (Nota 29)	3 861 070,27	-	3 861 070,27	3 098 102,41	-	3 098 102,41
- Não Grupo	10 060 905,77	-	10 060 905,77	9 632 335,90	-	9 632 335,90
Outros devedores						
- Grupo (Nota 29)	706 243,90	-	706 243,90	703 672,67	-	703 672,67
- Não Grupo	844 218,30	(422 891,32)	421 326,98	2 278 771,41	(420 717,57)	1 858 053,84
	16 910 385,66	(1 821 137,10)	15 089 248,56	17 143 626,55	(1 813 963,35)	15 329 663,20
	42 615 969,43	(7 125 531,07)	35 490 438,36	40 644 065,27	(6 601 072,14)	34 042 993,13

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber, no montante de 524.458,93 Euros (496.708,03 Euros em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a totalidade da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” nos montantes de 13.921.976,04 e 12.730.438,31 Euros respetivamente, compreende, essencialmente, o acréscimo de rendimento relativo a água por faturar, nos montantes de 11.751.339,49 Euros e 11.392.708,47 Euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, incluindo terceiros e partes relacionadas (Nota 29) em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

	2013					
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias	Total
Clientes	9 036 230,72	1 064 361,50	740 944,00	1 816 055,16	13 047 992,39	25 705 583,77
Outros devedores	1 011 487,50	-367 509,75	24 768,73	303 979,84	577 735,88	1 550 462,20

	2012					
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias	Total
Clientes	12 162 071,21	1 142 379,03	593 283,79	1 511 379,96	8 091 324,73	23 500 438,72
Outros devedores	930 422,09	661 315,58	49 122,27	859 720,27	481 863,87	2 982 444,08

15. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Gastos diferidos com seguros	451 290,49	857 820,69
Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica	2 814,95	3 669,36
Outros gastos diferidos	233 151,98	20 818,93
	687 257,42	882 308,98

16. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco Euros, cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 Euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 Euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 25 de março de 2013, a 35.081.797,97 Euros. O seu pagamento ocorreu em abril e maio de 2013.

Relativamente aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 31.969.427 Euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor das reservas de reavaliação legais (bruto) ascende a 31 de dezembro de 2013 e 2012 a, aproximadamente, 338.178.152 Euros e encontram-se incluídas no saldo da rubrica "Resultados transitados".

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e correspondente incremento por via das reavaliações atrás indicadas (legais e livres), líquidas de depreciações acumuladas, é o que se segue:

2013							
	Terrenos	Imposto diferido	Subtotal	Ativos depreciables	Imposto diferido	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	19 657 340	-	19 657 340	492 658 610	-	492 658 610	512 315 950
Reavaliações legais, líquidas	32 992 766	-	32 992 766	59 732 049	(7 167 846)	52 564 203	85 556 969
Reavaliações livres, líquidas	63 799 778	(14 487 803)	49 311 975	66 085 809	(19 825 743)	46 260 067	95 572 041
Deemed cost, líquido	116 449 884	(14 487 803)	101 962 081	618 476 468	(26 993 589)	591 482 879	693 444 960

2012							
	Terrenos	Imposto diferido	Subtotal	Ativos depreciables	Imposto diferido	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	19 666 518	-	19 666 518	508 873 330	-	508 873 330	528 539 848
Reavaliações legais, líquidas	32 992 766	-	32 992 766	61 564 369	(7 170 177)	54 394 192	87 386 958
Reavaliações livres, líquidas	63 799 778	(13 048 927)	50 750 851	67 714 668	(19 718 830)	47 995 838	98 746 689
Deemed cost, líquido	116 459 062	(13 048 927)	103 410 135	638 152 366	(26 889 006)	611 263 360	714 673 494

17. Passivos Financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores:		
Fornecedores, conta corrente		
- Grupo (Nota 29)	371 497,57	42 436,04
- Não grupo	11 112 547,36	11 353 485,53
Fornecedores, faturas em receção e conferência	77 032,97	33 379,70
Fornecedores de investimentos	2 468 836,90	1 355 564,63
	14 029 914,80	12 784 865,90
Outras contas a pagar:		
Outros credores:		
CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	13 209 540,97	12 538 072,43
CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1 207 396,79	1 189 639,02
Credores diversos	672 797,27	305 646,56
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	118 931,07	241 530,73
Outros acréscimos de gastos		
- Grupo (Nota 29)	25 755,74	255 390,14
- Não grupo	1 855 082,71	1 486 002,05
Acionistas - outras operações (Nota 29)	1 377 842,98	5 465 173,79
Pessoal:		
Férias e subsídio de férias	2 740 301,05	1 508 064,30
Outras dívidas ao pessoal	66 989,56	124 323,04
Adiantamento de clientes	-	1 119 248,11
Diferimentos passivos	3 035,88	1 867,77
	21 277 674,02	24 234 957,94
	35 307 588,82	37 019 823,84

Com efeitos a partir do exercício de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registado nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar à entidade AdP SGPS. Desta forma, o montante de 1.377.842,98 Euros registado na rubrica "Acionistas – outras operações" em 31 de dezembro de 2013, respeita:

- (i) ao valor de imposto sobre o rendimento a pagar de 2013, no montante de 17.032.010,64 Euros (Nota 11);
- (ii) acrescido dos ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores, decorrente da correção no reconhecimento dos subsídios ao investimento, no montante de 627.767,44 Euros (Nota 11);
- (iii) deduzido por pagamentos por conta e retenções na fonte, nos montantes de 15.722,431,73 Euros, e 377.950,07 Euros, respetivamente;
- (iv) e deduzido de excesso de estimativa de imposto referente a 2010 no montante de 181.553,29 Euros.

A rubrica "Outros acréscimos de gastos" respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos para eletricidade no valor de 1.196.310 Euros (1.090.750 Euros em 2012).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, como segue:

	Entidade Financiadora	2013			2012			Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	205 755 811,43	17 822 501,36	187 444 544,52	223 609 545,93	17 782 222,87	205 216 386,67	Entre 2017 e 2030	Semestral
Juros a liquidar			488 765,55			610 936,43			
		205 755 811,43	18 311 266,91	187 444 544,52	223 609 545,93	18 393 159,30	205 216 386,67		

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 53,03% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 46,97% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

De acordo com o articulado do parágrafo 25 do IFRS 7, procede-se a divulgação do justo valor dos financiamentos junto do BEI negociados à taxa fixa. Neste caso correspondem aos cash-flows descontados utilizando a última taxa de juro indicada pelo BEI.

	2013		2012	
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Valor Contabilístico	Justo Valor
Financiamento BEI	125 525 094,95	96 661 003,73	135 691 729,16	106 710 670,10

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 30).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2013		2012	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2014	-	-	17 848 193,71	3 260 800,37
2015	17 915 777,80	2 845 176,46	17 916 143,14	2 996 424,10
2016	18 011 457,50	2 586 578,25	17 986 130,47	2 730 693,06
2017	18 109 606,94	2 323 730,71	18 058 216,84	2 461 496,72
2018	15 832 360,47	2 066 953,66	18 058 216,84	2 461 496,72
2019 e seguintes	117 575 341,81	10 354 571,80	115 349 485,67	10 900 223,20
	187 444 544,52	20 177 010,88	205 216 386,67	24 811 134,17

18. Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2013	Rédito por reconhecer em 2012
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART.TORRES/MAFRA	1 215 795,31	1 215 795,31	-	1 215 795,31	-	-
FEDER C.BODE	11 326 074,49	11 326 074,49	-	11 326 074,49	-	-
FEDER TORRES/MAFRA	3 698 332,02	3 698 332,02	-	3 698 332,02	-	-
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801,06	216 801,06	4 927,32	128 110,08	88 690,98	93 618,30
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 191,67	5 684 191,67	106 960,56	3 544 980,04	2 139 211,63	2 246 172,19
COMPART. OURÉM	550 553,17	550 553,17	10 359,84	343 355,58	207 197,59	217 557,43
COMPART.T.NOVAS	435 314,68	435 314,68	8 191,44	271 486,52	163 828,16	172 019,60
COMPART.TOMAR	497 804,04	497 804,04	9 367,32	310 458,22	187 345,82	196 713,14
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3 027 720,39	3 027 720,39	56 973,24	1 888 255,47	1 139 464,92	1 196 438,16
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 958,60	4 958,60	93,36	3 092,51	1 866,09	1 959,45
COMPART.VN.BARQUINHA	72 725,64	72 725,64	1 443,72	40 964,71	31 760,93	33 204,65
FUNDO COESÃO ETA ASSEICEIRA	4 060 876,56	4 060 876,56	-	4 060 876,56	-	-
FEDER.VN.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11 125 239,06	11 125 239,06	220 848,36	6 266 574,06	4 858 665,00	5 079 513,36
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576,47	7 635 576,47	63 629,76	6 362 980,10	1 272 596,37	1 336 226,13
FUNDO COESÃO V.FXIRA/AEROPORTO	912 876,57	912 876,57	-	912 876,57	-	-
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9 405 370,39	9 405 370,39	188 107,44	3 574 041,12	5 831 329,27	6 019 436,71
COMPART RESERV PATRIARCAL	74 819,68	74 819,68	383,64	61 390,56	13 429,12	13 812,76
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 816,68	22 472 816,68	449 456,40	8 090 213,52	14 382 603,16	14 832 059,56
SANTA MARGARIDA	274 338,84	274 338,84	5 486,76	98 761,86	175 576,98	181 063,74
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4 472 788,99	4 472 788,99	107 190,96	2 007 395,62	2 465 393,37	2 572 584,33
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104,31	87 104,31	1 729,08	49 063,51	38 040,80	39 769,88
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 940,94	139 940,94	3 353,76	62 805,60	77 135,34	80 489,10
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 940,94	139 940,94	3 353,76	62 805,60	77 135,34	80 489,10
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118,09	66 118,09	1 584,60	29 673,62	36 444,47	38 029,07
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118,09	66 118,09	1 584,60	29 673,62	36 444,47	38 029,07
PROJECTO SIURE	113 057,53	113 057,53	-	113 057,53	-	-
PROJECTO SPRINT	21 604,38	21 604,38	-	-	21 604,38	21 604,38
EDP	373 873,56	373 873,56	23 367,00	36 068,23	337 805,33	361 172,33
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 060,98	375 060,98	7 583,76	8 215,74	366 845,24	374 429,00
	88 547 793,13	88 547 793,13	1 275 976,68	54 597 378,37	33 950 414,76	35 226 391,44

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2013	2012
Subsídios ao investimento	1 275 976,68	1 252 533,96
	1 275 976,68	1 252 533,96

19. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2013 e 2012, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram como segue:

	2013	2012
Contribuições da Empresa	485 792,00	493 894,60
Contribuições dos colaboradores	21 293,20	23 041,90
	507 085,20	516 936,50

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ascendeu a 485.792,00 Euros (493.894,60 Euros em 2012) (Nota 24).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2013 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,10%	3,75%
Retorno esperado dos ativos do plano	-	3,75%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários (a)	0,0%	0,0%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social (a)	0,0%	0,0%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma (a)	0,0%	0,0%

(a) Pressuposto de crescimento 0,0% para o ano de 2014.

Após 2015 foi considerado o pressuposto de 2,5%.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2013	2012 reexpresso
Custo dos serviços correntes	193 000,00	196 000,00
Juro líquido	106 000,00	297 000,00
Cortes/alterações no plano	245 000,00	-
Total de gastos (Nota 24)	544 000,00	493 000,00

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2013	2012 reexpresso
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	37 108 000,00	35 365 000,00
Justo valor dos ativos do fundo	37 810 000,00	37 480 000,00
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 12)	702 000,00	2 115 000,00
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	4 257 000,00	6 039 000,00
Passivo com planos de benefícios definidos	4 257 000,00	6 039 000,00

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 4.257.000,00 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (6.039.000,00 Euros em 2012).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2012 (reexpresso)	42 943 000,00	(35 360 000,00)	7 583 000,00
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	196 000,00	-	196 000,00
Juro líquido	1 924 000,00	(1 627 000,00)	297 000,00
Benefícios pagos	(4 739 000,00)	3 312 000,00	(1 427 000,00)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(2 209 000,00)	-	(2 209 000,00)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	3 289 000,00	-	3 289 000,00
(ganhos)/ perdas de rendimento	-	(3 805 000,00)	(3 805 000,00)
(ganhos)/ perdas de benefícios	-	-	-
A 31 de dezembro 2012 (reexpresso)	41 404 000,00	(37 480 000,00)	3 924 000,00

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2013	41 404 000,00	(37 480 000,00)	3 924 000,00
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	193 000,00	-	193 000,00
Juro líquido	1 476 000,00	(1 371 000,00)	105 000,00
Alterações no plano	245 000,00	-	245 000,00
Benefícios pagos	(4 481 000,00)	2 254 000,00	(2 227 000,00)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	267 000,00	-	267 000,00
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	2 261 000,00	-	2 261 000,00
(ganhos)/ perdas de rendimento	-	(1 213 000,00)	(1 213 000,00)
(ganhos)/ perdas de benefícios	-	-	-
A 31 de dezembro 2013	41 365 000,00	(37 810 000,00)	3 555 000,00

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Valor	
	2013	2012
Instrumentos de capital próprio	13 831 360,00	14 077 567,00
Instrumentos de dívida	22 760 271,00	22 379 765,00
Outros	1 218 369,00	1 022 668,00
	37 810 000,00	37 480 000,00

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Pressuposto	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Taxa de desconto	+0.4%	Diminuição de 3.4%

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

20. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é detalhada conforme se segue:

2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	189 098,29	181 157,44	(56 820,71)	(114 310,91)	199 124,11
Acidentes de trabalho	147 406,28	-	(32 963,88)	-	114 442,40
Outras provisões	721 999,78	400 000,00	(72 000,00)	-	1 049 999,78
	1 058 504,35	581 157,44	(161 784,59)	(114 310,91)	1 363 566,29

2012					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	145 769,56	79 546,88	(27 915,76)	(8 302,39)	189 098,29
Acidentes de trabalho	154 577,68	-	(7 171,40)	-	147 406,28
Outras provisões	1 571 999,78	-	(850 000,00)	-	721 999,78
	1 872 347,02	79 546,88	(885 087,16)	(8 302,39)	1 058 504,35

21. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	381 557,37	-	243 826,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	559 239,54	-	246 212,70
Contribuições para a Segurança Social	-	495 416,78	-	483 097,87
Taxa de Recursos Hídricos	-	3 212 405,02	-	3 303 103,64
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (a)	2 096 301,15	-	1 610 534,00	-
	2 096 301,15	4 648 618,71	1 610 534,00	4 276 240,46

(a) Em 31 de dezembro de 2013, o montante relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é respeitante ao benefício fiscal do SIFIDE relativo aos anos de 2007 a 2012, bem como ao montante a recuperar resultante dos valores acrescidos em excesso referentes às reavaliações livres e legais nas estimativas de IRC dos anos de 2010, 2011 e 2012

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a pagar à entidade AdP SGPS (Nota 17).

22. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Venda de água e quota de serviço	141 893 722,09	142 971 269,29
Prestação de serviços	1 185 382,44	1 233 998,58
	143 079 104,53	144 205 267,87

23. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Eletricidade	11 290 491,21	12 080 411,93
Conservação e reparação	4 057 560,89	4 640 787,95
Trabalhos especializados	5 085 662,07	5 808 733,10
Comunicação	1 303 606,26	1 405 498,90
Seguros	925 287,29	956 903,18
Rendas e alugueres	1 252 701,05	1 337 659,99
Subcontratos	857 497,66	732 313,02
Vigilância e segurança	729 664,51	857 563,66
Publicidade e propaganda	262 648,67	228 049,58
Limpeza, higiene e conforto	581 276,58	598 060,60
Combustíveis	618 451,83	638 289,30
Outros fornecimentos e serviços externos	5 157 245,94	5 242 953,44
	32 122 093,96	34 527 224,65

Verificou-se uma redução global de quase todas as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, destacando-se:

- Eletricidade – a redução em cerca de 6,5% deve-se à redução dos volumes captados e elevados nas instalações da EPAL, conjugado com a redução do consumo específico, devido à otimização efetuada e que aumentou significativamente a sua eficiência;
- Trabalhos Especializados – a redução desta rubrica em cerca de 12,5% resultou da internalização do serviço de redes prediais, da redução dos custos com os serviços de impressão de faturas e com a otimização dos licenciamentos das aplicações informáticas da EPAL
- Conservação e Reparação – diminuição das intervenções corretivas na rede de distribuição de Lisboa

24. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é detalhada conforme se segue:

	2013	2012 (reexpresso)
Remunerações dos órgãos sociais	241 598,61	239 226,01
Remunerações do pessoal	17 857 541,37	16 195 461,89
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 19)	485 792,00	493 894,60
Benefício definido e pré-reformas (Nota 19)	544 000,00	493 000,00
Indemnizações	2 344,11	105 887,88
Encargos sobre remunerações	4 311 416,91	3 823 391,89
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	116 637,24	93 424,67
Gastos de ação social	1 544 961,12	1 614 463,26
Formação	102 430,58	204 737,30
Outros	37 656,90	33 726,12
	25 244 378,84	23 297 213,62

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, ascendia a 721 e 738 pessoas, respetivamente.

O aumento das remunerações ao pessoal em 2013 decorreu essencialmente do reconhecimento dos gastos associados ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal relativos ao exercício de 2012, os quais tinham sido suspensos por decisão do Governo.

Em virtude da decisão do Tribunal Constitucional que após o fecho de contas do exercício de 2012 decidiu declarar inconstitucional o não pagamento do subsídio de férias e natal aos trabalhadores do Estado, aos quais a EPAL se equipara, foi contabilizado em 2013 o gasto associado ao pagamento do subsídio de férias do ano.

Foi ainda estabelecido um programa de rescisões amigáveis de contratos de trabalho, que permitiu que a Empresa terminasse o ano com 694 trabalhadores, quando no final de 2012 o quadro de pessoal era de 736 trabalhadores, tendo gerado um valor de indemnizações de cerca de 1,9 milhões de euros.

Atendendo ao carater extraordinário destas rubricas, considerou-se isolar ao nível da demonstração de resultados:

	2013
Gastos não recorrentes:	
Sub. Férias e respetivos encargos - 2012	1 513 585,59
Indemnizações	1 916 920,22
	3 430 505,81

25. Outros Rendimentos e Ganhos

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme se segue:

	2013	2012
Rendimentos suplementares	2 443 099,17	2 581 482,63
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	88 762,23	76 571,55
Ganhos em inventários	1 805,39	4 361,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 737,41	-
Diferenças de câmbio favoráveis	129,09	84,71
Outros	67 774,18	1 627 297,13
	2 603 307,47	4 289 797,15

A rubrica “Rendimentos suplementares” que, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, ascende a 2.443.099,17 Euros e 2.581.482,63 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica a terceiros relativa ao sistema informático Aquamatrix, no montante de 1.547.286 Euros (1.656.774 Euros em 2012); e (ii) tarifa de saneamento, no montante de 326.550 Euros (322.924 Euros em 2012).

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” é respeitante a uma comparticipação do Ministério da Saúde para compensar os custos inerentes ao desvio do adutor da circunvalação junto ao novo hospital de Vila Franca de Xira, relativamente ao qual, foi reconhecida uma perda por imparidade para ativos fixos no montante de 1.541.296 Euros.

26. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme se segue:

	2013	2012
Impostos e taxas	1 217 345,92	1 241 070,14
Indemnizações por roturas	132 583,32	388 613,11
Donativos	79 931,59	48 800,00
Quotizações	59 340,67	73 018,93
Outros	94 575,18	90 833,54
	1 583 776,68	1 842 335,72

27. Depreciações

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é conforme se segue:

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	24 914 034,66	24 701 560,04
Propriedades de investimento (Nota 7)	94 779,09	94 779,09
	25 008 813,75	24 796 339,13

28. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhados conforme se segue:

	2013		2012	
Juros obtidos:				
Depósitos em instituições de crédito	2 272 693,64		2 796 033,06	
Outros	4 276,13	2 276 969,77	2 652,61	2 798 685,67
Outros rendimentos similares		520 433,38		665 162,14
		2 797 403,15		3 463 847,81

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhados conforme se segue:

	2013		2012	
Juros suportados:				
Financiamentos bancários		3 423 192,46		4 683 453,57
Outros financiamentos		356 669,39		352 791,97
		3 779 861,85		5 036 245,54

29. Partes Relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Empresas participadas

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Fundec	Lisboa				1 500,00	-	1 500,00

Movimentos ocorridos

	Saldo inicial	Reforços	Reduções	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	250 000,00	-	-	250 000,00
Partes de capital em outras empresas participadas	1 500,00	-	-	1 500,00
Perdas por imparidade	(250 000,00)	-	-	(250 000,00)
	1 500,00	-	-	1 500,00

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2013:

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	497,00	-	2 496 964,74
AdP Serviços	Empresa do grupo	2 781,85	-	-	1 037 183,17
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	431 629,00
Águas do Centro	Empresa do grupo	683 526,90	-	-	150,00
Águas do Oeste	Empresa do grupo	10 854 472,41	-	323 685,24	-
Simtejo	Empresa do grupo	112 220,26	-	-	1 301,03
Águas Algarve	Empresa do grupo	645,76	105 500,95	-	47 257,10
Águas do Noroeste	Empresa do grupo	565,00	-	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	-	19 128,63	-	250,00
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	148 436,56	-	-
Valorsul	Empresa do grupo	13 186,86	-	-	-
Algar	Empresa do grupo	681,12	-	-	-
		11 668 080,16	273 563,14	323 685,24	4 014 735,04

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2012:

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	497,00	-	2 560 150,96
AdP Serviços	Empresa do grupo	2 872,84	64,80	-	1 202 456,64
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	129 358,00
Águas do Centro	Empresa do grupo	694 949,89	-	-	-
Águas do Oeste	Empresa do grupo	10 482 055,17	-	434 358,84	-
Sanest	Empresa do grupo	-	-	-	-
Simtejo	Empresa do grupo	124 125,96	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	Empresa do grupo	-	-	-	-
Águas Algarve	Empresa do grupo	90,00	99 701,20	-	-
Águas do Noroeste	Empresa do grupo	-	602,08	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	-	18 709,26	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	189 766,57	-	-
Águas Públicas do Alentejo	Empresa do grupo	-	900,00	-	-
Valorsul	Empresa do grupo	8 725,15	-	-	-
Algar	Empresa do grupo	127,03	-	-	-
		11 312 946,04	310 240,91	434 358,84	3 891 965,60

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2013:

	Clientes	Fornecedores	Outros Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Outras contas a pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	-	142,00	-	14 813,63	1 377 842,98
AdP Serviços	676,26	16 114,00	-	-	10 942,11	-
Aquasis	-	350 099,37	-	-	-	-
Águas do Centro	50 031,12	-	-	-	-	-
Águas do Oeste	4 777 721,47	-	10 021 895,29	3 808 427,35	-	-
Simtejo	17 094,76	-	-	-	-	-
Águas Algarve	-	5 284,20	128 744,38	-	-	-
Águas do Noroeste	694,95	-	-	-	-	-
Águas S. André	-	-	-	1 597,32	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	76 262,75	49 545,60	-	-
Valorsul	-	-	-	1 500,00	-	-
Algar	110,70	-	-	-	-	-
	4 846 329,26	371 497,57	10 227 044,42	3 861 070,27	25 755,74	1 377 842,98

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2012:

	Clientes	Fornecedores	Outros Devedores	Acréscimo de rendimentos	Acréscimo de gastos	Outras contas a pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	22 012,34	106,50	-	9 545,12	5 465 173,79
AdP Serviços	773,74	-	-	-	126 112,02	-
Aquasis	-	20 423,70	-	-	119 733,00	-
Águas do Centro	45 579,34	-	-	-	-	-
Águas do Oeste	3 248 611,45	-	10 522 990,06	3 097 218,58	-	-
Simtejo	11 450,06	-	-	-	-	-
Águas Algarve	110,70	-	152 208,14	-	-	-
Águas do Noroeste	-	-	-	-	-	-
Águas S. André	-	-	3 838,92	-	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	46 424,34	-	-	-
Valorsul	-	-	-	883,83	-	-
Algar	156,25	-	-	-	-	-
	3 306 681,54	42 436,04	10 725 567,96	3 098 102,41	255 390,14	5 465 173,79

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas são divulgadas na Nota 31.

30. Passivos Contingentes e Garantias Prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2013	2012
Banco Europeu de Investimento (Nota 17)	130 221 884,54	97 115 244,22
Tribunais	5 175 899,89	5 207 510,91
Outros	331 169,72	288 788,47
	135 728 954,15	102 611 543,60

O aumento das responsabilidades por garantias prestadas, no âmbito dos financiamentos junto do BEI, resulta do fato de esta entidade apenas aceitar a substituição das garantias prestadas pelas entidades financeiras por garantias prestadas pelo Estado, atendendo que o rating dos bancos fica aquém do mínimo atualmente exigível pelo BEI. Essa alteração leva a que a base de incidência deixe de ser o serviço da dívida anual e passe a ser considerado o capital em dívida no início de cada período.

31. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Referenciam-se de seguida os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais.

Refere-se ainda que com efeitos a 1 de Abril de 2013, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2013, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2013, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2013, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2013, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

1. Mesa Assembleia Geral

	2013		
Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Mandato I	AMEGA	Ana Cristina Rebelo Pereira	Alexandra Varandas
Remuneração anual fixa (*)	-	-	-

(*) Senhas de Presença (corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado)

2. Fiscal Único

Fiscal Único	2013	2012
Remuneração anual efetiva	António Dias Nabais 17 911,88	António Dias Nabais 17 911,88

3. Revisor Oficial de Contas

Auditor Externo	2012	2013	
	Deloitte & Associados, SROC, SA	Deloitte & Associados, SROC, SA	PwC, SROC, SA
Revisão Legal de Contas	30 020,00	10 520,00	9 000,00

A EPAL procedeu em 2013 ao lançamento de um procedimento de contratação com consulta a várias entidades, tendo sido adjudicado à PwC, SROC, SA, o apoio na elaboração de um modelo de custeio às atividades complementares da EPAL. O gasto incorrido foi de 28.000 euros.

4. Conselho de Administração

Remunerações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	92 909,80	74 247,57	74 503,77
OPRLO	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	-	-	-
Entidade pagadora (origem/Destino)	-	-	-
1.1.Remuneração Anual	68 673,00	54 938,40	54 938,40
1.2.Despesas de Representação (Anual)	27 469,20	21 975,36	21 975,36
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	5 379,39	4 303,51	4 303,51
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	10 220,83	8 176,67	8 176,67
1.6.Subsídios de férias e natal	11 445,50	9 156,40	9 156,40
1.7.Reduções de anos anteriores	-	-	-
"1. Remuneração Anual Efetiva (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5+1.6-1.7)"	91 987,48	73 589,99	73 589,99
2. Remuneração variável	-	-	-
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	-	-	-
4.Outras (identificar)	922,32	657,58	913,78
Subsídio de deslocação			
Subsídio de refeição	922,32	657,58	913,78
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social	Segurança Social	Segurança Social	Segurança Social
Valor do Regime de Proteção Social	17 012,23	16 537,58	16 537,58
Seguros de saúde	355,25	1 425,32	766,87
Seguros de vida	1 876,94	1 480,00	1 480,00
Seguro de Acidentes Pessoais	-	-	-
Outros (indicar)	n.a.	n.a.	n.a.
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não
Entidade (identificar)	-	-	-
Remuneração Anual	-	-	-

Parque Automóvel	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Modalidade de Utilização	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional	Aluguer Operacional
Valor de referência da viatura nova	42 337,14	41 028,07	44 098,37
Ano Início	2008	2008	2008
Ano Termo	2014	2014	2014
N.º prestações	12	12	12
Valor Residual	16 162,40	15 146,34	18 912,15
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	7 286,16	7 803,24	7 308,12
Combustível e portagens gastos com a viatura	3 096,16	3 051,18	2 913,31
Plafond anual Combustível e portagens atribuído	6 867,30	5 493,84	5 493,84
Outros (Reparações/Seguro Automóvel)	527,16	1 797,28	637,88
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim

Outras regalias e compensações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Plafond anual atribuído em comunicações móveis	960,00	960,00	960,00
Gastos anuais com comunicações móveis	485,60	310,66	122,55
Outras (dados móveis)	307,22	426,99	213,73
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim

Gastos c/ deslocações	Presidente Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo
	José Manuel Leitão Sardinha	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Mandato	II	II	II
Custo total anual com viagens	11 066,97	10 573,10	368,25
Custos anuais com Alojamento	1 599,44	2 768,30	114,50
Ajudas de custo	696,98	1 385,03	98,29

32. Resultado por Ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi determinado conforme segue:

	2013	2012 reexpresso
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	39 961 784,04	43 577 439,12
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30 000 000	30 000 000
Resultado por ação básico	1,33	1,45
Resultado por ação diluído	1,33	1,45

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

O Diretor Financeiro e Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel



Relatório e Parecer do Fiscal Único

ANTÓNIO DIAS NABAIS
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Avenida do Mar, 32 - 2.º B
2825-476 COSTA DE CAPARICA
E-mail: adn.roc@sapo.pt



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em conformidade com o disposto no art.º 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, o fiscal único apresenta o seu Relatório anual de atividade e emite Parecer sobre o Relatório e Contas de Gestão, Proposta de Aplicação dos Resultados e a Certificação Legal das Contas, respeitantes ao exercício de 2013.

1. RELATÓRIO

No âmbito das suas atribuições controlou a gestão da Empresa nas áreas essenciais de actividade, tendo como elementos básicos de análise as demonstrações financeiras, orçamentos de exploração e de investimentos, balanço hídrico com os volumes de captação, tratamento e facturação da água produzida, bem como os correspondentes índices de perdas nas fases de tratamento, transporte e distribuição. Com observância do prescrito no art.º 420 do C.S.C., o fiscal único velou pelo cumprimento de todas as normas nele inseridas, como também verificou se as orientações legais vigentes para o SEE com vista à contenção das remunerações previstas no estatuto dos gestores públicos, aprovado pelo D.L. n.º 8/2012, foram respeitadas neste exercício. No âmbito laboral foram confirmadas as medidas de contenção/redução do número de efectivos, aplicadas pela empresa nos termos recomendados pelo Orçamento do Estado para 2013. O fiscal único confirma que a EPAL cumpriu, neste domínio, todas as orientações preconizadas nos diplomas legais atrás citados, conforme, aliás, é feita alusão adequada no relatório anual de prestação de contas.

Em termos de síntese, a atividade do fiscal único em 2013, que em boa parte já foi exposta nos relatórios trimestrais remetidos ao órgão de gestão e Tutela, consistiu basicamente nos procedimentos seguintes:

. Confirmação da titularidade dos bens e valores que integram o património da empresa, tendo-se verificado que os elementos do ativo fixo tangível foram registados de acordo com os preceitos legais aplicáveis nos períodos de aquisição ou de revalorização, sendo apresentados no balanço deduzidos das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Sublinha-se que os gastos de depreciação e amortização atingiram em 2013 cerca de 25 M Euros, valor que regista um acréscimo de cerca de 1% face ao ano anterior. As propriedades de investimento, com peso quase inexpressivo no ativo não corrente, são depreciadas nos termos aplicáveis aos bens do ativo fixo tangível, tendo por base o período de vida útil, por duodécimos e método de quotas constantes.

- . Verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e os critérios de valorização dos ativos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais se apresentam adequadamente divulgados no Anexo às Contas em termos de expressar, com elevada aderência à realidade, a posição financeira da EPAL e o resultado das suas operações no exercício findo em 31.Dez.2013.,

- . Controlo da execução financeira do orçamento de exploração, com evidência para os desvios apurados e as variações homólogas registadas face ao ano anterior. Entendemos que este orçamento evidencia um índice de realização global satisfatório, não obstante a quebra real das vendas e prestações de serviços, de 1,126 M Euros, em termos homólogos. A margem bruta teve uma contração menos acentuada por efeito dos ganhos de produtividade registados no custo das matérias consumidas, cuja quebra real atingiu cerca de 20,5% (600 mil €), face ao ano anterior. O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, evidencia um decréscimo na ordem dos 6 M Euros, face a 2012, tendo para tanto contribuído a subida dos gastos com pessoal, de 1,95 M Euros, por razões exógenas ao órgão de gestão, bem como as indemnizações pagas pela redução de efetivos e outros gastos não recorrentes, num total de 5 M Euros. A contenção dos gastos com fornecimentos e serviços externos, com quebra de 2,4 M Euros, conjugada com o efeito positivo da redução dos custos de financiamento, não obviou que o resultado antes de impostos tivesse registado neste exercício um decréscimo de 4,2 M Euros, face ao ano anterior. Por força do efeito positivo do imposto corrente e diferido, com acentuadas quebras em 2013, o resultado líquido regista uma contração de 3,6 milhões M euros (-8,3%) sem que, no entanto, deixe de evidenciar uma expressão elevada de 39,962 Milhões de Euros. A nosso ver, trata-se de um resultado excelente numa perspetiva de rendibilização do capital societário.

- . A posição financeira da EPAL manteve em 2013 todos os indicadores fundamentais que dão suporte a uma estrutura muito sólida e equilibrada e com reforço significativo no último triénio. Tal situação é caracterizada pelos rácios de liquidez, solvabilidade, autonomia e capacidade de endividamento, cujos índices atingidos dão perspectivas de um bom funcionamento da empresa com níveis de rendibilidade satisfatórios nos próximos anos. Tal posição é também sustentada pelas expressões do EBITDA recorrente com valores médios que excedem os 80 milhões de euros nos últimos exercícios. Por seu lado, a margem EBITDA que realça o peso do cashflow operacional sobre o volume de negócios, tem vindo a manter também índices elevados e com tendência estável no último triénio, não obstante a sua ligeira quebra em 2013, por força de um maior decréscimo do resultado operacional face à evolução negativa do valor das vendas e prestações de serviços.

- . Analisadas as contas correntes dos clientes e de "outras contas a receber", pôde concluir-se que o débito dos clientes, deduzido das imparidades acumuladas, registou um aumento líquido de 1,7 M euros (9%) face ao ano anterior, tendo a dívida corrente sido influenciada negativamente pelas perdas por imparidade com aumento de 517 mil euros em 2013, evolução também já verificada no ano anterior. Nas "outras contas a receber", com um total líquido de 15,1 M euros, merece-nos referência o saldo de "devedores por acréscimos de rendimentos", de 13,9 M euros. Neste montante assume expressão significativa o rendimento antecipado relativo à água consumida e não facturada em Dez/2013, num total de 10,1 M euros. Salienta-se o facto de no saldo global das contas de "clientes e outros devedores", num total de 27,26 M euros, a quantia não vencida no final do ano ter atingido 10,048 M euros e o valor vencido com mais de 180 dias orçar os 13,626 M euros. Considera-se que o débito com mais de 6 meses, no montante expresso, pode por em dúvida a cobrança de uma boa parte da dívida dos clientes, tendo até em conta a natureza do produto vendido. Neste sentido, anota-se que tal situação já se verificava no final de 2012, tendo por certo que cerca de 35% da dívida dos clientes tinha uma maturidade já superior a 180 dias.
- . O órgão de fiscalização entende sublinhar a importância da estratégia que tem vindo a ser seguida pela empresa no sentido de garantir a boa qualidade do serviço prestado, em consonância com a manutenção de um perfil financeiro sustentável, a par de um justo e adequado retorno dos capitais empregues. Tais medidas, ao concorrerem não só para a melhoria da eficiência operacional com base na implementação de um sistema de gestão de qualidade, criam também as condições que alicerçam o actual modelo de gestão, cujo impacto na economia da empresa se tem reflectido, de forma inquestionável e inequívoca, numa evolução crescente da sua rendibilidade operacional, em correlação com um reforço consistente dos resultados em anos sucessivos.
- . Considera-se de assinalar também o bom desempenho da empresa no concernente à cobertura das suas responsabilidades com os fundos de pensões do pessoal, dada a circunstância de o financiamento do Fundo de Pensões de Benefício Definido, de 37,8 M euros, ter registado no final de 2013 um nível de cobertura de 102%. As responsabilidades da empresa pelos serviços passados eleva-se a 37,1 M euros no final do ano, com um nível de cobertura de 138% segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP.
- No que concerne ao Plano de Contribuição Definida, o valor indicado pela empresa ascende a 16,2 M euros no final de 2013, tendo a EPAL contribuído com 485.790 euros e os trabalhadores com 21.300 euros para o respectivo Fundo, contribuições estas que atingem valor sensivelmente idêntico ao do ano anterior.

. Através de uma análise detalhada de todos os itens que servem de cálculo à estimativa do IRC para 2013, tendo por base um resultado antes de impostos de 55,438 M euros, pôde concluir-se que o lucro tributável apurado, na ordem dos 59,174 M euros e um imposto a pagar, de 17,66 M euros, com inclusão das derramas e tributações autónomas, foram apurados com apreciável rigor. Tal facto leva-nos a considerar que o montante do imposto corrente sobre o rendimento se apresenta ajustável em relação ao valor prévio estimado. Neste contexto é admissível que eventuais correcções fiscais, com base em exame à contabilidade, não deverão distorcer, numa expressão significativa, o valor do imposto que foi registado na demonstração dos resultados, de 16,926 M euros.

É nossa opinião que o Relatório de Gestão está formalmente de acordo com as demonstrações financeiras e que a Proposta de Aplicação dos Resultados cumpre os requisitos do CSC, designadamente o estipulado nos art.ºs 294.º e 295.º quanto à aplicação dos lucros.

B - PARECER

O Fiscal Único está de acordo com a Certificação Legal das Contas emitida pela PriceWaterhouseCoopers & Associados -SROC, Ld.ª, sendo também de Parecer que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2013;
- . a Proposta de Aplicação dos Resultados,

nos termos formulados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, em 21 de Março de 2014.

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)



Certificação Legal das Contas



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 863.733.598,15 euros e um total de capital próprio de 536.266.003,14 euros, incluindo um resultado líquido de 39.961.784,04 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

8

Opinião

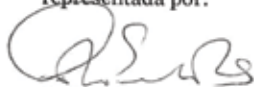
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

20 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

